

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PENSAMENTO
POLÍTICO BRASILEIRO**

**MÍDIA E POLÍTICA: REVISTA VEJA E O CASO
RENANGATE**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Emilene Krause de Carvalho

**Santa Maria, RS, Brasil
2008**

MÍDIA E POLÍTICA: REVISTA VEJA E O CASO RENANGATE

por

Emilene Krause de Carvalho

curso de **Especialização** do Programa de Pós-Graduação em
Pensamento Político Brasileiro, da **Universidade Federal de Santa
Maria (UFSM, RS)**, como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Pensamento Político Brasileiro

Orientador: Prof. Reginaldo Teixeira Perez

**Santa Maria, RS, Brasil
2008**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós Graduação em Pensamento Político
Brasileiro**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a
Monografia de Especialização em Pensamento Político
Brasileiro

MÍDIA E POLÍTICA: REVISTA VEJA E O CASO RENANGATE

elaborada por
Emilene Krause de Carvalho

como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em
Pensamento Político Brasileiro**

COMISSÃO EXAMINADORA

Reginaldo Teixeira Perez, Dr.
(Presidente/orientador)

João Vicente Barroso da Costa Lima, Dr. (UFSM)

Mara Regina Rodrigues Ribeiro, Me. (UNIPAMPA-São Borja/RS)

Santa Maria, 03 de novembro de 2008.

RESUMO

Monografia de Especialização
Programa de Pós-Graduação em Pensamento Político Brasileiro
Universidade Federal de Santa Maria

MÍDIA E POLÍTICA: REVISTA VEJA E O CASO RENANGATE

AUTORA: EMILENE KRAUSE DE CARVALHO

ORIENTADOR: REGINALDO TEIXEIRA PEREZ

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 03 de novembro de 2008.

Este trabalho analisa a relação que se estabelece entre a mídia e a política, concluindo que a política depende da mídia para se projetar na sociedade. O estudo está centrado na *Revista Veja*, especificamente na representação que fez do caso Renan Calheiros, batizado de caso *Renagate*. Este virou um grande escândalo político midiático e durou aproximadamente sete meses entre a primeira denúncia e a renúncia do senador. O objetivo principal é verificar a influência que a mídia – *Revista Veja* teve na renúncia do senador Renan Calheiros, o que ocasionou o seu desaparecimento do cenário político brasileiro. Se tal *Revista* não tivesse acompanhado o caso *Renagate*, investigando e apontando supostos crimes cometidos pelo senador, o mesmo talvez jamais tivesse renunciado ao mandato, até porque seus colegas de casa já vinham o absolvendo dos processos a que respondia. Ainda assim, Renan Calheiros só renunciou ao cargo porque sua absolvição era certa, tanto que, quando foi anunciada, o senador riu e debochou dos colegas, comemorando-a com amigos, sem cerimônia. O Senado, que passou vários meses discutindo ética e decoro, conseguiu soterrar as duas coisas ao mesmo tempo, uma grande derrota para a sociedade. Se a mídia não tivesse dado tanta ênfase ao caso, o senador provavelmente não teria ido a julgamento, nem mesmo teria renunciado ao seu cargo.

Palavras-chave: Relação mídia-política; Renan Calheiros; *Revista Veja*.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Programa de Pós-Graduação em Especialização em Pensamento Político
Brasileiro
Universidade Federal de Santa Maria

MEDIA AND POLITICS: VEJA MAGAZINE AND RENANGATE CASE

AUTHOR: EMILENE KRAUSE DE CARVALHO

ADVISOR: REGINALDO TEIXEIRA PEREZ

DATE AND PLACE OF DEFENSE: SANTA MARIA, NOVEMBER 03, 2008.

This work analyses the relationship is established between media and politics, concluding that the politics depends on the media for designing in society. The study focuses on the Veja magazine, specifically on the representation that has made the case Renan Calheiros, called Renagate case. This became an enormous scandal involving politics and media lasting around seven months from the first denunciation up to the renounce of the senator. The main objective is to verify the influence of media – Veja magazine had in the resignation of the senator Renan Calheiros, fact which led him to an entire disappearance of the Brazilian political panorama. If Veja magazine wasn't follow the case, investigating and listing probable crimes committed by the senator, maybe him would have never renounced. Moreover, his colleges have been absolving him of some prosecutions which were in process in the senate. But Renan Calheiros renounced just because he was sure about been absolved. He celebrated his absolution among friends laughing and debauching without shame. The senate that discussed ethics and decorum during several months buried both at the same time, it was a big defeat for society. If the media hasn't given emphasis to the case, the senator probably wouldn't been judged or even renounced.

KEYWORDS: Media-Politics Relationship; Renan Calheiros; Veja Magazine

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
CAPÍTULO 1 - MÍDIA E POLÍTICA NO BRASIL.....	07
1.1 ESCÂNDALOS POLÍTICOS MUDIÁTICOS.....	10
1.2 A COBERTURA DE UM ESCÂNDALO POLÍTICO.....	11
CAPÍTULO 2 – A NARRATIVA DA REVISTA VEJA.....	12
2.1 A NARRATIVA MUDIÁTICA DO CASO RENANGATE.....	12
2.2 A OPINIÃO PRIVADA TORNADA PÚBLICA.....	18
CAPÍTULO 3 - A TRANSFORMAÇÃO DA VISIBILIDADE.....	20
3.1 O PÚBLICO E O PRIVADO.....	20
3.2 A ADMINISTRAÇÃO DA VISIBILIDADE.....	22
CONCLUSÃO.....	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	26
OBRRAS CONSULTADAS.....	28
ANEXOS.....	30
ANEXO A – BIOGRAFIA POLÍTICA.....	33
ANEXO B – MATÉRIAS PUBLICADAS PELA REVISTA VEJA	38

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre mídia e política, tomando como exemplar as representações da *Revista Veja* sobre o caso da crise política que envolveu o senador Renan Calheiros – batizado como caso *Renagate* –, ocorrido no ano de dois mil e sete.

Dentre todos os meios de comunicação, a *Revista Veja* foi escolhida por ser considerada a de maior circulação e influência no que se refere aos aspectos políticos do Brasil.

Reginaldo Teixeira Perez confirma a relevância dessa temática, ao mencionar a importância política dos meios de comunicação de massa:

Configura-se, assim, a relevância deste tema quando identificamos que a inserção desta problemática na área de Ciência Política está relacionada diretamente à importância política que vêm tendo cada vez mais os meios de comunicação de massa (1988, p.6).

O período de publicações, que é objeto desta análise, vai do final de maio de dois mil e sete até dezembro do mesmo ano; ou melhor, da primeira denúncia feita pela *Revista Veja*, em sua edição 2010, de trinta de maio de dois mil e sete, até a renúncia do senador Renan Calheiros, em quatro de dezembro de dois mil e sete, veiculada na *Revista Veja* em sua edição 2038, de doze de dezembro de dois mil e sete.

Especificamente, o presente trabalho busca analisar como se deu a cobertura e a narrativa feita pela *Revista Veja* sobre o caso *Renagate*, verificando se tal cobertura foi decisiva para a renúncia do senador Renan Calheiros. Aborda ainda a transformação e a administração da visibilidade política.

CAPÍTULO 1 - MÍDIA E POLÍTICA NO BRASIL

A política está tão ligada à mídia que, sem ela, um partido político ou um determinado candidato não consegue ter visibilidade e projeção na sociedade. A mídia é responsável por levar o maior número de informações às sociedades.

A política trabalha cada vez mais com as imagens públicas construídas através da mídia. Todo o político ou partido político tem necessidade de estar em contato direto com a imprensa, cultivando relações com o meio jornalístico.

Para Max Weber:

Certo é que a demagogia moderna faz uso do discurso – e numa proporção perturbadora, se pensarmos nos discursos eleitorais que o candidato moderno está obrigado a pronunciar –, mas faz uso ainda maior da palavra impressa. Por tal motivo é que o publicista político e, muito particularmente, o jornalista são, em nossa época, os mais notáveis representantes da demagogia (1993, p.80).

O envolvimento da mídia com a política é um tema de grande relevância, tanto que tem sido alvo de freqüentes pesquisas, muitas vezes estimuladas pela grande importância da mídia nas mais variadas relações políticas. Mesmo assim, para Venício A. Lima “este é um campo ainda não plenamente consolidado, na confluência entre ciência política e os estudos da comunicação, em que várias concepções teóricas estão em disputa e coexistem interpretações conflitantes sobre a mesma realidade”, (2006, p. 51).

A principal dificuldade teórica no estudo das relações entre mídia e política é a imprecisão conceitual. Para Venício A. de Lima:

Termos como comunicação, comunicações, mídia e informação, por exemplo, têm sido empregados sem que se faça a devida distinção entre aquilo que cada um deles significa e nomeia (2006, p.52).

As emissoras de rádio e televisão, jornais, revista, cinema, internet, entre outros, fazem parte da indústria cultural e, quando nos referimos à indústria cultural, estamos nos referindo à mídia, entendida como o conjunto de instituições que utiliza tecnologias específicas para realizar a comunicação humana, passando assim a comunicação a ser uma comunicação midiaticizada.

Conforme Venicio A. de Lima:

Esse é um tipo específico de comunicação, realizado através de instituições que aparecem tardiamente na história da humanidade e

constituem-se em um dos importantes símbolos da modernidade. Duas características da comunicação midiaticizada são sua unidirecionalidade e a produção centralizada, integrada e padronizada de seus conteúdos (2006, p.53).

A política deriva da palavra grega *polis*, que significa tudo o que diz respeito à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público e, até mesmo, sociável e social. Assim, a política está ligada fundamentalmente à idéia de público.

Ainda segundo Venício A. de Lima, há dois significados básicos para a palavra público:

No primeiro, em oposição ao que é privado, público refere-se à coisa pública, ao Estado; no segundo, em oposição ao que é secreto, público refere-se ao que é manifesto, evidente, visível. Pode-se dizer, portanto, que a democracia é – em tese – regime do poder visível da coisa pública. Dessa forma, a política, nas democracias, seria a atividade pública (visível) relativa às coisas públicas (do Estado) (2006, p. 53).

Nas sociedades contemporâneas, a mídia ocupa uma posição de centralidade, atravessando por diversos processos e esferas da atividade humana, em particular a esfera política. A noção de centralidade tem sido aplicada, nas ciências sociais, igualmente a pessoas, instituições, idéias e valores, implicando a existência de seu lado oposto, o marginal, o excluído, o periférico e, ao mesmo tempo, admitindo gradações de proximidade e afastamento do centro: pessoas, instituições, idéias e valores podem ser mais ou menos centrais. Um exemplo de centralidade é o papel crescente da mídia no processo de socialização, em particular na socialização política.

Nesse sentido, Venício A. de Lima lembra que

A maioria das sociedades urbanas contemporâneas pode ser considerada “centrada na mídia” (media centric), uma vez que a construção do conhecimento público que possibilita, a cada um de seus membros, a tomada cotidiana de decisões nas diferentes esferas da atividade humana não seria possível sem ela (2006, p. 55).

Não há política nacional sem mídia, porque os atores políticos dependiam e dependem da mídia para terem visibilidade nos diferentes campos políticos. Wilson Gomes explica o que são “atores políticos”:

Por “atores políticos” entendo qualquer sujeito que goza de reconhecimento social de que cumpre um papel político. Em maior número, estão, naturalmente, os políticos profissionais, tanto os portadores de mandatos populares e de cargos públicos políticos quanto os quadros de

profissionais políticos sem mandato dos partidos e de outras agências políticas (2008, p.4).

Para Max Weber, “naturalmente que todo político de alguma importância tinha necessidade de contar com a imprensa e, conseqüentemente, necessitava cultivar relações no meio jornalístico” (1993, p. 81).

Venício A. de Lima, por sua vez, explica muito bem essas relações:

A política nos regimes democráticos é (ou deveria ser) uma atividade eminentemente pública e visível. E é a mídia – e somente ela – que tem o poder de definir o que é público no mundo contemporâneo. Na verdade, a própria idéia do que constitui um “evento público” se transforma a partir da existência da mídia. Antes de seu desenvolvimento, um “evento público” implicava o compartilhamento de um lugar (espaço) comum, co-presença, visão, audição, aparência visual, palavra falada, diálogo. Depois do desenvolvimento da mídia, um evento para ser “evento público” não está limitado à partilha de um lugar comum. O “público” pode ser distante no tempo e no espaço. Dessa forma, a mídia suplementa a forma tradicional de constituição do “público” mas também a estende, transforma e substitui. O “público” agora é midiaticizado (2006, p. 55).

Conforme menciona o mesmo autor, a mídia exerce várias funções tradicionais dos partidos políticos, tais como:

- . construir a agenda pública (agendamento);
- . gerar e transmitir informações políticas;
- . fiscalizar as ações de governo;
- . exercer a crítica das políticas públicas;
- . canalizar as demandas da população (2006, p.56).

Uma das causas da crise dos partidos políticos é a ocupação do espaço institucional pela mídia. A mídia alterou radicalmente as campanhas eleitorais porque o contato direto do político com o eleitor foi substituído pelo contato mediado pela mídia eletrônica.

As empresas de mídia são hoje atores econômicos fundamentais como parte de grandes conglomerados empresariais articulados em nível global. Além disso, pelo poder que emana de sua capacidade única de produzir e distribuir capital simbólico e pela ação direta de seus concessionários e/ou proprietários, se transformaram também em atores com interferência direta no processo político (LIMA, 2006, p. 59).

O nosso sistema de mídia é concentrado, liderado pela televisão, grande parte controlado por famílias vinculadas às elites políticas regionais e locais. Devido a essa característica, no Brasil, o poder da mídia assume proporções maiores do que em outros sistemas políticos. As características específicas da população

brasileira potencializam o poder da mídia no processo político, sobretudo no processo eleitoral.

1.1 Escândalos Políticos Midiáticos

Atualmente estamos acompanhando uma série de escândalos políticos denunciados pela mídia. Com o poder da mídia, a vida privada e pública de nossos políticos ficou escancarada.

As transgressões a valores e a códigos morais, que são levadas ao domínio público e que provocam reações, transformam-se em escândalo político midiático, podendo afetar a reputação de um político. As reações a um escândalo político midiático são muitas, indo da negação até a alegação de calúnia, difamação, sendo raros os casos em que o político acusado adota confissão pública.

O crescimento da mídia de massa e a disseminação das tecnologias de informação, cada vez mais, fazem surgir escândalos políticos midiáticos. Isso porque, no cenário contemporâneo, onde predomina uma sociedade midiática que faz do espetáculo sua maneira de ser, a política adquire outro sentido, devendo se adaptar a esta nova forma social. Nesse contexto, a mídia deve ser compreendida enquanto fonte geradora de sistemas de representação da realidade, utilizados para compreender a sociedade ou para acionar diferentes formas de ações.

Para Venício A. de Lima, baseado em Bourdieu:

O escândalo político envolve indivíduos ou ações que estão situados dentro de um corpo político (BOURDIEU, 1989) e que têm impacto nas relações dentro desse campo. O campo político é o campo de ação e interação que está ligado à aquisição e ao exercício do poder político pelo uso, entre outros, do poder simbólico (2006, p. 12).

Pelo poder simbólico, é possível intervir no curso dos acontecimentos, influenciar as ações e crenças de outros, e até criar acontecimentos. Para tanto, utilizam-se muitos recursos, mas basicamente a mídia, que produz e transmite capital simbólico, atributo de um indivíduo ou de uma instituição. A reputação é outro desses atributos.

Segundo Venício A. de Lima, o que está em jogo em um escândalo político midiático é:

[...] o capital simbólico do político, sobretudo sua reputação. Como a mídia se tornou a arena decisiva em que as relações do campo político são criadas, sustentadas e, ocasionalmente, destruídas, a apresentação e a repercussão dos EPM na mídia não são características secundárias ou acidentais. Ao contrário, são partes constitutivas dos EPM.

Em o poder simbólico (1989, p.189), Bourdieu se refere especificamente ao jornalista como “detentor de um poder sobre os instrumentos de comunicação de massa que lhe dá um poder sobre toda a espécie de capital simbólico – o poder de ‘fazer ou desfazer reputações’, de que o caso Watergate deu uma medida” (2006, p. 12).

Os escândalos políticos midiáticos revelam, através da mídia, atividades previamente ocultadas e moralmente desonrosas, por conseguinte desencadeando uma série de ocorrências. Nesse processo,

o controle e a dinâmica [...] deslocam-se dos atores inicialmente envolvidos para os jornalistas e para a mídia. Passa a prevalecer uma lógica parecida com a que preside a cobertura jornalística das disputas eleitorais e que já foi comparada às corridas de cavalo: o que importa é saber qual jornalista e/ou empresa de mídia está à frente da outra, qual consegue “esticar um pouco mais a corda” e avançar com novas denúncias (LIMA, 2006, p.13).

A crise política que ocorreu em 2007 com o presidente do Senado, o senador Renan Calheiros, caracterizou-se como um escândalo político midiático. Essa crise não teria existido se não fossem as denúncias feitas pela *Revista Veja*.

1.2 A Cobertura de um Escândalo Político

Com a transformação do jornalismo em profissão, foi se constituindo um *ethos* profissional que considerava os jornalistas com responsabilidade moral de mostrar as enfermidades sociais e erradicar o mal. Isso se desenvolveu paralelamente à consolidação do jornalismo investigativo, que tinha como norma descobrir e atacar a corrupção nos governos e os abusos do poder corporativo.

No Brasil, a auto-imagem dominante entre os jornalistas é a de profissionais que se consideram imbuídos da missão de fiscalizar e denunciar publicamente a corrupção e abusos existentes nos governos. E a revelação pública desses atos é vista como uma forma de exercer a missão de guardiões do interesse social. Desse modo, a publicidade dada aos escândalos políticos tornou-se uma prática que reforça e realimenta a imagem que os jornalistas têm de si mesmos.

CAPÍTULO 2 - A NARRATIVA DA REVISTA VEJA

Em trinta de maio de dois mil e sete, a *Revista Veja* publica sua primeira matéria denunciando o então senador Renan Calheiros, matéria esta que veio a desencadear várias outras, até a renúncia do senador. Dessa data até doze de dezembro de dois mil e sete, a *Revista Veja* publicou trinta e cinco matérias sobre o caso Renan Calheiros, ou *Renangate*.

As denúncias feitas, tais como sobre o pagamento de contas pessoais por lobista em troca de favorecimento em contratos com o governo e transações agropecuárias falsas, são narradas através de trechos importantes publicados pela *Revista Veja*.

Para Wilson Gomes:

A grande narrativa do período, entrecruzada com aquela da CPMF, constituiu na agonia de Renan e nas peripécias de conflito entre governo e oposição, corporação e instância jornalística (2008, p.4).

2.1 A Narrativa Midiática do Caso Renangate

A *Revista Veja*, de circulação nacional, em sua edição de número 2010, como já informado, datada de trinta de maio de dois mil e sete, chega às bancas de jornal e revistas com uma matéria de capa onde apareciam o dono da empreiteira baiana Gautama, Zuleido Veras, o ministro de Minas e Energias, Silas Rondeau e o então senador Renan Calheiros. Tal edição trouxe a público a relação existente entre o presidente do Senado Federal Renan Calheiros e o lobista da construtora Mendes Júnior, Cláudio Gontijo, relação esta que desencadeou uma série de outras denúncias, gerando um grande escândalo político.

Nesse escândalo político, aparecem incorporados ao vocabulário cotidiano uma série de palavras e expressões como “lobista”, “situação complicada”, “amigo de alta octanagem”, “mantenedor do senador”, “com a ajuda de Renan”, “cedia ao senador”, “pedidos financeiros exagerados”, “é íntimo”, “interessava”, “irregularidades”, “é condenável”, entre outras. No entanto, os significados dessas palavras e expressões só podem ser compreendidos nos contextos concretos em que passaram a ser utilizados.

A *Revista Veja* expõe a situação do presidente do Senado com o lobista da Mendes Júnior da seguinte forma:

A situação de Renan Calheiros, porém, é mais complicada do que sua intimidade com Zuleido Veras. É que o senador tem outro amigo explosivo no submundo da empreita que, tal como Zuleido, frequenta sua casa e, tal como Zuleido, é seu dileto amigo. O amigo de alta octanagem é Cláudio Gontijo, lobista da construtora Mendes Júnior, uma das maiores do país. Nos últimos anos, Gontijo, mais do que um amigo, tem se apresentado no papel de mantenedor do senador.

O senador Renan Calheiros caiu nas graças do lobista. Nos últimos três anos, a pedido de Renan, o lobista pagou os 4.500 reais de aluguel do apartamento de quatro quartos. No imóvel, até recentemente, morava a jornalista Mônica Veloso, com quem o senador tem uma filha de 3 anos, que recebe a pensão do lobista. Todos os meses, a jornalista ia ao escritório da Mendes Júnior, no 11^º andar do Edifício OAB, situado na Asa Sul, onde pegava um envelope branco, timbrado, com o endereço, os telefones e o nome de Cláudio Gontijo. O envelope era identificado com suas iniciais – MV. Dentro havia sempre 16.500 reais. Era o aluguel mais a pensão de 12.000 reais para a criança (Edição 2010).

A *Revista Veja*, com seu caráter investigativo, que tem como norma a descoberta e o ataque à corrupção, conclui que:

A vida íntima do senador Renan Calheiros diz respeito apenas a ele próprio. Não é um assunto público. Mas, quando essas relações se entrecruzam com pagamentos feitos por um lobista, o caso muda de patamar (Edição 2010).

E o caso Renan Calheiros se torna cada vez mais público, a partir do seu ato de abrir mão da ética, apresentando documentos falsos. Tais documentos tentam provar que os valores pagos por Cláudio Gontijo eram do senador, obtidos com renda pecuária.

Todavia, mesmo com todas as denúncias contra o senador Renan Calheiros, o conselho de ética do Senado se esforçou para poupá-lo, como também mostra a *Revista Veja*:

O Conselho de Ética do Senado deu na semana passada uma valiosa contribuição para consolidar a péssima reputação da classe política brasileira.

O que se viu no Conselho de Ética foi a montagem de uma farsa para absolver Renan Calheiros sem nenhuma investigação, e ela só não se concretizou ainda porque o custo político poderia ser impagável mesmo para o padrão daqueles senhores.

Na sexta-feira, o Conselho de Ética do Senado, que estava preparado para arquivar o caso, decidiu solicitar uma perícia nos documentos apresentados por Renan Calheiros. Foi o penúltimo ato de uma encenação que estava marcada para terminar naquele dia e que só não acabou por causa das novas suspeitas de fraude. Foi tudo tão escandalosamente armado que, nas últimas duas semanas, coube ao senador Renan

Calheiros – ele mesmo, o **investigado** – a tarefa de avaliar a indicação dos membros do Conselho de Ética, discutir com aliados o nome do relator e usar sua influência para controlar o processo desde o início (Edição 2013).

Apesar de todas as conveniências para a absolvição de Renan Calheiros, alguns senadores primaram pela ética, como escrito na *Revista Veja*: “O caso *Renagate* só não é um desalento completo porque existem alguns poucos batalhadores da ética no Congresso Nacional” (Edição 2015).

Com tantas denúncias, Renan Calheiros começou a ter sua imagem desgastada. Chegou ao ponto de “bater boca” com o senador Arthur Virgílio, socar a mesa e, no dia seguinte, esquivar-se de comandar sessão conjunta do Congresso para fugir do protesto preparado pelos deputados. Diante disso, a *Revista Veja* considerou a situação do senador como patética, pois, mesmo não podendo presidir a sessão, ele negava que houvesse crise no Senado.

A perícia feita pela Polícia Federal nos documentos apresentados pelo senador agravou a crise, ao detectar notas frias, recibos falsos e comprovantes de transações com empresas fantasmas, o que demonstrou a quebra de decoro parlamentar e que justificaria o pedido de cassação do senador.

Mesmo em situação crítica, Renan Calheiros tentou negociar alternativas à cassação:

Acuado pelo acúmulo de evidências irrefutáveis, Renan autorizou seus aliados a negociar alternativas à cassação. A exemplo dos negócios do senador, são todas saídas heterodoxas. Uma delas é tão estapafúrdia que poderia ser chamada de Operação Mafrial, em homenagem ao agora notório frigorífico alagoano, aquele das notas frias e dos bois de ouro. Envolveria um acordo entre governo e oposição, e, por seus termos, os parlamentares teriam de aprovar o relatório de Almeida Lima sugerindo apenas a suspensão do mandato de Renan por seis meses. Nesse período, assumiria o vice-presidente, o petista Tião Viana. Renan ficaria no limbo, mas preservaria seus direitos políticos. A segunda alternativa também envolveria uma aliança entre peemedebistas e a base governista. Eles fechariam questão sobre a absolvição do senador em plenário. Em troca, Renan se afastaria da presidência e apoiaria a eleição de um petista para o cargo. Consultados, os ministros Walfrido Mares Guia, das Relações Institucionais, e Tarso Genro, da Justiça, teriam dado sinal verde ao acordo. Essas saídas são mais um bofetão na sociedade. Será tão difícil de explicá-las quanto responder à pergunta: por que ainda acreditar em Renan? (Edição 2022).

Em sessão secreta, com o apoio do governo e o aval do PT, o senador Renan Calheiros foi absolvido da acusação de quebra de decoro parlamentar por quarenta votos a trinta e cinco, com seis abstenções. De qualquer modo, essa absolvição era

certa, já que respondia ao interesse do presidente Lula, que visava à prorrogação da CPMF. O Governo, satisfeito, comemorou discretamente:

Quem diria que um dia o Partido dos Trabalhadores, essa legenda que empunhou com tanto garbo a bandeira da lisura com a coisa pública, daria seu último adeus à ética justamente para salvar da guilhotina o pescoço do ex-collorido Renan Calheiros? (Edição 2026).

Dando sinais de que não suportaria a crise e pressionado, Renan Calheiros se afasta da presidência do Congresso Nacional. Mesmo afastado, articula-se para tentar evitar a cassação, utilizando todas as armas de que ainda dispunha para tentar salvar o mandato.

O senador Calheiros se comprometeu a renunciar definitivamente ao cargo de presidente, em troca tendo a garantia de que seu mandato não seria cassado. E foi o que aconteceu novamente: Renan Calheiros é absolvido no processo que pedia sua cassação, isso porque, horas antes da votação, o senador renunciou à presidência do Congresso.

Anunciado o resultado, Renan riu e debochou dos colegas. Sem cerimônia, comemorou com os amigos o sucesso de sua mais recente e bem-sucedida empreitada: o aniquilamento da ética no Parlamento (Edição 2038).

Após sua renúncia, o senador desapareceu do cenário político nacional, mas, para isso acontecer, foram necessários aproximadamente sete meses de trabalho da mídia, especialmente da *Revista Veja*.

Foi um espetáculo triste, constrangedor e vergonhoso. Renan Calheiros renunciou à presidência do Congresso, abatido por acusações que o Código Penal classifica como crimes de corrupção, tráfico de influência, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, exploração de prestígio e sonegação fiscal. (Edição 2038).

Renan Calheiros riu por último, mas nunca mais voltará a ter o peso político que ostentou enquanto ocupou a presidência do Senado. Sua contribuição para a já desmoralizada imagem do Congresso, no entanto, ficará para a história (Edição 2041).

A atividade, produção, transmissão e recepção do significado das formas simbólicas é característica fundamental da vida social. Todo o indivíduo tem direito à informação, que é essencial para que se tenha um posicionamento sobre as informações que estão em circulação, sobre política, economia, comportamento, cultura, por exemplo.

Para Astrid Nilsson Sgarbieri:

A política, importante área da sociedade moderna, está centrada na comunicação de massa, a mídia – fato que coloca o uso da linguagem em posição central, aumentando consideravelmente a intervenção consciente para adequar os diferentes usos de elementos lingüísticos e semióticos das práticas sociais, sempre relacionadas a objetivos econômicos e políticos. Inserida nesse contexto, a abordagem do discurso em sua vertente crítica é um elemento social e politicamente importante na sociedade contemporânea e nos estudos da linguagem (2005, p. 148-149).

A sociedade, com o auxílio da mídia – *Revista Veja*, através da informação, tendo como base a formação de critérios, valores voltados para o cotidiano, deve formar indivíduos mais conscientes, que venham fazer parte da construção de uma nova sociedade.

Para Francisco José Karam:

Nesta direção, o direito social à informação não pode, simplesmente, estar submetido à lógica e limites dos interesses políticos, financeiros, mercadológicos por onde transita, atualmente, o mundo da comunicação e de seus donos. Igualmente, não pode ser restringido pela deliberada manipulação de repórteres, editores, fontes. Afinal, a imprensa não pode invocar os privilégios de um sacerdócio protegido pela divindade, ao mesmo tempo em que se comporta como um folião carnavalesco (1997, p. 26).

A imprensa tem sua função social de informar. E a *Revista Veja*, com seu caráter investigativo, cumpriu bem o seu papel, acompanhando o caso, investigando e denunciando através de matérias publicadas semanalmente.

Segundo Patrick Charaudeau:

De um ponto de vista analítico, pode-se constatar que as mídias de informação são objetos de estudo diferentes. Uns, de filiação mais especulativa, como os estudos filosóficos e antropológicos, inserem-nas numa problemática geral que se interroga a respeito do valor simbólico dos signos, seu lugar na sociedade, as semelhanças e diferenças que as mídias apresentam ao se inscreverem em espaços culturais diversos, sua perenidade ou sua transformação quando observadas através do tempo; outros estudos, de filiação mais experimental, como os estudos psicossociológicos, destacam alguns componentes desse objeto, para estudar as operações psicossociológicas, destacam alguns componentes desse objeto, para estudar as operações psicossociocognitivas necessárias para que os sujeitos produzam ou consumam os signos de informação; outros, enfim, de filiação empírico-dedutiva, como os estudos sociológicos e semiológicos que partem de uma teoria do recorte do objeto empírico (corpus), valem-se de instrumentos de análise que lhes permitem explicar os efeitos de significância que tal objeto produz em situação de troca social.

Nenhum desses tipos de abordagem exclui os demais, sendo que toda abordagem disciplinar, por definição, é parcial. Mas uma das características das ciências humanas é a possível e necessária articulação

entre diferentes abordagens, o que caracteriza a interdisciplinaridade (2007, p. 22).

Ainda segundo o mesmo autor, do ponto de vista da análise:

É através deste enfoque, que pode reunir disciplinas de cunho sociológico, psicossocial e sociodiscursivo, que se definirá a comunicação midiática como fenômeno de produção do sentido social. Mas sem ingenuidade. O objeto da ciência também é construído, e o discurso explicativo que o acompanha é pertinente tão somente a seus próprios pressupostos teóricos. Qualquer discurso de análise que pretendesse descrever a totalidade de uma realidade empírica seria mistificador. O discurso de análise que propomos tem as seguintes propriedades: construção racional de seu objeto segundo critérios precisos (construção do corpus), o que permite conferir os resultados das análises; determinação de um instrumento de análise que sirva de base às interpretações produzidas ulteriormente; processo de interpretação que implique uma crítica social, não como ideologia (se a crítica fosse direcionada, perverteria o objetivo científico), mas como processo que faz descobrir o não-dito, o oculto, as significações possíveis que se encontram por trás do jogo de aparências.

Nas mídias, os jogos de aparência se apresentam como informação objetiva, democracia, deliberação social, denúncia do mal e da mentira, explicação dos fatos e descoberta da verdade. Entretanto, e por isso mesmo, os discursos de explicação não podem pretender à verdade absoluta e menos ainda à profecia. Nenhuma sociedade evolui pela simples ação de palavras de ordem – ainda que fossem provenientes de um sistema totalitário; de predições – ainda que fossem baseadas em análises científicas; ou de profecias – ainda que tivessem a força das crenças religiosas (“A história do mundo é um cemitério de profecias que fracassaram”). O papel do analista é observar a distância, para tentar compreender e explicar como funciona a máquina de fabricar sentido social, engajando-se em interpretações cuja relatividade deverá aceitar e evidenciar. Apresentar como verdade absoluta uma explicação relativa e acredita nela seria arrogância. Fazê-lo sem acreditar seria cinismo. Entretanto, entre arrogância e cinismo, há lugar para uma atitude que, sem ignorar as convicções fortes, procure compreender os fenômenos, tente descrevê-los e proponha interpretações para colocá-los em foco no debate social (2007, p. 28/29).

A mídia – *Revista Veja* e o Senado deviam andar juntos, isto porque ambos têm que cumprir o papel de informar a sociedade sobre os acontecimentos políticos. No entanto, o que se viu foi só a mídia cumprir essa função, enquanto o Senado estudava uma maneira de abafar o escândalo que envolvia o seu presidente, não dando uma satisfação à sociedade.

Para Francisco José Karam:

Se tomarmos como exemplo o congresso, podemos dizer que ele é, de certa maneira, a representação formal dos vários setores e interesses da sociedade – mesmo que antagônicos – no sentido de esclarecer e dirimir conflitos, de resolver problemas por meio de debates públicos, de investigar assuntos de relevância social e de votar, enfim, projetos que, transformados em lei, possam atender na prática, à aspiração da maioria

das pessoas. Mas este é só o pé legal da representação parlamentar, que deve acompanhar, para a realização da essência de universalidade que pretende aspirar e não de sua aparência de universalidade, a legitimidade dos movimentos que ocorrem no cotidiano e tornam a lei objeto de permanente discussão e reavaliação (1997, p. 25).

Insistindo no exemplo do Congresso, o autor acrescenta:

[...] podemos dizer que é necessário saber quem, em seu interior, defende, atua e vota a favor da resolução universal dos problemas humanos. Contribuir para esconder isso é reforçar, no sentido comum das pessoas, a idéia de descrença, de que todos os políticos são iguais e de que, afinal, a saída é individual e os juízos são mesmo arbitrários. Este comportamento, em ampliada escala social, só leva ao autoritarismo individual e ao comportamento ético particular, que vai da violência física à eliminação de qualquer instância de representação do indivíduo. A razão cínica e a cultura do desengajamento são resultados dessa generalidade. A informação clara, precisa e diversa é fundamental para entender a complexidade em que se move o mundo e, dentro dele, o significado do Congresso. Esconder isso é um ato contra a humanidade e a favor de uma ética essencialmente particularista (1997, p. 26).

A *Revista Veja*, como instituição da mídia, cumpriu sua função social de informar. Caso a *Revista Veja* não tivesse dado a ênfase que deu ao caso *Renagate*, durante todo o seu desdobramento, o senador Renan Calheiros poderia não ter renunciado à presidência do Senado, e ainda seria ou não absolvido de todas as acusações a ele atribuídas.

2.2 A Opinião Privada tornada Pública

A mídia – *Revista Veja* teve importante papel na formação da opinião pública como parte de um conjunto das instituições que tornam as coisas públicas, como o espaço de atuação dos jornalistas formadores de opinião, ao qual o grupo das elites políticas está exposto.

Para Venício A. de Lima:

Há, portanto, uma perigosa confusão entre as esferas privada e pública. A liberdade de imprensa garante que empresas privadas de mídia expressem seus pontos de vista sobre os assuntos públicos, mas eles serão sempre apenas o que são: opinião privada tornada pública e não opinião pública (2006, p. 46).

Assim, os jornalistas, em suas colunas impressas e/ou eletrônicas, expressaram sua opinião pessoal, privada, ideológica, de analistas políticos.

Conforme Astrid Nilsson Sgarbieri:

Identificar aspectos ideológicos no discurso da imprensa é fundamental, pois a comunicação de massa tem impacto central na análise da ideologia. Para Thompson (1995; 1998), o que faz a sociedade contemporânea moderna é a presença da mídia que, juntamente com outras instituições – como o capitalismo industrial -, tem sido responsável pela constituição do mundo como ele é hoje. Vivemos num mundo cada vez mais interligado economicamente e isso se deve, em grande parte, ao papel exercido pela indústria da mídia. Responsável pela veiculação de formas simbólicas cruciais para a cultura moderna, a imprensa, mais que reproduzir dados da realidade, representa por meio da linguagem essa realidade, segundo escolhas específicas, utilizando-se de mecanismos que lhe são próprios e que podem, em determinados contextos, contribuir para a naturalização de crenças, papéis sociais ou interpretações da realidade ideologizadas, ou seja, a imprensa pode veicular matérias que contribuam para estabelecer ou sustentar, dentre outros, preconceito e relações de poder. Não obstante, por outro lado, as formas simbólicas por ela veiculadas podem servir para contestar posições de poder. O funcionamento da ideologia na linguagem tem como principal objetivo tornar naturalizado para os participantes o que, na verdade, é de interesse de um grupo social, ou seja, a ideologia leva para o terreno do senso comum representações sobre o mundo que manifestam o interesse de um determinado grupo ou classe social, como se fosse neutro, universal ou de interesse de todos (2005, p. 151).

No caso *Renagate*, a opinião privada da *Revista Veja* tornou-se a opinião pública e a opinião da maioria da população.

Francisco José Karam toca na questão do problema ético implicado na relação entre o público e o privado:

Um dos principais temas que vem indicando a complexidade do problema ético da atividade jornalística é, sem dúvida, a relação entre o direito à vida privada e a liberdade de informação jornalística em conexão com o interesse público (1997, p. 71).

É muito difícil defender a privacidade de uma personalidade pública, como o presidente do Senado, ainda mais quando ele tem atitudes que repercutem na esfera do cargo público, com muitos desdobramentos dentro da sociedade. O mesmo autor ainda argumenta:

Ao mesmo tempo, quem está no cargo público não representa somente a sua individualidade, mas é também uma pessoa cujas ações terão desdobramentos políticos e sociais com profunda repercussão na individualidade de outras pessoas e na consecução de comportamentos sociais e projetos de futuro (1997, p. 71).

CAPÍTULO 3 - A TRANSFORMAÇÃO DA VISIBILIDADE

Antes do desenvolvimento da mídia, os políticos eram invisíveis para a maioria dos eleitores, sendo que suas aparições públicas se restringiam a grupos relativamente fechados a assembléias ou a reuniões. Hoje, a atividade de auto-representação não está mais restrita. Os políticos devem estar preparados para adaptar suas atividades a um novo tipo de visibilidade que funciona diversamente e em níveis completamente diferentes.

Wilson Gomes explica o assunto:

A esfera de visibilidade pública situa-se, nesse momento, na maioria das democracias liberais, em expansão sobre o campo político reduzindo de forma crescente as esferas de discricção de que se valem a barganha e a política miúda. Nas esferas de discricção da política de negociação, o agente político é um articulador, um parceiro do jogo entre profissionais da política, um traficante de poder, um negociador etc., enquanto na esfera pública ele é um conjunto de discursos (dele e sobre ele), de apresentações visuais de atos, de configurações plásticas ou sonoras que serão decodificados pelo público como representações, opiniões, disposições afetivas, como imagem, enfim. Como a visibilidade dos sistemas do entretenimento e da informação instala constantemente colônias avançadas nos domínios da discricção política e realiza os seus raptos e seqüestros em território inimigo, a esfera política tem sempre que levar em conta o modo como os seus discursos e atos reservados repercutiriam na esfera política se para lá fossem conduzidos pelos agentes do universo da comunicação de massa (2004, p.124).

3.1 O Público e o Privado

Ao distinguir os dois sentidos, público e privado, vemos como o desenvolvimento da mídia transformou a natureza do público, criando novas oportunidades para os políticos, e por conseqüência, também riscos.

Segundo John B. Thompson, a distinção entre o público e o privado tem uma longa história no pensamento social e político ocidental.

Ela pode remontar aos debates filosóficos da Grécia Clássica sobre a vida da polis, quando os cidadãos se reuniam para discutir questões de interesse comum e criar uma ordem social orientada para o bem comum. A explícita formulação da distinção provavelmente deriva dos primeiros desenvolvimentos do direito romano, que separa a lei pública de lei privada, e da concepção romana de *res publica*. Contudo, no último período medieval e no início da era moderna, a distinção entre público e privado começou a adquirir novos significados relacionados em parte com as transformações institucionais que aconteciam naquele tempo. À medida que as antigas instituições cediam lugar às novas, os termos “público” e

“privado” começaram a ser usados com sentidos novos e, até certo ponto, redefinidos pelas mudanças no campo objetivo a que eles se referiam (2008, p.110).

Público significa aberto ou acessível ao público, nesse sentido o que é visível ou observável, o que é realizado na frente do espectador, o que está aberto para que as pessoas vejam ou ouçam.

Privado, ao contrário de público, significa o que é escondido da vista dos outros, o que é dito ou feito em privacidade ou segredo, ou entre um grupo restrito de pessoas. Nesse sentido, a divisão entre o público e o privado tem a ver com a publicidade *versus* a privacidade e a visibilidade *versus* a invisibilidade. Um ato público é um ato visível, realizado abertamente para que qualquer pessoa possa ver, enquanto um ato privado é um ato invisível, realizado secretamente, atrás de portas fechadas.

Para John B. Thompson:

Com o desenvolvimento do estado constitucional moderno, a invisibilidade do poder começou a ser limitada de alguma maneira. O gabinete secreto foi substituído ou suplementado por uma série de instituições de caráter mais aberto e “responsável”; decisões políticas eram sujeitas a debate dentro de assembleias parlamentares; e aos cidadãos concedidos certos direitos básicos, em alguns casos formalmente reconhecidos pela lei, que garantia, entre outras coisas, sua liberdade de expressão e de associação. A doutrina dos *arcana imperii* foi transformada no princípio moderno do segredo oficial e restrito em sua aplicação para aquelas questões consideradas vitais para a segurança e estabilidade do estado (2008, p. 113).

O poder e os processos de tomada de decisão se tornaram mais públicos, mais visíveis. Mesmo assim, ainda vemos formas de poder invisível e governo encoberto com transações políticas a portas fechadas.

Segundo John B. Thompson:

Limitar a invisibilidade do poder não torna o poder inteiramente visível: pelo contrário, o exercício do poder nas sociedades modernas permanece de muitas maneiras envolto em segredo e escondido da contemplação pública (2008, p. 113).

O desenvolvimento da mídia criou novas formas de publicidade que são bem diferentes da publicidade tradicional. Esta era para grupos, interação face-a-face, publicidade que implicava visão e audição, aparência visual e palavra falada. O evento público era um espetáculo, em que o grupo presente podia ser visto, ouvido,

talvez cheirado ou sentido de outra maneira. Na publicidade tradicional, há reunião de indivíduos num mesmo lugar, com caráter essencialmente dialógico.

Já as novas formas de publicidade não estão mais limitadas à partilha de um lugar comum. As ações e eventos podem se tornar públicos, pela gravação e transmissão, a pessoas fisicamente distantes do tempo e do espaço em que ocorreram.

O desenvolvimento da mídia deu origem a uma forma de publicidade, a publicidade mediada, ainda que esta não tenha substituído inteiramente o papel da publicidade tradicional.

John B. Thompson explica resumidamente esse processo de transição:

O advento da imprensa no início da Europa moderna criou uma nova forma de publicidade ligada às características da palavra impressa a seu modo de produção, difusão e apropriação. Como todas as formas de publicidade mediada, a forma criada pela palavra impressa foi separada da partilha de um lugar comum: com o advento da imprensa, ações e eventos poderiam ser revertidos de publicidade na ausência de indivíduos co-presentes. Assim a palavra impressa foi usada desde sua publicação tanto como um meio de proclamações oficiais por representantes dos estados, como um meio através do qual grupos de oposição poderiam salientar ações e eventos que de outra maneira passavam despercebidos: ambos eram meios de tornar públicos os fenômenos para indivíduos que não estavam fisicamente presentes às suas ocorrências. Estes indivíduos abrangiam uma coletividade – um público leitor – que não se podia localizar no tempo nem no espaço. O público leitor não era uma comunidade no sentido de um grupo de indivíduos que interagem uns com os outros em encontros face a face. Era um público sem um lugar, definido não pela existência ou possibilidade de uma interação face a face entre seus membros, mas pelo fato de que seus membros tinham acesso ao tipo de publicidade que se tornou possível graças à palavra impressa (2008, p.115).

Com a criação da imprensa, o ato de tornar algo público se libertava em princípio do intercâmbio dialógico dos atos da fala, tornando-se cada vez mais dependente do acesso aos meios de produção e transmissão da palavra impressa, da TV e da mídia eletrônica.

3.2 A Administração da Visibilidade

Com a transformação da publicidade tradicional para as várias formas de publicidade mediada, ocorreu profunda alteração nas condições sob as quais o poder político é exercido.

A arte política antiga de os governantes e líderes políticos cultivarem a própria imagem pessoal e controlar sua exposição ao público sofreu alterações com o

desenvolvimento dos meios de comunicação e a transformação na natureza da visibilidade, que mudaram as regras práticas dessa arte.

Como bem lembra John B. Thompson:

A administração da visibilidade através da mídia é uma atividade perseguida não somente nos períodos intensivos de campanhas eleitorais, ela faz parte também da própria arte de governar. A condução de um governo exige um contínuo processo de tomada de decisões sobre o que, a quem e como se pode tornar público. A tarefa de tomar e executar estas decisões pode ser confiada em parte a uma equipe especializada de assessores, responsáveis pela administração da relação entre o governo e a mídia (2008, p.124).

Os novos meios de comunicação criaram novas oportunidades para a administração da visibilidade, possibilitando aos líderes políticos uma exposição pública diante de seus reais ou potenciais eleitores, numa escala e intensidade que nunca existiram antes, trazendo também novos riscos. As mensagens produzidas na mídia por políticos podem ser recebidas e entendidas de diferentes maneiras, não sendo possível um monitoramento e um controle direto dos diversos modos de interpretação.

Assim, a visibilidade criada pela mídia pode se tornar uma fonte de um novo tipo de fragilidade. Os políticos procuram administrar sua visibilidade, mas não conseguem controlá-la, o que ocasionalmente poderá escapar de suas rédeas, funcionando contra eles:

A incapacidade de controlar o fenômeno da visibilidade completamente é uma fonte permanente de problemas para os líderes políticos. Eles devem se policiar continuamente e empregar um alto grau de reflexividade para monitorar suas ações e expressões, pois um ato indiscreto ou uma observação inconseqüente podem, se forem gravadas e transmitidas a milhões de espectadores, ter desastrosas conseqüências. Podemos explorar estas questões um pouco mais focalizando algumas das diferentes fontes de problemas (THOMPSON, 2008, p. 127).

Quando o político ignora a reflexividade nas suas ações e expressões, podem ocorrer alguns problemas como a gafe e o acesso explosivo, o desempenho de efeito contrário, o vazamento e o escândalo. Estas são ocorrências que indicam a dificuldade de controlar completamente a própria visibilidade através da mídia e a vulnerabilidade aos riscos que provêm do caráter ambíguo da visibilidade mediada.

Para John B. Thompson:

O exercício do poder político hoje acontece numa arena que está sempre e permanentemente aberta à visão. Por mais que os líderes

políticos tentem restringir a própria visibilidade, ou a de suas particulares ações ou eventos, eles sabem que correm o risco de que eles, ou suas ações e eventos pelos quais são responsáveis, sejam mostrados e vistos de maneira não previstas, e, portanto, eles devem contar com a permanente possibilidade de uma visibilidade incontrolada (2008, p. 131).

Quanto mais aberto e responsável for o governo político diante de seus eleitores, menores serão as conseqüências da visibilidade mediada, mas caso o exercício do poder político ocorra de forma secreta, às escondidas, mais devastadora será a conseqüência de uma visibilidade mediada. Exemplos disso são os governos golpeados por escândalos, líderes políticos lutando para reduzir os prejuízos causados por vazamentos e revelações de vários tipos. Essas são as conseqüências que enfraquecem governos, paralisando atividades políticas e que alimentam a suspeição e o cinismo que muitas pessoas sentem hoje com relação aos políticos e às instituições políticas estabelecidas.

CONCLUSÃO

No decorrer do presente trabalho, foi analisada a relação mídia e política no Brasil, e pôde-se concluir que a política não consegue se projetar na sociedade sem a mídia. Como a mídia tem papel fundamental na política, ela busca descobrir e atacar a corrupção nos governos e os abusos do poder corporativo, sendo que a maioria dos casos de corrupção viram escândalos políticos midiáticos.

Com relação à cobertura e à narrativa feitas pela *Revista Veja*, pôde-se concluir que caso esta, com seu caráter investigativo, não tivesse veiculado todas as denúncias do caso *Renagate*, que perduraram aproximadamente sete meses, talvez o senador Renan Calheiros não tivesse renunciado, isso porque se tinha interesse que o mesmo continuasse com seu mandato.

Na análise de todas as matérias do período, fica evidente e escancarado que o senador devia renunciar para não perder seus direitos políticos, até porque a pressão da mídia, em especial da *Revista Veja*, estava muito forte. Além disso, como o senador já havia sido absolvido de dois processos de cassação, a imagem do governo também estava começando a ficar comprometida. Então a única alternativa que sobrava a Renan era a renúncia, pois caso não renunciasse, devido às pressões existentes, seria cassado e perderia seus direitos políticos, o que não seria bom para ele, nem para o partido e o governo, etc.

Mesmo com todos os acontecimentos, o senador Renan Calheiros ignorou a ética, a reflexividade em suas ações e expressões, o que gerou o escândalo político midiático *Renagate* e terminou na sua invisibilidade política.

Enfim, o caso do senador Renan Calheiros só teve este desdobramento porque a mídia - *Revista Veja* denunciou e acompanhou todo o processo. Do contrário, teríamos mais um caso de impunidade, com a absolvição do senador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORNÉO FUNCK, Suzana; WIDHOLZER, Nara (org.). **Gênero em discurso da mídia**. Santa Cruz do Sul-RS: Edunisc, 2005.

CABRAL, Otávio. A ética que vem do pasto. **Revista Veja**, São Paulo, n. 2013, 20/06/2007. Disponível em: < http://revista.veja.abril.com.br/200607/p_056.shtml > Acesso em: 25/05/2008.

CABRAL, Otávio; OLTRAMARI, Alexandre. Os mosqueteiros da ética. **Revista Veja**, São Paulo, n. 2015, 04/07/2007. Disponível em: < http://revista.veja.abril.com.br/040707/p_054.shtml > Acesso em: 25/05/2008.

CABRAL, Otávio. Só falta a degola. **Revista Veja**, São Paulo, n. 2022, 22/08/2007. Disponível em: < http://revista.veja.abril.com.br/220807/p_058.shtml > Acesso em: 25/05/2008.

CABRAL, Otávio. Os números da vergonha. **Revista Veja**, São Paulo, n. 2026, 19/09/2007. Disponível em: < http://revista.veja.abril.com.br/190907/p_048.shtml > Acesso em: 25/05/2008.

CABRAL, Otávio. Os imperdoáveis. **Revista Veja**, São Paulo, n. 2038, 12/12/2007. Disponível em: < http://revista.veja.abril.com.br/121207/p_072.shtml > Acesso em: 25/05/2008.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. Traduzido por Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007. Tradução de: Les médias et l'information.

GOMES, Wilson. **Transformação da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GOMES, Wilson. **Mapeando a audioesfera política brasileira**. Disponível em: < http://www.compos.org.br/data/biblioteca_314.pdf > Acesso em: 18/08/2008.

KARAM, Francisco José. **Jornalismo, Ética e Liberdade**. 2.ed. São Paulo: Summus, 1997.

LIMA, Venício A. **Mídia: Crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

LIMA, Venício A. **Mídia: Teoria e Política**. 2.ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

PETRY, André. O triste papel do PT. **Revista Veja**, São Paulo, n. 2026, 19/09/2007. Disponível em: < http://revista.veja.abril.com.br/190907/p_054.shtml > Acesso em: 25/05/2008.

POLICARPO, Junior. O senador e o lobista. **Revista Veja**, São Paulo, n. 2010, 30/05/2007. Disponível em: < http://revista.veja.abril.com.br/300507/p_056.shtml > Acesso em: 25/05/2008.

TEIXEIRA PEREZ, Reginaldo. **Revista Veja: Um Veículo da Transição, análise da construção de um projeto político**. Porto Alegre-RS: UFRGS, 1988. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1988.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: Uma teoria social da mídia**. 9.ed. Traduzido por Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008. Tradução de: The media and Modernity – A social theory of the media.

Weber, Max. **Ciência e Política: Duas Vocações**. Traduzido por Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix Ltda, 1993. Tradução de: Wissenschaft Als Beruf e Politik Als Berf.

E ele ainda riu da nossa cara. **Revista Veja**, São Paulo, n. 2041, 29/12/2007. Disponível em: < http://revista.veja.abril.com.br/291207/p_038.shtml > Acesso em: 25/05/2008.

OBRAS CONSULTADAS

- BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 13.ed. São Paulo: Malheiros, 2006.
- BORNÉO FUNCK, Suzana; WIDHOLZER, Nara (org.). **Gênero em discurso da mídia**. Santa Cruz do Sul-RS: Edunisc, 2005.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. Traduzido por Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007. Tradução de: Les médias et l'information.
- CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder: Uma análise da mídia**. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
- GOMES, Wilson. **Transformação da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.
- GOMES, Wilson. **Mapeando a audioesfera política brasileira**. Disponível em: < http://www.compos.org.br/data/biblioteca_314.pdf > Acesso em: 18/08/2008.
- GUARESCHI, Pedrinho; BIZ, Osvaldo. **Mídia & Democracia**. Porto Alegre: Evangraf, 2005.
- KARAM, Francisco José. **Jornalismo, Ética e Liberdade**. 2.ed. São Paulo: Summus, 1997.
- LIMA, Venício A. **Mídia: Crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
- LIMA, Venício A. **Mídia: Teoria e Política**. 2.ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.
- TEIXEIRA PEREZ, Reginaldo. **Revista Veja: Um Veículo da Transição, análise da construção de um projeto político**. Porto Alegre-RS: UFRGS, 1988. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1988.
- THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: Uma teoria social da mídia**. 9.ed. Traduzido por Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008. Tradução de: The media and Modernity – A social theory of the media.

Weber, Max. **Ciência e Política: Duas Vocações**. Traduzido por Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix Ltda, 1993. Tradução de: *Wissenschaft Als Beruf e Politik Als Berf*.

Renan Calheiros. Disponível em: <[http:// pt.wikipedia.org/wiki/Renan_Calheiros](http://pt.wikipedia.org/wiki/Renan_Calheiros)>. Acesso em 25/05/2008.

Revista Veja, n. 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038 e 2041. Disponível em: < <http://revista.veja.abril.com.br/arquivo.shtml> >.

ANEXO A – BIOGRAFIA POLÍTICA

JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS

(Murici-AL, 16 de setembro de 1955) é um político brasileiro filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Foi presidente do Senado Federal.

ATUAÇÃO POLÍTICA

O início da carreira política de Renan Calheiros começa no final da década de 70, o estudante universitário Renan Calheiros já dava sinais de que acabaria seguindo à carreira política quando presidiu o diretório acadêmico (DAC) da área de ciências humanas e sociais da Universidade Federal de Alagoas e se filiou à legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao Regime Militar. O Brasil de então ainda vivia sob a ditadura e o regime político era bipartidário.

DEPUTADO ESTADUAL (1978-1982)

Em novembro de 1978, candidatou-se e foi eleito deputado estadual pelo MDB. Com a extinção do bipartidarismo e à conseqüente reorganização partidária, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), sucessor do MDB. Entre 1980 e 1981, foi o deputado estadual líder da bancada do PMDB na Assembléia do Estado de Alagoas.

Na época, o prefeito da cidade de Maceió era Fernando Collor de Melo, alvo de ferozes críticas do PMDB. Em seus discursos na Assembléia, Renan chamava o prefeito de "príncipe herdeiro da corrupção".

No ano de 1982, dois eventos importantes na vida e na carreira de Renan Calheiros: recebe o diploma da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas e é eleito deputado federal, no mês de novembro, sendo obrigado a se mudar para Brasília com à esposa, Maria Verônica.

DEPUTADO FEDERAL

Primeiro mandato (1982-1986)

Em seu primeiro mandato como deputado federal, foi titular de três comissões: Comissão de Trabalho e Legislação Social (CTLS), Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e Comissão de Trabalho, Comércio e Indústria (CTCI). Posicionou-se contra todos os decretos-leis que determinaram o arrocho salarial e a favor do projeto de lei que proibia a demissão imotivada do trabalhador.

Em 1984, assumiu a vice-liderança do PMDB, ocupando-a até o ano seguinte. No dia 25 de abril de 1984, à Câmara dos Deputados se reuniu para votar a emenda Dante de Oliveira, que propunha o restabelecimento das eleições diretas para presidente da República em novembro do mesmo ano. Neste dia, Calheiros estava de licença.

No dia 15 de janeiro de 1985, o colégio eleitoral elegeu o mineiro Tancredo Neves presidente da república pela Aliança Democrática, uma união do PMDB com a Frente Liberal (dissidentes do extinto PDS). A Frente Liberal acabaria por se transformar no extinto PFL, hoje Democratas. Calheiros votou com o partido, em Neves, mas este não chegou a assumir: faleceu no dia 21 de abril, ironicamente, dia de Tiradentes, um mineiro que morrera pela liberdade. Quem assumiu foi o homem que um dia viria a se tornar grande aliado de Renan Calheiros: José Sarney. O

maranhense já vinha exercendo o cargo de presidente da república interinamente desde 15 de março.

Ainda em 1985, Renan enfrentou uma disputa interna em seu partido para ser o candidato peemedebista à prefeitura de Maceió, mas foi derrotado por Djalma Falcão. A derrota lhe rendeu à presidência regional do partido, com o apoio do usineiro João Lira, um personagem que futuramente acabaria lhe rendendo boas dores de cabeça. Fato é que, apoiado por Lira, Calheiros candidatou-se novamente e foi reeleito deputado federal com a maior votação do PMDB e à segunda maior do estado de Alagoas, obtendo um total de 54.888 votos.

Segundo mandato (1986-1992)

Em seu segundo mandato como deputado federal, foi titular de algumas subcomissões e suplente de outras. No ano de 1987, foi eleito vice-presidente do PMDB de Alagoas. Chegou a viajar à China, à convite do governo chinês, e a ocupar a Secretaria de Educação do Estado de Alagoas.

No dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da nova constituição nacional, Renan assumiu a Comissão de Constituição e Justiça. Defendeu o parlamentarismo e a regulamentação do direito de greve, inclusive do funcionário público, além da garantia de todas as conquistas sociais asseguradas na carta magna (como é conhecida a constituição). Na questão da reforma agrária, defendeu não só a limitação do direito de propriedade, mas também a desapropriação de terras improdutivas.

Em novembro e dezembro de 1989, foram realizadas as primeiras eleições diretas para presidente da República, após 25 anos de regime militar. Filiado ao Partido da Reconstrução Nacional (PRN), Renan Calheiros assumiu à assessoria de Fernando Collor de Melo, candidato à presidência da República. Na ocasião, questionou-se sua aproximação com o candidato, já que no início dos anos 1980, quando era líder da oposição na Assembléia Legislativa, ele se notabilizara pelos discursos contundentes contra o então prefeito de Maceió, a quem acusava de "príncipe herdeiro da corrupção". Em resposta, Renan declarou ser amigo pessoal do candidato, a quem se unira para "derrotar as oligarquias".

A primeira etapa do processo eleitoral efetivou-se em 15 de novembro, concentrando a disputa entre Fernando Collor de Melo e Luís Inácio Lula da Silva, da Frente Brasil Popular, coligação de esquerda comandada pelo Partido dos Trabalhadores (PT). A campanha se caracterizara por uma aguda polarização entre os dois postulantes. A vitória de Collor confirmou-se no segundo turno, realizado em 17 de dezembro, e à margem de votos foi pequena. No mesmo mês, já como líder do PRN na Câmara, Renan Calheiros garantiu que o pacote emergencial a ser baixado pela presidência para sanear o país e viabilizar a retomada do crescimento econômico promoveria reformas nas áreas patrimonial, fiscal e administrativa, além de definir as novas políticas de renegociação da dívida interna e externa. Anunciou também uma devassa na administração de José Sarney.

Em março de 1990, tão logo tomou posse como líder do governo no Congresso Nacional, Renan Calheiros divulgou o pacote de medidas baixado por Collor, entre as quais, destacava-se o confisco de parcela dos ativos depositados em cadernetas de poupança.

Candidato ao governo de Alagoas, Renan iniciou uma acirrada disputa política com o deputado federal Geraldo Bulhões, outro amigo pessoal do presidente. Convidado a assumir a pasta da agricultura em substituição a Joaquim Roriz -

indicação feita por Collor, que assim tentava resolver o impasse provocado pela briga entre os dois amigos - recusou o convite, declarando que permaneceria na liderança do governo até junho.

Em abril, afirmou que o governo havia obtido a aprovação das medidas provisórias relativas ao Plano Collor no Congresso sem negociar cargos públicos, o que considerava "uma verdadeira revolução". Declarou: "O Brasil mudou em dezembro, o Congresso em abril, e quem não entendeu isso vai perder o bonde da História".

No dia 25 de abril, rebateu acusações feitas pelo líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro, de que o governo estaria praticando fisiologismo nas suas relações com os parlamentares, afirmando que os 38 deputados do PMDB que tinham votado favoravelmente à reforma monetária não haviam sido cooptados, mas agido na "convicção da sintonia do seu gesto com a vontade majoritária do povo brasileiro de ver aprovado o plano de estabilização econômica". No dia seguinte, entretanto, admitiu que ao enviar para o Congresso a Medida Provisória nº 180, que regulava os poderes da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Melo, em relação aos prazos e limites de saque do dinheiro bloqueado pela reforma monetária, cometera um grave erro, dando à oposição a oportunidade de alterar o que o governo considerava a espinha dorsal do plano econômico.

Em junho, ante a ameaça de desagregação da maioria parlamentar que apoiava o governo, e que reivindicava nomeações para cargos do segundo escalão, Renan Calheiros apresentou um projeto de resolução para que os líderes de partidos com no mínimo 80 parlamentares pudessem exigir a votação nominal de matérias em qualquer momento das sessões. No final de junho, deu início à sua campanha ao governo de Alagoas, acusando Bulhões de oferecer dinheiro a deputados estaduais na tentativa de granjear apoios. Apesar da adesão de ministros de Estado em pronunciamentos veiculados na TV, as pesquisas eleitorais indicaram a ascensão de Bulhões. Surpreso, Renan criticou a participação do então governador de Alagoas, Moacir Andrade, na campanha do seu adversário.

Em outubro de 1990, assim que as primeiras urnas foram apuradas apontando a vantagem de Geraldo Bulhões, Calheiros acusou-o de fraudar a eleição, conflitando diretamente com o Palácio do Planalto, já que o tesoureiro da campanha do PST fora o empresário, advogado e amigo pessoal de Collor, Paulo César Farias, que havia desempenhado idêntica função na campanha presidencial de 1989. Em meados de novembro, inconformado com o silêncio do presidente em face das acusações de fraude eleitoral, rompeu com ele, acusando-o de traição. Derrotado no primeiro e no segundo turnos, Renan Calheiros anunciou que se retiraria do PRN. Deixou a Câmara dos Deputados ao término da legislatura, em janeiro de 1992.

DO IMPEACHMENT À ELEIÇÃO DE FHC

Instaurada a grave crise política que se desencadeou a partir da divulgação das denúncias do empresário Pedro Collor, irmão de Fernando Collor, sobre a existência de um grande esquema de corrupção no governo, envolvendo o próprio presidente e Paulo César Farias, em maio de 1992, Renan Calheiros acusou PC de comandar um "governo paralelo". No mês seguinte, afirmou que Collor tinha conhecimento do esquema, e pediu o impeachment do presidente. Instalada a comissão parlamentar de inquérito que investigou as atividades de PC Farias, Calheiros prestou depoimento, confirmando as suas acusações e denunciando a existência de um "alto comando" da corrupção, sediado no Planalto, integrado pelo

ministro-chefe do Gabinete Militar, Agenor Homem de Carvalho, pelo ex-secretário de Assuntos Estratégicos, Pedro Paulo Leoni Ramos, e pelo ex-secretário da presidência da República, Cláudio Vieira.

Segundo Renan Calheiros, uma das formas de atuação desse esquema era a centralização das nomeações para cargos no governo, todas elas submetidas a uma comissão informal presidida por PC. A primeira-dama, Rosane Collor, então presidente da Legião Brasileira de Assistência (LBA), teria enviado 250 mil cestas básicas a Alagoas, a fim de influenciar o eleitorado a votar em Geraldo Bulhões nas eleições de 1990. Collor chegara mesmo a cogitar a nomeação de sua mulher para o Ministério da Ação Social, e era Paulo César Farias quem pagava os extratos de cartão de crédito de Rosane. Representantes do governo na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) rebateram tais afirmações, acusando-o de usar em suas campanhas eleitorais, também, verbas fornecidas por Paulo César Farias. Acusado de calúnia, injúria e difamação por Collor, Calheiros compareceu ao Departamento de Polícia Federal e apresentou como peça de sua defesa o relatório final da mesma comissão, que responsabilizava o presidente por ter sido omissivo na apuração de tráfico de influência no seu governo.

Na sessão da Câmara dos Deputados de 29 de setembro de 1992, foi aprovada a abertura do processo de impeachment de Collor. Afastado da presidência, Collor renunciou ao mandato em 29 de dezembro de 1992, horas antes da conclusão do processo pelo Senado Federal, que decidiu pelo seu impedimento. Foi então efetivado na presidência da República o vice de Collor, Itamar Franco, que já vinha exercendo o cargo interinamente desde 2 de outubro.

Em outubro de 1992, Renan Calheiros voltou à cidade natal para fazer a campanha do pai, Olavo Calheiros, candidato à prefeitura de Murici pela legenda do PMDB. Na ocasião, ele denunciou a prática do voto-carbono, artifício utilizado por Glauber Tenório, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), apoiado por Paulo César Farias, também natural de Murici, através do qual, os eleitores comprovavam o seu voto mediante a impressão em papel-carbono da cédula eleitoral.

Vice-presidente executivo da Petrobras Química S.A. (Petroquisa) (de 1993 a 1994), Renan Calheiros firmou o compromisso de evitar a criação de oligopólios e criticou a privatização da empresa, do grupo da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

SENADOR

PRIMEIRO MANDATO (1994 - 2002)

Em outubro de 1994, Renan Calheiros elegeu-se senador com 235.332 votos, assumindo o mandato em fevereiro de 1995.

Em abril de 1995, coordenou o grupo de trabalho de Reforma e Modernização do Senado Federal, constatando os imensos gastos do Congresso brasileiro - 1,5 bilhão de dólares anuais para 10 mil funcionários, contra os dois bilhões de dólares e 32 mil funcionários do Congresso americano. Diante disso, declarou que pretendia acabar com o "desperdício e à inércia administrativa". Nomeado segundo-secretário do Senado (de 1995 a 1997), presidiu, a partir de julho de 1995, a Comissão Representativa do Congresso, e desde outubro, a Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização, que examinou a proposta de Orçamento de 1996 e formulou a denúncia de manipulação das verbas orçamentárias por um grupo de deputados que ficou conhecido como "anões do orçamento". Ao longo dos trabalhos,

Calheiros foi encarregado de escolher os relatores que investigariam as contas do governo Collor.

Presidente da Comissão de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (1995) e presidente nacional da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (1995-1996), em março de 1996, foi indicado para integrar a chamada CPI dos Bancos, criada para apurar irregularidades no sistema financeiro, em especial com respeito à atuação do Banco Central. Instaurada com o apoio do grupo liderado pelo presidente do Senado, José Sarney (PMDB), do qual fazia parte, e contra a vontade da bancada de apoio ao presidente Fernando Henrique Cardoso, nem chegou a iniciar seus trabalhos.

Em junho de 1997, juntamente com os senadores alagoanos Teotônio Vilela Filho (PSDB) e Guilherme Palmeira, do extinto Partido da Frente Liberal (PFL, atual DEM), Renan Calheiros atuou nas negociações entre o governo federal e o governo de Alagoas, com vistas ao encaminhamento de soluções para a crise financeira e à rolagem de dívida estadual, e que levaram a renúncia do governador Divaldo Suruagi, substituído pelo vice, Manuel Gomes de Barros (PTB), e à reforma de todo o secretariado estadual.

Em agosto, Calheiros foi designado relator da emenda constitucional que prorrogou o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) até dezembro de 1999. O FEF deu ao governo poderes para gastar até 20% das receitas orçamentárias antes vinculadas às áreas de saúde e de educação, sendo considerado vital pelo governo, para o equilíbrio das contas públicas. Renan condicionou à rápida aprovação do FEF a mudanças na chamada Lei Kandir - que isentara exportações e investimentos do recolhimento de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - como compensação pelas perdas sofridas pelos estados e municípios - e à ampliação do número de municípios atendidos pelo Programa Comunidade Solidária.

Em meados do mesmo ano, votou a favor da emenda constitucional que previa à reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos sem desincompatibilização, e pelo aumento do imposto de renda, o fim da aposentadoria especial dos magistrados, a destinação de verbas públicas para custear campanhas eleitorais, a reforma da Previdência e à prorrogação do FEF.

Titular das comissões de Constituição e Justiça, de Infra-Estrutura, de Educação e de Assuntos Sociais do Senado Federal (de 1997 a 1998), com a reforma ministerial implementada por Fernando Henrique Cardoso, Renan Calheiros foi indicado pelo senador Jader Barbalho (PMDB-PA) para ocupar o Ministério da Justiça, em substituição a Íris Resende, que se desincompatibilizara para concorrer ao governo do estado de Goiás. Apesar das resistências ao seu nome, uma vez ter sido ele líder do ex-presidente Fernando Collor, a indicação foi mantida e Renan tomou posse no dia 7 de abril de 1998.

Três dias após assumir o ministério, ele e o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, convocaram à Eldorado dos Carajás (sul do Pará) os dois juízes responsáveis pelo julgamento do massacre de 19 trabalhadores sem-terra ocorrido naquela localidade no dia 17 de abril de 1996. Renan Calheiros obteve informações sobre o andamento dos processos e anunciou que o julgamento seria marcado o mais rápido possível. No ensejo, os dois ministros anunciaram o Programa Conjunto de Combate à Violência e à Impunidade, incluindo a criação da Vara Agrária - à segunda do país, especializada em conflitos de terra - o envio de mais agrônomos do INCRA para acelerar a vistoria de oitocentos mil hectares de terra na região, até o fim daquele ano, e a aplicação de 130 milhões de reais na reforma agrária no sul do Pará. Calheiros anunciou, também, que os soldados que estivessem no Pará

passariam a atuar em situações de conflito de terras, independentemente de consulta à presidência da República e ao Ministério do Exército.

Os conflitos envolvendo a disputa pela posse de terra e entre entidades de trabalhadores rurais e fazendeiros caracterizaram um dos principais alvos da ação do então ministro Calheiros. Em maio de 1998, Renan anunciou a instauração, pela Polícia Federal, de três inquéritos criminais contra nove líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por incitação, apoio à organização e participação em saques em cidades atingidas pela seca, no Nordeste. No mesmo mês, determinou a abertura de inquérito com pedido de prisão preventiva contra o presidente da Associação Nacional de Produtores Rurais, Narciso Clara, acusado de usar o programa Conexão Rural, da TV Eldorado, do Pará, para conclamar os fazendeiros da região a formar milícias armadas e a reagir com violência às invasões de suas propriedades.

O assassinato do delegado corregedor de São Paulo, Alcioni Serafim Santana, que apurava o envolvimento de policiais no contrabando e no narcotráfico, deu início a uma séria crise entre o então Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro, e a Polícia Federal, instituição sob à jurisdição do Ministério da Justiça. Pressionado por Brindeiro, que denunciou as ameaças de morte feitas a procuradores do Rio de Janeiro e de São Paulo, e pelo próprio presidente da República, Renan Calheiros anunciou a criação de uma comissão especial responsável pela apuração de irregularidades na Polícia Federal.

Em julho de 1998, Calheiros publicou um dossiê preparado pelo Ministério Público com nomes de 147 integrantes da Polícia Federal contra os quais existiam processos criminais e administrativos. A lista incluía dois superintendentes estaduais e um subdiretor, e foi analisada por comissão nomeada pelo ministro para afastar policiais envolvidos em falcaturas. Na mesma ocasião, o governo editou medida provisória para poder afastar, antes da decisão judicial, os elementos envolvidos. No confronto do dossiê, divulgado por Calheiros, com as informações da corregedoria da Polícia Federal, responsável por inquéritos internos, a comissão descobriu que muitos policiais citados no dossiê já haviam sido demitidos. Foram excluídos da lista, também, aqueles que continuavam no cargo por decisão judicial. Com isso, apenas quatro policiais poderiam ser enquadrados de imediato na MP e afastados.

Durante a sua gestão no Ministério da Justiça, Renan Calheiros também atuou nas áreas de defesa do consumidor e direito econômico, tomando iniciativas para coibir a agiotagem praticada por pessoas físicas e empresas, e promover a anulação ou revisão de cláusulas dos contratos das administradoras de cartão de crédito, consideradas abusivas.

No mesmo mês, desempenhou as funções de vice-presidente da XI Conferência dos Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos, realizada em Lisboa, e no mês de novembro presidiu o encontro dos ministros do Interior do Mercosul, Bolívia e Chile, em Brasília.

Mantido na pasta da Justiça pelo presidente Fernando Henrique Cardoso ao iniciar seu segundo mandato presidencial em 1º de janeiro de 1999, Renan Calheiros deixou o cargo em julho, sendo substituído pelo advogado criminalista José Carlos Dias. Em seguida, reassumiu sua cadeira no Senado Federal.

Exerceu os cargos de presidente do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) e do Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP). Em 2002, foi um dos mentores do Estatuto do Desarmamento.

SEGUNDO MANDATO (2002 - 2007)

Reeleito senador em 2002, Calheiros e o PMDB decidiram apoiar o recém-empossado presidente Luís Inácio Lula da Silva. José Sarney foi eleito presidente do senado federal neste ano, e ocupou o cargo até 2005, quando Calheiros assumiu a cadeira - que ocupou até dezembro de 2007, pois foi reeleito em fevereiro do mesmo ano.

ANEXO B – MATÉRIAS PUBLICADAS PELA REVISTA VEJA

Revista Veja – Edição 2010 de 30 de maio de 2007

O senador e o lobista

Renan Calheiros terá de explicar por que diretor de construtora pagava suas contas

Desde que a Operação Navalha foi deflagrada, o senador Renan Calheiros, do PMDB de Alagoas, tem sido instado a explicar suas relações com o empreiteiro Zuleido Veras, dono da Gautama. O senador tem dito que são apenas conhecidos, mas são mais do que isso. Em 1990, o empreiteiro bancou sorrateiramente a campanha do senador ao governo de Alagoas e, embora tenha terminado em derrota, a eleição serviu como marco de uma amizade sólida. Sólida mesmo, a ponto de o empreiteiro freqüentar a residência oficial do presidente do Senado. A situação de Renan Calheiros, porém, é mais complicada do que sua intimidade com Zuleido Veras. É que o senador tem outro amigo explosivo no submundo da empreita que, tal como Zuleido, freqüenta sua casa e, tal como Zuleido, é seu dileto amigo. O amigo de alta octanagem é Cláudio Gontijo, lobista da construtora Mendes Júnior, uma das maiores do país. Nos últimos anos, Gontijo, mais do que um amigo, tem se apresentado no papel de mantenedor do senador. VEJA apurou os laços financeiros entre os dois:

- O lobista da Mendes Júnior coloca à disposição do senador um flat num dos melhores hotéis de Brasília, o Blue Tree. O flat, número 2 018, é usado para compromissos que exijam discrição. Está em nome de Cláudio Gontijo.
- O lobista da Mendes Júnior pagou, até março passado, o aluguel de um apartamento em Brasília para o senador. O imóvel tem quatro quartos e fica em uma área nobre da capital federal. O aluguel saía por 4.500 reais.
- O lobista pagava 12.000 reais mensais de pensão para uma filha do senador, de 3 anos de idade. A pensão foi bancada por Cláudio Gontijo de janeiro de 2004 a dezembro do ano passado.
- O lobista ajuda nas campanhas do senador Renan Calheiros e nas de sua família. Já ajudou o próprio senador, seu filho e seu irmão.

Tal como Zuleido, Gontijo opera nas sombras. Oficialmente, ele é assessor da Diretoria de Desenvolvimento da Área de Tecnologia da Mendes Júnior há quinze anos. Na realidade, sua função é defender os interesses da empresa junto ao governo. A Mendes Júnior constrói aeroportos, metrô, linhas de transmissão de energia e estradas. Tem fortes interesses no governo. Hoje, participa, entre outras obras, de um consórcio responsável pela construção do aeroporto de Vitória e fechou vários contratos com a Petrobras para a construção de tubulações e manutenção industrial. Tal como a Gautama, a Mendes Júnior também orbita no Ministério de Minas e Energia, do qual foi demitido o ministro Silas Rondeau. Foi a partir desse ministério que Gontijo estendeu sua área de influência a outros setores do governo nos últimos anos. Com a ajuda de Renan, chegou a indicar nomes para cargos públicos, como o do engenheiro Aloísio Vasconcelos Novais, que assumiu a Eletrobrás quando Rondeau deixou o cargo para ser ministro de Minas e Energia.

O senador Renan Calheiros caiu nas graças do lobista. Nos últimos três anos, a pedido de Renan, o lobista pagou os 4.500 reais de aluguel do apartamento de quatro quartos. No imóvel, até recentemente, morava a jornalista Mônica Veloso, com quem o senador tem uma filha de 3 anos, que recebe a pensão do lobista. Todos os meses, a jornalista ia ao escritório da Mendes Júnior, no 11º andar do Edifício OAB, situado na Asa Sul, onde pegava um envelope branco, timbrado, com o endereço, os telefones e o nome de Cláudio Gontijo. O envelope era identificado com suas iniciais – MV. Dentro havia sempre 16.500 reais. Era o aluguel mais a

pensão de 12.000 reais para a criança. VEJA teve acesso ao contrato de locação do imóvel. Nele, Gontijo assina como fiador. Seguindo orientação do senador, o lobista contratou uma empresa de vigilância para garantir a segurança de Mônica Veloso e sua filha. A direção da Mendes Júnior diz que isso tudo é "questão pessoal" de Gontijo e que desconhece esses pagamentos. Procurada por VEJA, Mônica Veloso preferiu não se manifestar.

Cláudio Gontijo também cedia ao senador um flat no hotel Blue Tree, em Brasília. A VEJA, ele confirmou que conhece Renan Calheiros. "Ele é meu amigo, nada mais." Ele diz que classifica como maldade as insinuações de que frequenta a casa do senador e que, por interesse, lhe presta favores. "Parei de ir à casa dele desde que ele virou presidente do Senado para evitar problemas", disse Gontijo. O lobista admite que entregava dinheiro para quitar as despesas de Mônica Veloso, mas ressalva que o dinheiro não era nem dele nem da empreiteira. De quem era? "Só posso dizer que não era meu", responde. O senador Renan Calheiros diz que ele mesmo era o dono dos recursos. "O dinheiro era meu", afirmou. Se era seu, por que o lobista fazia a intermediação? Nesse ponto, Renan diz que não falará mais sobre um assunto que está sob segredo de Justiça. Renan ganha 12.700 reais brutos por mês como senador, que complementa, nas palavras dele, com "rendimentos agropecuários". Pensão e aluguel, como se viu anteriormente, somam 16.500 reais. A vida íntima do senador Renan Calheiros diz respeito apenas a ele próprio. Não é um assunto público. Mas, quando essas relações se entrecruzam com pagamentos feitos por um lobista, o caso muda de patamar.

O lobista Gontijo nega que a Mendes Júnior tenha se beneficiado da proximidade com Renan Calheiros para conseguir contratos com o governo: "Não temos nenhuma obra sendo executada no governo federal". Lembrado de que tem contratos com Infraero, Petrobras e Eletrobrás (todas áreas sob influência do senador), o lobista retruca: "Para nós, isso é obra privada". Perguntado sobre o flat que empresta ao senador, encerra a conversa: "Não vou responder mais nada". O lobista também ajudou a família Calheiros em campanhas políticas. Nas eleições de 2004, sempre por trás da contabilidade oficial, contribuiu com as campanhas de Renan Calheiros Filho (filho do senador), de Robson Calheiros (irmão do senador) e de José Wanderley (afilhado político do senador). Certa vez, o lobista chegou a reclamar que os pedidos financeiros de Renan Calheiros estavam exagerados. "Cláudio, arruma aí, pede emprestado", solicitava o senador, de acordo com a versão contada pelo lobista a um interlocutor que conversou com VEJA. Não se sabe o tamanho da ajuda que o lobista deu. Renan Filho foi eleito prefeito de Murici, Robson Calheiros ganhou a suplência de vereador e o médico José Wanderley não se elegeu. No ano passado, emplacou como vice do tucano Teotonio Vilela, governador de Alagoas.

As relações empreiteiro-familiares do clã Calheiros também envolvem o deputado Olavo Calheiros, outro irmão de Renan. No âmbito da Operação Navalha, a polícia captou um diálogo entre Zuleido e Fátima Palmeira, diretora da Gautama, em que eles conversam sobre uma emenda que teria sido oferecida pelo deputado Calheiros, que beneficiaria a empresa. "É o seguinte: aqui, o Olavinho passou aquela emenda que ele tem para a gente", diz Zuleido. "Empreiteiro é bravateiro, quer vender prestígio", justifica Olavo Calheiros, informando que a emenda foi apresentada há dez anos. Pode ser mesmo uma bravata, mas o deputado Olavo Calheiros sempre atuou como uma espécie de abre-alas para empreiteiros amigos. Zuleido, quando tinha dificuldades para se encontrar com ministros para tratar de licitações de obras e liberações de recursos, acionava Olavo Calheiros. O deputado

marcava audiência com o ministro e levava o empreiteiro na bagagem. Dois ex-ministros de Lula relataram a VEJA que receberam Olavo Calheiros em audiências às quais ele, de surpresa, apareceu acompanhado pelo empreiteiro Zuleido Veras.

As investigações sobre a Gautama de Zuleido Veras também mostram que os tentáculos do empreiteiro chegavam ao Tribunal de Contas da União. Em uma conversa captada pela polícia, Zuleido insinua ter acesso privilegiado a pelo menos dois ministros do TCU – Augusto Nardes e Guilherme Palmeira, parente de uma personagem importante do escândalo, Maria de Fátima Palmeira, diretora comercial da Gautama. Renan Calheiros também é íntimo de Guilherme Palmeira. Em 2004, Palmeira chegou a informar o senador a respeito do curso do processo que tramitava no Tribunal Superior Eleitoral sobre a cassação do então governador de Alagoas, Ronaldo Lessa – assunto que interessava a Renan Calheiros. A VEJA, o ministro Guilherme Palmeira confirma que é amigo de Renan, conhece Zuleido Veras, mas diz que nunca atuou em processos de interesse da Gautama. "Ao menos que eu me lembre, não!" Conta que chegou até a receber algumas vezes Fátima no gabinete, mas encaminhou-a ao relator dos processos. O ministro, de fato, tem memória fraca. Ele foi relator do processo número 008 887/2002, que apura irregularidades num contrato da Gautama com a prefeitura de Porto Velho. Consultado por VEJA, mas sem conhecer o caso concreto, o advogado Roberto Caldas, membro da Comissão de Ética Pública da Previdência, diz que a relação financeira entre um parlamentar e um lobista de empreiteira é condenável. Diz ele, falando em tese: "Evidentemente, esse tipo de relação é inaceitável para alguém que ocupe um cargo público".

Revista Veja – Edição 2011 de 6 de junho de 2007

Eles são unha e carne

Contratos de locação obtidos por VEJA mostram que o lobista Gontijo era devedor solidário de tudo o que o senador Renan diz que pagava a Mônica. A venda do flat e os pagamentos feitos no escritório da Mendes Júnior têm mais jeito de sociedade do que de amizade

A reportagem de capa da edição passada de VEJA informava que certas despesas do senador Renan Calheiros, do PMDB de Alagoas, foram pagas por um velho amigo, o mineiro Cláudio Gontijo, lobista da Mendes Júnior, uma das maiores empreiteiras do país. A reportagem mostrou que o lobista se ocupou do pagamento da pensão para uma filha do senador e do aluguel do apartamento onde a criança morava com a mãe, a jornalista Mônica Veloso. Na própria reportagem, o lobista admitiu que fazia os pagamentos, mas negou que o dinheiro lhe pertencesse. Na segunda-feira passada, diante da gravidade da denúncia, Renan Calheiros leu uma explicação no Senado em que admitiu ter usado os serviços do lobista, mas apenas como seu pombo-correio. Como fizera a VEJA antes, ele garantiu aos seus pares que o dinheiro era seu. O senador disse ter provas da origem do dinheiro em relação aos pagamentos feitos de dezembro de 2005 em diante.

Na semana passada, VEJA descobriu uma intrigante sobreposição de fatos. Justamente no período em que Renan diz não ter provas dos pagamentos – antes de dezembro de 2005 – o lobista Gontijo surge em documentos como devedor solidário do presidente do Senado. A revista obteve cópias de contratos em que esses favores estão registrados. Coincidência apenas? O Conselho de Ética, que examina a relação de Renan com o lobista, tem o poder de desvendar se o dinheiro usado por Gontijo para pagar as despesas de Renan era dele mesmo, do senador ou de outra fonte qualquer. O advogado de Mônica e a própria jornalista têm

convicção formada a respeito da origem do dinheiro e não a escondem. Será muito útil ouvi-los oficialmente a respeito.

Nos dois contratos de aluguel de Mônica Veloso, o fiador é sempre o lobista. O primeiro contrato foi firmado em 16 de março de 2004 e se referia ao aluguel de uma ampla casa, com quatro quartos, piscina e churrasqueira, localizada no Lago Norte, um dos bairros nobres de Brasília. O aluguel saía por 4.500 reais. Mônica e a filha do senador residiram nessa casa por um ano apenas, de março de 2004 a março de 2005 – e o aluguel foi pago adiantado, numa parcela só, em torno de 40 000 reais. O segundo contrato, assinado em 3 de março de 2005, é de um apartamento. O aluguel, nesse caso, é de 4.000 reais. O lobista deixou de pagar o aluguel do apartamento em novembro de 2005, um mês antes do início da contagem oficial do senador para o período em que diz ter como comprovar que o dinheiro era seu. Desde então, tendo o lobista deixado de bancar o aluguel, o assunto foi parar na Justiça. Mônica responde a uma ação de despejo, mas ainda mora no imóvel.

Do ponto de vista estritamente legal, a existência dos contratos de aluguel, com a fiança do lobista da Mendes Júnior, enfraquece o cerne das explicações do senador. O responsável legal – e último – pelo pagamento do aluguel é o fiador. O lobista era, portanto, a garantia de que o pagamento seria honrado perante o locador, a imobiliária e a Justiça. Na semana passada, o advogado Pedro Calmon Filho, que trabalha para Mônica, negou que sua cliente fosse amiga de Gontijo, desmentindo a afirmação do senador. "A minha cliente nunca tinha visto Cláudio Gontijo, não tinha relação de amizade nenhuma com ele, foi apresentada pelo senador", disse o advogado em entrevista ao Jornal Nacional, da TV Globo. Por que o lobista aceitaria ser fiador de uma mulher que mal conhecia? Ele o fez a pedido do senador e, assim, tornou-se o responsável legal pelo aluguel de uma estranha. Mas será que efetivamente pagou os aluguéis? Na semana passada, por meio do seu advogado, a jornalista confirmou que suas despesas corriam por conta do lobista. Sabe-se que, no decorrer das negociações mais tensas entre Renan e Mônica no passado, o lobista sempre aparecia com propostas ousadas de conciliação, a ponto de ela se queixar disso ao senador e a seu advogado. Mas isso, por enquanto, não vem ao caso do dinheiro.

Para garantir a versão do senador, seus advogados chegaram a procurar o advogado de Mônica no sábado 26. Propuseram que ela assinasse uma declaração dizendo que o lobista era apenas intermediário do dinheiro, mas não o dono dos recursos. A jornalista se recusou a participar da farsa. É possível que os contratos de aluguel, salvo algum documento que ainda não tenha vindo a público, sejam a prova mais contundente possível da promiscuidade financeira entre o senador e o lobista. Isso porque os pagamentos do lobista à jornalista eram feitos em dinheiro vivo, justamente para não deixar rastro, o que dificulta o surgimento de provas cabais. Todos os meses, a jornalista ia até o escritório da Mendes Júnior, localizado no 11º andar de um edifício no centro de Brasília. Ali, apanhava um envelope com o dinheiro, da pensão alimentícia e, quando era o caso, do aluguel. Na semana passada, VEJA teve acesso – mas não obteve cópia – de mais um elemento a comprovar o esquema. Foram oito envelopes pardos dentro dos quais o dinheiro foi entregue. Num deles, por exemplo, consta o nome da empreiteira ("Mendes Júnior Trading e Engenharia") e uma anotação manuscrita do destinatário ("Mônica Veloso"). No verso do envelope, também manuscrito, um valor ("12.000,00"). Há outros envelopes com valores diferentes, sugerindo que talvez os pagamentos não fossem feitos com rigor de datas e valores.

O conjunto de evidências complica a situação do senador. Afinal, o lobista confirmou que fazia os pagamentos, mas dizia que o dinheiro não era dele nem da Mendes Júnior. O senador também confirmou que usou os serviços do lobista, mas disse que o dinheiro lhe pertencia, embora tenha afirmado que não podia provar. A jornalista igualmente confirmou que o lobista lhe fazia os pagamentos e garantiu que pegava o dinheiro no escritório da Mendes Júnior. E, agora, aparecem dois contratos de aluguel a provar o papel central do lobista como patrocinador da jornalista que ele não conhecia. Será possível reunir indícios mais eloqüentes de que o lobista tinha uma relação financeira com o senador? Renan Calheiros alegou que não tinha documentos sobre os pagamentos feitos antes de dezembro de 2005 porque só nessa data reconheceu a paternidade de sua filha, oficializando a situação. "Por que ia haver comprovantes de depósito se a relação não era oficial?", disse o senador. É uma explicação curiosa. É precisamente no período da "relação não-oficial" que o senador deveria ter tomado o cuidado de guardar provas dos pagamentos, mas fez o contrário.

Mais curioso ainda é que no dia seguinte à confissão do senador, segundo a qual não tinha provas dos pagamentos anteriores a dezembro de 2005 porque "a relação não era oficial", seu advogado, Eduardo Ferrão, veio a público desmenti-lo. O advogado entregou à Corregedoria do Senado um maço de documentos e disse que ali estava a comprovação das transações. "Todos os recursos, absolutamente todos, e não há exceção, têm sua fonte definida nesses extratos", disse o advogado. Ficou a dúvida: afinal, sendo a relação "não-oficial", os pagamentos podiam ou não ter comprovantes? As contradições entre o senador e seu advogado talvez se expliquem na análise dos extratos. Suspeita-se que Renan, sabendo que quem fazia os pagamentos era o lobista, foi logo dizendo que não tinha prova. Seu advogado, porém, pode ter examinado os extratos bancários do senador anteriores a dezembro de 2005 e encontrado ali saques de valores que, numa conta de chegar, poderiam se encaixar na versão de que eram destinados a pagamentos à jornalista. Parece que nem o senador tinha pensado nisso antes.

Em seu discurso, Renan, além de silenciar sobre o que interessa, que é a origem do dinheiro, falou sobre o que não interessa, que é sua relação pessoal com a jornalista e sua filha. Disse que pagou 8.000 reais por mês de "assistência à gestante" (mas não precisou o período) e que, de dezembro de 2005 em diante, pagou pensão de 3.000 reais (mas não explicou o motivo da redução no valor). Com a intenção de aparecer como vítima da violação de sua privacidade, e apresentando-se na figura de pai zeloso, contou que criou um fundo de 100.000 reais para assegurar o futuro educacional de sua filha, a quem tratou o tempo todo como "a beneficiária" e "a criança". Mostrou dois recibos, de 50.000 reais cada um, provando o pagamento. Ninguém queria saber se pagou ou não, mas de onde veio o dinheiro. Com documentos, Renan provou que tinha rendimentos para pagar – mas pagou? No caso dos 100.000 reais, informou que os recursos foram entregues à jornalista em dinheiro vivo. O advogado da jornalista disse que não se tratava de um "fundo educacional", explicação usada nos recibos só para fazer constar. Na verdade, seriam atrasados das pensões não pagas de dezembro de 2005 a julho de 2006. Isso interessa quase nada. O incrível é que, no Senado, ninguém mostrou espanto com a operação. Dinheiro vivo! Em duas malas com 50.000 reais cada uma! Em qualquer delegacia de bairro, uma transação como essa desperta suspeitas. No Senado da nação passou como a norma. Um espanto!

Cláudio Gontigo tem 52 anos, formou-se em administração de empresas e trabalha há quinze anos na Mendes Júnior. Separado, dois filhos, vive num flat no

Blue Tree, um dos melhores hotéis de Brasília. Como lobista da Mendes Júnior, encarregado de defender os interesses da empreiteira junto ao governo, tem sido fiel ao senador Renan Calheiros nas horas mais difíceis. Em agosto de 2004, quando Mônica passou a temer por sua segurança e de sua filha, então recém-nascida, depois que seu automóvel foi alvejado por um tiro, foi Cláudio Gontijo quem, a pedido do senador, mais uma vez se ocupou de pagar por serviços a Mônica. O contrato de segurança foi feito com a empresa Artec, que, apesar de se classificar como "construtora", controla uma empresa de segurança. Custava 2.800 reais por mês. Mônica assinou o contrato, mas quem bancava a conta era o lobista. "O Claudinho não tem nada a ver com isso, nem sabia que ele era amigo dela", diz Mauro Lacerda, diretor da Artec e amigo de Cláudio Gontijo, o "Claudinho". Amigo dela não é mesmo. Era apenas patrocinador, a pedido de Renan. Em seu discurso de defesa no Senado, Renan não fez referência ao contrato de segurança. Em vez disso, disse, sempre, que recorreu a Gontijo porque são amigos há mais de vinte anos e desejava manter tudo sob discrição. Não explicou por que um lobista lidando com dinheiro vivo em envelopes entregues na sede de uma grande empresa seria um movimento mais discreto do que fazer uma simples transferência bancária pela internet.

O senador e o lobista são mais que velhos conhecidos. A relação deles tem mais jeito de sociedade do que de amizade. VEJA obteve provas documentais sobre uma transação. Em 2002, em sua declaração de bens apresentada à Justiça Eleitoral, Renan informou que era proprietário do flat de número 1014 no mesmo hotel Blue Tree, em Brasília. O empreendimento foi construído pela empresa Paulo Octavio. Uma certidão obtida em cartório mostra que o flat 1014 pertence ao lobista Cláudio Gontijo desde 19 de maio do ano passado. O aspecto misterioso, interessante é que, pelos documentos de cartório, a empreiteira vendeu o flat diretamente ao lobista, por 183.000 reais. Isso significa que Renan não chegou a colocar o imóvel em seu nome e, para efeitos oficiais, a venda foi diretamente da construtora para o lobista. Aparentemente, não há irregularidade na transação. O negócio só mostra que a relação entre o senador e o lobista não se limitava a laços de amizade, mas chegava ao mundo das transações imobiliárias. Tanto que o senador, em vez de usar seu próprio flat no Blue Tree, o de número 1014, preferia ficar no flat do lobista, de número 2018. Sobre o uso do flat de Cláudio Gontijo, Renan silenciou.

Já havia suspeita de que a Mendes Júnior pudesse ter se beneficiado da proximidade entre o senador e o lobista, sobretudo porque a empreiteira tem contratos com Infraero, Eletrobrás e Petrobras – três estatais nas quais o senador tem influência. Na semana passada, o jornal Folha de S.Paulo descobriu um laço mais consistente. Em 2004 e 2005, o senador apresentou três emendas ao Orçamento destinando um total de 13,2 milhões de reais para a construção de um cais para contêineres no Porto de Maceió. A obra é de responsabilidade da Mendes Júnior, mas estava parada desde 2001, por irregularidades constatadas em auditorias do Tribunal de Contas da União. Mesmo assim, o senador achou que devia despachar dinheiro para lá. Conseguiu aprovar 1 milhão de reais. A explicação do senador é que continuará lutando, com todas as suas forças, para ajudar o Brasil e Alagoas. Talvez possa, talvez não. No Senado, na semana passada, a disposição de proteger Renan era evidente. O corregedor, Romeu Tuma, chegou a dizer que não gostaria de puni-lo. "Eu não quero condená-lo, quero absolvê-lo, mas quero ter a certeza de que ele não vai ser pego na primeira esquina." O desafio é saber onde fica a primeira esquina do senador Renan Calheiros.

Revista Veja – Edição 2012 de 13 de junho de 2007

"Dinheiro era sempre com Cláudio"

Mônica Veloso diz que recebia a pensão das mãos do lobista, em dinheiro vivo e na Mendes Júnior – e que Renan nem falava de dinheiro

Há duas semanas, VEJA revelou que o senador Renan Calheiros, do PMDB de Alagoas, teve algumas de suas despesas pessoais pagas por Cláudio Gontijo, lobista da construtora Mendes Júnior. O senador recorreu aos préstimos financeiros do lobista para pagar a pensão e o aluguel da jornalista Mônica Veloso, com quem tem uma filha de 3 anos. Desde então, todos os personagens do caso já se manifestaram publicamente. O senador admitiu que pediu ao lobista que atuasse como intermediário entre ele e a jornalista, mas garantiu que o dinheiro era seu. O lobista, em depoimento no Senado, confirmou a versão do senador. Até a esposa de Calheiros, Verônica, falou sobre o caso, embora tenha discorrido sobre o romance extraconjugal do senador, assunto que só interessa a ela e ao seu marido, e não tenha dito mais do que uma palavra sobre a origem do dinheiro que bancava a pensão e o aluguel, assunto, esse sim, que interessa ao país.

A única personagem que ainda não havia contado sua versão resolveu falar. A jornalista Mônica Veloso, 38 anos, em entrevista exclusiva a VEJA, conta que:

- o dinheiro que recebia era sempre pago pelo lobista da Mendes Júnior;
- os pagamentos eram sempre em dinheiro vivo;
- como regra, os pagamentos eram feitos no escritório da Mendes Júnior em Brasília. Poucas vezes aconteceram fora dali;
- Renan Calheiros nunca falava de dinheiro e nunca lhe dissera que o dinheiro era dele;
- sempre que tinha de tratar de dinheiro, o interlocutor era o lobista Cláudio Gontijo, nunca o senador.

Mônica Veloso diz que decidiu falar para se defender do fato de estar sendo apresentada como "uma pessoa desclassificada". Ela diz: "Falam como se eu não tivesse profissão, nem família, nem meio de vida, como se fosse uma chantagista. Tenho uma produtora, casa própria, profissão. Eu não freqüentava o mundo político indo a festas. Eu era jornalista da TV Globo. Não havia como não conhecer os políticos. Quando montei minha produtora, fiz muitos contatos no Ministério da Integração Nacional, das Minas e Energia, da Educação, na Eletronorte. Fazia programas para o PTB, o PMDB. Conheci o Renan trabalhando, não indo a festas. Quando engravidei, achamos melhor eu me afastar de tudo. Depois, fui voltando aos poucos. Tudo acordado com ele. Eu sempre protegi o Renan".

A seguir, a entrevista:

A senhora recebia dinheiro das mãos do lobista Cláudio Gontijo? Sim, recebi durante quase dois anos.

Quando foi a primeira vez? Foi entre fevereiro e março de 2004.

Os pagamentos seguiram até quando? Até novembro de 2005.

O dinheiro pertencia a quem? Não sei. Renan está dizendo agora que o dinheiro era dele, mas ele nunca me disse isso antes.

A senhora perguntou? Não, eu recebia uma pensão e não fazia sentido perguntar de onde vinha o dinheiro. Isso parece importante agora por causa desse turbilhão, mas para mim não era. Eu pegava o dinheiro com o Cláudio e ponto. Não ia ficar questionando.

A senhora falava de dinheiro com o senador? Nunca falávamos de dinheiro. Assunto de dinheiro era sempre com o Cláudio.

Onde a senhora pegava o dinheiro? Na maioria das vezes, era no escritório da Mendes Júnior. Mas houve várias formas. Nos últimos meses da gravidez (a criança nasceu em julho de 2004) e no período do resguardo, o Cláudio me entregava os envelopes com dinheiro na minha casa, na minha produtora... Mas, depois disso, eu ia buscar o dinheiro na Mendes Júnior e o depositava na minha conta. Não tenho o costume de guardar dinheiro debaixo do colchão.

A senhora pegava o dinheiro na portaria do edifício da Mendes Júnior ou entrava no escritório? Eu chegava ao prédio e me identificava na portaria. Eles anotam nome, identidade, hora e a sala aonde você vai. Se eles guardaram esses registros, é só conferir que minhas entradas estarão todas lá. Eu pegava o elevador até o 11º andar. Lá, me anunciava no interfone e a secretária abria a porta do escritório.

Como era repassado o dinheiro? Cláudio me recebia na sala dele e me entregava o envelope. Alguns envelopes tinham o logotipo da Mendes Júnior.

Havia dia certo para pegar o dinheiro? Era sempre no início do mês, mas não tinha dia certo. Às vezes era no dia 4, no dia 5, no dia 8. Eu ligava para o Cláudio e perguntava se podia passar lá.

O dinheiro não era depositado na sua conta? Não, eu sempre pegava um envelope com dinheiro vivo.

Na terça-feira passada, o corregedor do Senado, Romeu Tuma, ouviu o depoimento do lobista Cláudio Gontijo. A conversa foi a portas fechadas e durou cerca de duas horas. Conforme o relato de Tuma, o lobista negou que tivesse custeado com seu dinheiro as despesas com a jornalista e confirmou que se encarregava dos repasses financeiros – ressaltando que fazia depósitos na conta da jornalista. "A maioria foi depósito no banco, parece que no Unibanco", disse Tuma. Como se vê, a jornalista desmente o lobista. Curiosamente, até o senador Renan Calheiros já desmentiu o lobista. Em resposta dada por escrito a VEJA há uma semana, o senador admitiu que os repasses à jornalista eram em dinheiro vivo. O único que parece ter acreditado no lobista é o senador Tuma. "Gontijo foi convincente, sereno, tranquilo", disse. Tuma, policial experiente que chegou a chefiar a Polícia Federal, não teve curiosidade de pedir ao lobista seus extratos bancários, com os quais poderia provar que nada sacou de suas contas pessoais para pagar à jornalista. Tuma apenas pediu ao lobista os recibos de depósitos em favor da jornalista. Surpreendentemente, o lobista disse que não tem nenhum recibo, que depositou o dinheiro sem se identificar, e não guardou nem os registros anônimos.

Em vez de pedir provas materiais ao lobista, o senador Tuma, numa inversão do ônus da prova, disse que gostaria de ver os extratos da jornalista para verificar a existência dos supostos depósitos do lobista. Chama atenção que o senador tenha apelado para tamanha tolice: claro que há depósitos na conta da jornalista, pois ela mesma os fazia; o fundamental é cobrar a prova do lobista de que ele foi o autor dos depósitos. No dia seguinte ao do depoimento do lobista, o advogado da jornalista, Pedro Calmon Filho, mandou carta a Tuma reafirmando que os repasses eram em dinheiro vivo e ofereceu os extratos de sua cliente, com uma condição elementar: se o lobista apresentar os recibos dos tais depósitos, a jornalista exibirá seus extratos. Até a sexta-feira passada, o lobista não respondera ao desafio.

A senhora disse que começou a receber dinheiro das mãos de Cláudio Gontijo entre fevereiro e março de 2004. Qual foi esse primeiro pagamento? Eu estava deixando o apartamento onde morava e alugando uma casa no Lago Norte. Ficou

combinado que o aluguel de um ano seria pago adiantado. O Cláudio foi ao edifício onde eu ainda morava e me deu um envelope com o dinheiro.

Quanto? Salvo engano, 40 000 reais. Fui à imobiliária e paguei o ano inteiro do aluguel.

Que outros valores o lobista lhe repassava? Na mesma data em que me mudei para a casa do Lago Norte, acertamos que as despesas decorrentes da mudança seriam de 8 000 reais por mês.

Com quem a senhora fez esse acerto? Com o Cláudio e o Renan. Depois disso, o Renan nunca mais tocou em assunto de dinheiro. Quero deixar claro que a pensão não foi estabelecida para me sustentar. Sempre tive uma boa condição financeira. Tenho minha empresa de comunicação, tinha contrato com órgãos importantes do governo. Os 8 000 reais foram acertados para me adaptar às novas circunstâncias de uma gravidez que devia ser mantida com discrição. Eu morava num apartamento que me pertence até hoje e fui morar numa casa alugada para fazer essa adaptação.

A senhora sempre recebeu 8 000 reais? Nem sempre. Houve um período em que o Cláudio pagou 2 800 reais de despesas com uma empresa de segurança. Essa despesa apareceu logo depois do parto da minha filha. Eu estava recebendo telefonemas com ameaças anônimas. Fiquei com medo, procurei o Renan e ele me orientou a tratar com o Cláudio. Eu fiz um levantamento das empresas e o Cláudio ficou com a parte financeira.

O contrato da casa no Lago Norte era por três anos. Por que a senhora saiu depois de um ano? Porque as ameaças não pararam. Em março de 2005, resolvi alugar um apartamento, onde sentisse mais segurança.

Gontijo pagava esse aluguel? Sim, era de 4 000 reais. De março de 2005 em diante, ele me entregou a pensão e o aluguel. Os envelopes passaram a ter 12 000 reais. Isso durou até novembro de 2005.

Recapitulando-se a descrição de Mônica Veloso, tem-se que ela recebeu dinheiro de março de 2004 a novembro de 2005. Começou com 40 000 reais para pagar um ano de aluguel antecipadamente – na verdade, 43 200 reais, pagos em 15 de março de 2004, conforme recibo da imobiliária. Além disso, ela recebeu pensão mensal de 8 000 reais e, de agosto de 2004 a março de 2005, mais 2 800 reais para pagar a empresa de segurança. De março de 2005 em diante, quando trocou a casa pelo apartamento, além da pensão de 8 000, foram incorporados 4 000 reais para o aluguel, num total de 12 000 reais. São essas despesas que Renan Calheiros garante que saíram de seu bolso. Na semana passada, VEJA teve acesso aos extratos bancários que o senador entregou no Senado. Os extratos provam que ele tinha recursos para arcar com as despesas, mas a movimentação bancária compromete sua defesa: os saques em dinheiro quase nunca conferem com as datas em que a jornalista recebia os recursos.

O caso mais gritante de descompasso é o dos 43 200 reais que, em 15 de março de 2004, saldaram um ano de aluguel da casa. Na primeira quinzena de março daquele ano, Calheiros fez cinco saques em dinheiro de sua conta no Banco do Brasil. Somam 18 550 reais. É dinheiro insuficiente para o aluguel de um ano. Admitindo-se que o senador tenha sacado o dinheiro no mês anterior, ainda assim a conta não fecha. Em fevereiro, o senador fez três saques, somando 11 450 reais. Ainda é pouco. Recue-se então até janeiro. Nesse mês, o senador fez quatro saques em dinheiro, totalizando 18 305 reais. Enfim, somando-se todos os saques de janeiro, de fevereiro e da primeira quinzena de março, chega-se a 48 305 reais. Sim, dava para pagar os 43 200 do aluguel de um ano, mas sobram só 5 000 reais. E,

além do aluguel de um ano, o senador tinha de bancar a pensão de 8 000 reais. Portanto, definitivamente, o dinheiro não saiu de suas contas. Saiu de onde?

Os extratos também trazem notícias ruins para o senador quando se tenta localizar ali outros pagamentos à jornalista. De agosto de 2004 a março de 2005, por exemplo, ela recebeu 8 000 reais de pensão e 2 800 reais para pagar sua segurança, o que resulta em 10 800 reais. A pensão era paga no início do mês. A empresa de segurança, conforme consta do contrato, recebia até o quinto dia útil do mês. Pois os extratos do senador não têm saques em dinheiro no valor de 10 800 reais, nem estendendo-se a consulta até o dia 10 de cada mês. Em agosto de 2004, o senador fez um saque alto em dinheiro, de 32 000 reais, mas só no dia 16, quando tudo, pensão e segurança, já havia vencido. No mês seguinte, não há saque em dinheiro. Em outubro, há apenas um, de 4 120 reais, insuficiente para as despesas. Em novembro, não há saque em dinheiro de novo. Em dezembro, idem. A pergunta que resta é: de onde saíam os 10 800 reais?

Os extratos mostram que o senador movimenta muito dinheiro e sempre saca mediante a apresentação de cheques na boca do caixa. Nunca usa caixa eletrônico nem terminais de auto-atendimento. Há saques altos, de 50 000 ou 100 000 reais em dinheiro vivo. Como as datas das retiradas não conferem com as dos pagamentos à jornalista, mas há saques de valores expressivos, o senador poderá alegar que pegou o dinheiro e guardou-o em casa por dias, por semanas, às vezes por meses, até chegar a hora do pagamento. Faz sentido matemático, mas não faz nenhum sentido prático. É difícil acreditar que, num país com tantas aplicações financeiras e uma taxa de juros tão apetitosa, alguém julgue atraente deixar dinheiro em casa sem rendimento. Renan fazia isso?

Em dezembro de 2005, o senador reconheceu a paternidade de sua filha e passou a pagar pensão de 3 000 reais. Por que o valor caiu de 8 000 para 3 000? Porque o salário do Renan no Senado era de 12 000. Ele não podia pagar 8 000 de pensão e 4 000 de aluguel.

Mas o senador tem rendimentos agropecuários. Não posso revelar mais detalhes sobre isso porque o processo judicial é sigiloso. Posso dizer que ele pagou 3 000 reais, descontados na folha salarial, até maio de 2006, quando fizemos um acordo. Como antes eu recebia 12 000 e passei a receber só 3 000, tinha uma diferença. Renan concordou em pagar 100 000 reais.

Os 100 000 reais não eram um fundo de educação para a filha de vocês? Nunca houve esse fundo. Os nossos advogados chegaram a um acordo para compensar a diferença. Os advogados de Renan pediram que no recibo saísse que era um fundo. Na verdade, nunca foi isso. Eu não tinha outra opção. Ou aceitava isso ou não recebia nada. Não havia razões para rejeitar. O pagamento foi feito em duas parcelas de 50 000 reais, em dinheiro vivo.

Por que dinheiro vivo? Os advogados dele (refere-se ao senador) é que apareceram com duas sacolas de dinheiro...

Nos extratos bancários de Calheiros, encontram-se os saques em dinheiro para pagar os 100 000 reais – mas, de novo, é preciso crer que o senador tinha o hábito de esconder dinheiro sob o colchão. A primeira parcela, de 50 000 reais, foi paga em 24 de maio de 2006. As retiradas feitas antes disso dão de sobra. O senador sacou 106 000 reais no dia 3 de maio e, seis dias depois, mais 15 000 reais. Ao todo, dá 121 000 reais. No dia 24, portanto, tinha os 50 000 reais para pagar à mãe de sua filha e ainda sobraram 71 000 reais. O curioso é o que acontece na hora de pagar a segunda parcela de 50 000 reais, em 27 de junho. No mês de junho, a conta do senador registrou só dois saques em dinheiro, num total de 25 000

reais. Para dispor de 50 000 reais no dia 27, o senador teve de recorrer às retiradas feitas no mês anterior. Isso significa que sacou no início de maio uma montanha de dinheiro que só seria usada no fim do mês seguinte. Ficou quase dois meses com dinheiro sob o colchão. É possível, claro, mas é altamente improvável.

A senhora encontrou o senador num flat de Gontijo no hotel Blue Tree? Sim, várias vezes.

O senador tinha um flat no mesmo hotel. Por que vocês usavam o do lobista? Pergunte para o Renan.

Até quando a senhora se encontrou com o senador? Nossa relação durou até dezembro de 2005.

Então, se o senador quisesse, até dezembro de 2005, ele mesmo poderia lhe entregar o dinheiro? Nós nos encontramos até dezembro de 2005. Foram três anos de uma relação intensa, que começou quando ele ainda era líder do PMDB (o senador foi líder do partido de fevereiro de 2001 a fevereiro de 2005) e continuou depois que foi eleito presidente do Senado. Até dezembro de 2005, quando houve o reconhecimento da paternidade, foi uma relação tranqüila e, ao contrário do que disseram, não era eventual.

Mas então o senador poderia lhe repassar dinheiro sem recorrer ao lobista? Ficávamos a sós, se é isso que você quer saber.

Qual é a sua relação com Gontijo? Nenhuma. Não somos amigos. Conheci o Cláudio por meio do Renan em meados de 2003. Nunca o tinha visto antes. Ele não é da minha área, que é comunicação, publicidade. Depois de novembro de 2005, quando a pensão passou a ser paga com desconto no salário do Renan, o Cláudio sumiu. Nunca mais trocamos nem um telefonema.

A alegação do senador Calheiros para ter recorrido ao lobista da Mendes Júnior é que, tendo um caso extraconjugal, precisava fazer os pagamentos de modo discreto. Recorreu ao lobista porque ele era amigo das duas partes. Mônica diz que não era amiga do lobista, e, se fala a verdade quando informa que seus encontros com o senador duraram até o fim de 2005, cai outra alegação. Se houve encontros até 2005, o senador poderia ter levado, ele mesmo, o dinheiro a ela. Tudo indica que, em sua solene defesa no Senado, Renan Calheiros mentiu para seus pares.

A entrevista de Mônica, associada ao depoimento do lobista e aos extratos do senador, derruba algumas versões e mantém a dúvida central: quem pagava as despesas do senador? Na semana passada, o conselho de ética do Senado abriu processo para investigar as ligações do senador com o lobista. O senador não gostou. Preferia que o caso fosse encerrado logo. Mas é engano imaginar que a abertura de processo significa que o Senado está empenhado numa investigação séria. A maioria dos senadores está decidida a acabar com o assunto de uma vez, mas precisa produzir ao menos um simulacro de legalidade. É assim que funcionam os clubinhos fechados. O relator do caso será o senador Eptácio Cafeteira, 82 anos, do PTB do Maranhão, aliado de Renan Calheiros e José Sarney. Quando o jornal O Globo perguntou a Cafeteira se ele pretende convocar a jornalista para depor, o senador deixou evidente sua disposição de abafar o caso: "Chamar a moça para quê? Para fofocar?". Não, Cafeteira, chame a moça para ajudá-los a fazer contas.

Revista Veja – Edição 2013 de 20 de junho de 2007

A ética que vem do pasto

Conselho se esforça para poupar o presidente do Senado, enrolado com lobista, bois e recibos falsos

O Conselho de Ética do Senado deu na semana passada uma valiosa contribuição para consolidar a péssima reputação da classe política brasileira. Sem se preocupar em ao menos fazer de conta que pretendia investigar alguma coisa, o senador Eptácio Cafeteira, do PTB do Maranhão, concluiu que o presidente do Congresso, Renan Calheiros, não praticou atos que ferissem o decoro parlamentar ao utilizar os serviços de um lobista da empreiteira Mendes Júnior para pagar as despesas de uma filha durante quase dois anos. Cafeteira também não viu nada de mais no fato de esses serviços incluírem o empréstimo de um apartamento para encontros particulares e o uso do escritório da empreiteira como se fosse uma tesouraria de Renan Calheiros. O senador Eptácio também não detectou conflito algum no fato de o presidente do Congresso manter relações de amizade com um empreiteiro do calibre de Zuleido Veras, acusado de corrupção, formação de quadrilha e fraude em licitações. Se aprovada, a decisão de Cafeteira, além de constranger os políticos sérios, cria um novo e vergonhoso patamar ético no Parlamento. Qualquer senador pode sentir-se autorizado a receber um empreiteiro em sua casa, pedir-lhe um favor financeiro e, depois, compensá-lo com a apresentação de uma emenda ao Orçamento. Estará simplesmente seguindo a jurisprudência criada pelo senador Cafeteira.

"A decisão de arquivar o caso ocorreu antes de a investigação começar. É um precedente perigoso, um convite à quebra de decoro", protestou o senador Demostenes Torres, do DEM de Goiás, um dos parlamentares que se insurgiram contra o relatório de Cafeteira. O que se viu no Conselho de Ética foi a montagem de uma farsa para absolver Renan Calheiros sem nenhuma investigação, e ela só não se concretizou ainda porque o custo político poderia ser impagável mesmo para o padrão daqueles senhores. Uma reportagem do Jornal Nacional, da Rede Globo, fez o que a comissão não se interessou em fazer. Os jornalistas tiveram acesso aos recibos que o senador Calheiros apresentou para justificar a origem dos recursos que, segundo ele, foram usados para pagar a pensão da filha. Renan não conseguiu provar que o dinheiro entregue pelo lobista Cláudio Gontijo à jornalista Mônica Veloso, mãe de sua filha, saiu de suas contas pessoais e tenta convencer que tinha condições financeiras de fazer os pagamentos. Para comprovar pelo menos essa parte de sua versão, o senador apresentou 64 recibos atestando a venda de 1 700 cabeças de gado, que lhe rendeu cerca de 1,9 milhão de reais. Os documentos se assemelham a uma versão rural da famosa Operação Uruguai – a fracassada armação feita pelo ex-presidente Fernando Collor antes de seu impeachment.

Desde o início da semana, a operação Alagoas do presidente do Congresso já chamava atenção pelos valores envolvidos nas transações. Renan Calheiros declarou ganhos de 1,9 milhão de reais com a venda de gado nos últimos quatro anos, transformando o senador em um fenômeno da pecuária moderna. O estado de Alagoas está classificado como área de risco da febre aftosa e não pode vender 1 quilo de carne para além de suas fronteiras. Isso, é claro, fez o preço do boi cair e a produção minguar na região, exceto para o rebanho de Renan Calheiros, que conseguiu fazer negócios a valores bem acima dos de mercado. De acordo com as declarações de renda do senador, a maior parte de sua criação foi vendida a empresas de Maceió e até a uma da Paraíba, contrariando as determinações de segurança sanitária. A reportagem procurou os compradores dos bois de Renan Calheiros e descobriu surpreendentes indícios de fraude. A empresa Carnal, segundo documentos assinados pelo senador, comprou 127.000 reais em gado de sua fazenda. Em entrevista, o proprietário da empresa, João Teixeira dos Santos, diz que nunca fez nenhum negócio com o senador e que a empresa está desativada

há tempos. Outra compradora do gado de Renan Calheiros, de acordo com os recibos assinados, é a empresa GF da Silva Costa. No endereço onde ela deveria funcionar mora uma família que nunca ouviu falar nem da empresa nem de seu dono.

Os recibos parecem ter sido produzidos em série, num arquivo de computador. São assinados pelo senador Renan Calheiros e foram entregues ao Conselho de Ética acompanhados, em sua maioria, dos respectivos comprovantes de depósitos bancários. Entre as empresas compradoras do gado do senador, duas já foram multadas pela Secretaria da Fazenda de Alagoas por extravio de notas fiscais. Renan Calheiros disse que tem como comprovar que as transações efetivamente aconteceram e prometeu apresentar mais documentos. "Estão querendo sujar o nosso nome", protestou José Marcolino Neto, dono do supermercado Manaíra, em João Pessoa, que teria comprado 45 cabeças de gado do senador. "Desconheço esse negócio e esse recibo." Segundo Renan Calheiros, se houve algum problema nas vendas, a responsabilidade é do veterinário Gualter Peixoto, que cuida de suas fazendas em Alagoas. Peixoto não é um veterinário qualquer. Ele também é o chefe do setor de Vigilância Sanitária da prefeitura de Murici e tem como patrão Renan Calheiros Filho, o prefeito, filho do senador. O veterinário-marchand desapareceu na semana passada. Em Murici, funcionários da prefeitura informaram que ele dá expediente apenas na terça-feira, do meio-dia às 6 da tarde. As informações agropecuárias de Renan Calheiros foram desmentidas pelo próprio gerente de sua fazenda, Everaldo de Lima Silva. Segundo ele, pastam nas fazendas de Renan 1 100 bois, 600 a menos do que informou o senador.

Na sexta-feira, o Conselho de Ética do Senado, que estava preparado para arquivar o caso, decidiu solicitar uma perícia nos documentos apresentados por Renan Calheiros. Foi o penúltimo ato de uma encenação que estava marcada para terminar naquele dia e que só não acabou por causa das novas suspeitas de fraude. Foi tudo tão escandalosamente armado que, nas últimas duas semanas, coube ao senador Renan Calheiros – ele mesmo, o investigado – a tarefa de avalizar a indicação dos membros do Conselho de Ética, discutir com aliados o nome do relator e usar sua influência para controlar o processo desde o início. Ninguém parecia constrangido em testemunhar Renan usando o cargo de presidente do Congresso para promover as articulações de sua própria absolvição. Na tarde de 30 de maio, por exemplo, cinco dias depois de publicada a primeira denúncia de que o lobista da Mendes Júnior pagava suas despesas pessoais, Renan se reuniu com o líder do governo, Romero Jucá, do PMDB, e com a líder do PT, Ideli Salvatti, para definir o nome do presidente do recém-indicado Conselho de Ética. Os dois partidos são donos das maiores bancadas e, por isso, têm a prerrogativa de indicar o presidente e o relator da comissão. Jucá – um raro exemplo de ética, principalmente quando o assunto é fazenda – sugeriu o nome do petista Sibá Machado para a presidência. Renan, de início, não gostou. Na cabeça do senador, por trás das denúncias havia uma conspiração de petistas querendo sua derrocada, e Sibá não estava na lista de seus convivas. Ideli Salvatti garantiu que Sibá faria tudo o que a cúpula do PT determinasse. Renan concordou.

Definido o nome do presidente, passou-se à etapa seguinte, a escolha do relator, missão para a qual os governistas já tinham o nome do senador Eptácio Cafeteira como principal candidato. Ele possuía o perfil apropriado para assumir o papel de impostor. Renan, de novo, estava à frente do processo de escolha. Ele só deu sinal verde à indicação de Cafeteira depois de ouvir do aliado José Sarney que o colega maranhense era confiável e faria tudo o que fosse necessário para absolvê-

lo rapidamente, mesmo que para isso, como se viu, precisasse apresentar um suspeitíssimo relatório, sem ouvir testemunhas, sem periciar documento, formando seu juízo sobre o caso sentado numa privada. Nem a divulgação dos recibos suspeitos impediu o senador de continuar a vergonhosa articulação. Renan passou a madrugada de quinta para sexta-feira ao telefone. Um de seus principais interlocutores foi o deputado Jader Barbalho, que renunciou em 2001 para não ter o mandato cassado. A notícia atrapalhou os planos de encerrar o caso na sexta-feira. Pegaria mal. Combinou-se então um novo ato, acertado no gabinete do senador Marconi Perillo, do PSDB. O Conselho, com o aval da oposição, aceitaria prorrogar em dois dias o início da votação do relatório de Cafeteira para que os recibos fossem periciados e também tomados os depoimentos do lobista Cláudio Gontijo e do advogado de Mônica Veloso (ela, que é a principal testemunha, não foi convidada). Mas esqueceram-se de combinar a nova versão com o senador Eptácio Cafeteira, que, radical, anunciou que renunciaria se houvesse o adiamento. A renúncia de Cafeteira era tudo que Renan Calheiros não queria. A sorte do senador é que o celular de Cafeteira tocou durante a sessão. Era sua esposa, Maria Isabel, pedindo que ele reconsiderasse. Ele reconsiderou. A votação do relatório com postulados éticos de Cafeteira está marcada para terça-feira.

Revista Veja – Edição 2014 de 27 de junho de 2007

Hora de partir

Sem conseguir provar nada do que afirma, nem mesmo a venda de gado, o senador vira um constrangimento para o Senado – e a superação da crise exige sua renúncia

O senador Renan Calheiros, na sua batalha para provar que o lobista da empreiteira Mendes Júnior não pagou suas despesas pessoais, começou a semana passada disposto a desmoralizar seus acusadores, arquivar as investigações e voltar a presidir o Senado sem atropelos. Terminou a semana errando em todos os alvos. Suas explicações sobre negociações de gado, que justificariam o tamanho de seu patrimônio, acabaram desmoralizadas por uma perícia da Polícia Federal, as investigações serão estendidas por no mínimo trinta dias – e a cadeira de presidente do Senado ocupada por Renan já começou a ser negociada pelos senadores. O presidente Lula, como sempre faz nos momentos em que um aliado começa a cair em desgraça, passou a tomar distância técnica de Renan, a quem vinha prestando solidariedade diária. Entre os principais partidos no Senado, todos querem a cadeira, mas é difícil tomá-la sem negociar com os demais. Há quem acredite que Renan só se mantém presidente da Casa porque ainda não houve acordo sobre o sucessor. Percebendo o clima hostil, Renan partiu para um recurso de desespero, que lembra os momentos de agonia de outro político alagoano, Fernando Collor: começou a assoprar ameaças e chantagens contra colegas de Parlamento.

Desde que o escândalo estourou, há um mês, é a primeira vez que o Senado parece perceber que as estripulias do senador estão afundando a própria instituição. É cedo para dizer que o Senado, finalmente, vai reagir, mas começam a aparecer os primeiros sinais nesse sentido. Com tudo o que já veio à tona – sobre suas relações promíscuas com o lobista, sobre as mentiras que contou aos senadores, sobre sua defesa, que requer sempre um complemento – Renan Calheiros perdeu as condições de manter-se na presidência do Senado. Ou Renan deixa o comando da Casa. Ou a Casa afunda com Renan. Os pedidos para que se afaste começaram com o senador Pedro Simon, do PMDB gaúcho. "Eu acho que este é o momento em que sua excelência, por conta própria, deveria renunciar ao seu mandato de

presidente do Senado." Outros três senadores defenderam o mesmo. Renan não lhes deu ouvidos. □ Disse que renúncia é uma palavra que não existe no seu dicionário.

Paradoxalmente, o próprio Renan deu o impulso que faltava para que o Senado recuperasse um pouco de lucidez com sua defesa tão inconsistente. O senador entregou um pacote com extratos bancários, declarações de renda, notas fiscais, recibos e guias de transporte animal, as GTAs, que autorizam o trânsito de animais vivos. Sua idéia era provar que, entre 2003 e 2006, teve rendimentos de 1,9 milhão de reais com a venda de gado. Com isso, provaria que tinha recursos para bancar a pensão de 12.000 reais que pagava à jornalista Mônica Veloso, mãe de sua filha, sem recorrer aos favores financeiros do lobista da Mendes Júnior. Deu tudo errado.

Em apenas dois dias úteis de trabalho, a perícia da PF examinou os papéis e descobriu flagrantes inconsistências. Com as notas fiscais, o senador tentou provar a venda de 2.213 cabeças de gado, que supostamente lhe renderam 1,9 milhão de reais. Ocorre que as GTAs registram a venda de 1.702 cabeças de gado – das quais, para piorar, 549 nem pertenciam ao senador, mas a seus parentes. Resultado: o senador reuniu papéis que informam a venda de 1.153 animais, o que lhe renderia cerca de 1 milhão de reais. De onde vieram os outros 900.000 reais? Quando se confrontam as notas fiscais e GTAs com as declarações de imposto de renda do senador o resultado é dramático. É tal o volume de contradições que é custoso acreditar que Renan tenha apresentado esses papéis como peça de defesa. O conjunto mais parece obra de inimigos dispostos a desmascará-lo, porque nada bate com nada.

Os exemplos aparecem aos borbotões. Em 2005, para ficar só num caso, as notas fiscais informam que o senador vendeu 1.292 cabeças de gado. Mas, segundo as GTAs daquele ano, foram só 1.078. E, pela declaração de renda, foram 536. Uma simples perícia documental trouxe tantas incongruências à tona. Dá para imaginar o que pode aparecer numa perícia contábil para descobrir se os negócios foram efetivamente realizados. O Conselho de Ética, ao decidir aprofundar um pouco as investigações, pediu à Polícia Federal que fizesse uma perícia contábil. A questão inicial a que o Conselho terá de responder é a seguinte: os negócios de Renan, para que sejam considerados reais, e não meras fantasmagorias contábeis, deverão estar em sintonia com que papéis? Com as notas fiscais? Com as GTAs? Com as declarações de renda?

O primeiro sintoma do desmoronamento da defesa do senador foi a perda do controle que exercia sobre o Conselho de Ética. Até então, em sua maioria, os membros do Conselho protagonizavam um espetáculo lamentável em que simulavam o desejo de investigar, mas manobravam para sepultar as investigações. O senador Romero Jucá, líder do governo, empenhou-se sempre em limitar o alcance das investigações. O presidente do Conselho, o senador Sibá Machado, marcou e desmarcou sessões segundo a conveniência de Renan. Mais tarde, mostrou-se mais independente ao interpretar que já há processo de cassação instalado contra o senador. Isso significa que sua eventual renúncia não preserva mais seus direitos políticos. O outro sinal de perda de maioria política do senador apareceu na tática desesperada de espalhar ameaças, chantagens e baixarias.

Na quarta-feira, o senador Efraim Morais, do DEM da Paraíba, chegou ofegante à reunião de cúpula de seu partido e suplicou: "É melhor a gente acabar logo com isso ou a turma deles vai lançar dossiê contra todo mundo". Efraim, parlamentar próximo de Renan, não explicou quais eram as ameaças, mas logo a

tropa espalhou dois casos. O primeiro caso informava que um senador devia 50 milhões de reais ao Banco do Nordeste. O devedor apareceu. Era o senador José Agripino, que explicou serenamente a dívida, de 11 milhões de reais, e frisou que a existência de uma dívida não desabona ninguém. O outro caso dizia que um senador viajara para os Estados Unidos na companhia da amante com verbas do Senado. O suposto chantageado também apareceu. Era o senador Demostenes Torres, que explicou o caso com serenidade. "Lamentavelmente, a assessora não é minha amante, porque ela é linda", tripudiou Torres. Ele usou verbas do Senado para viajar com a assessora para a Assembléia da ONU em Nova York, o que é permitido pelo regulamento da Casa. Se tudo isso não é suficiente para mostrar que Renan Calheiros perdeu por completo as condições – políticas, morais – de presidir o Senado, o que mais é preciso?

O primo (também) entregou dinheiro

Bruno Mendes, parente de Cláudio Gontijo, entregou sacolas com 100 000 reais à jornalista Mônica Veloso

Amigo, confidente, fiador, tesoureiro, consultor. O lobista Cláudio Gontijo, da empreiteira Mendes Júnior, era um pouco de tudo para o presidente do Congresso, senador Renan Calheiros. Ele pagava despesas do senador, emprestava sua casa para encontros reservados, prestava socorro ao mínimo sinal de dificuldades financeiras. Também visitava a casa de Renan, conversava sobre obras de seu interesse, participava de reuniões oficiais, indicava pessoas para ocupar cargos no governo e pedia emendas para beneficiar sua empreiteira. A relação rendia dividendos a ambos: as despesas mais secretas do senador eram pagas pelo lobista, e o lobista obtinha sucesso em seus negócios com a ajuda do senador.

Na semana passada, em depoimento no Conselho de Ética do Senado, o próprio Cláudio Gontijo narrou em detalhes suas relações com Renan Calheiros. Interrogado pelo senador Demostenes Torres (DEM-GO), o único membro do Conselho que parece interessado em aprofundar as investigações, o lobista desnudou, mesmo sem querer, toda a promiscuidade de suas relações com o senador. E isso em um questionamento que não passou de dez minutos.

Gontijo confirmou que pagou à jornalista Mônica Veloso em dinheiro vivo, na sede da empreiteira Mendes Júnior, a pedido do senador. Paralelamente, disse que conversou com Renan sobre o Porto de Maceió, cujas obras são tocadas pela Mendes Júnior. No depoimento de Gontijo apareceu ainda uma novidade: a última bolada de dinheiro vivo que Renan entregou a Mônica Veloso, de 100 000 reais, foi levada à jornalista por um parente do lobista. No interrogatório, travou-se o seguinte diálogo entre o senador Demostenes Torres e o lobista Cláudio Gontijo:

O senador – O senhor conhece o advogado Bruno Mendes?

O lobista – Conheço.

O senador – De onde?

O lobista – Ele é... por uma feliz coincidência, nós temos um laço de parentesco, em que a avó dele é minha madrinha de batismo e o avô dele é meu padrinho de batismo e irmão de meu pai.

O senador – O que ele faz?

O lobista – É advogado.

O senador – Alguma vez ele entregou ou foi portador de algum recurso?

O lobista – Não tenho nenhum conhecimento disso.

O advogado Bruno Mendes, 55 anos, era um personagem desconhecido do calvário de Renan Calheiros. Primo em segundo grau de Cláudio Gontijo, ele mora

em Maceió, mas, assim como o primo lobista, presta serviços de entrega de dinheiro para o senador em Brasília. Em maio e junho de 2006, Renan Calheiros pagou 100 000 reais à jornalista Mônica Veloso. Segundo o senador, o dinheiro era para formar um fundo de educação para sua filha. A jornalista afirmou que se tratava de um complemento de pensão alimentícia. Os 100 000 reais foram pagos em duas parcelas. Os advogados de Renan produziram recibos como se a despesa fosse para o tal fundo de educação. Na hora de pagar, o dinheiro apareceu em sacolas. VEJA apurou que o portador das sacolas era o advogado Bruno Mendes, primo do lobista Gontijo.

O pagamento das duas parcelas de 50 000 reais aconteceu no escritório do advogado do senador, Eduardo Ferrão, no Lago Sul, uma área nobre de Brasília. Na época, ficou combinado que assim que o dinheiro estivesse disponível o advogado da jornalista, Pedro Calmon Filho, receberia um telefonema para ir buscá-lo. Por duas vezes, no fim de maio e no fim de junho, Calmon foi ao escritório de Ferrão. Nas duas ocasiões, foi recebido por Bruno Mendes, que lhe entregou uma sacola preta de náilon. A sacola foi colocada em cima de uma mesa de madeira na biblioteca do escritório. "Ficamos uns bons minutos juntos contando o dinheiro", rememora Calmon. Havia dentro da sacola, segundo ele, notas de 100, 50, 20 e até 10 reais. "O Bruno Mendes me foi apresentado como mais um advogado de Renan", lembra Calmon. Procurado, Eduardo Ferrão explicou que Bruno Mendes não atua no caso, mas, como é amigo e assessor de Renan, acompanhou alguns desdobramentos da história. "É até possível que ele estivesse aqui no dia dos pagamentos", admite Ferrão. "Mas o dinheiro, posso assegurar, veio da casa do senador." O pagamento dos 100.000 reais não consta nas declarações de imposto de renda do senador. Nada disso prova que a Mendes Júnior tenha, outra vez, algo a ver com esse pagamento de despesas do senador. Como diria Gontijo, talvez seja tudo apenas "feliz coincidência".

Outra coincidência, também revelada no depoimento de Gontijo, mostra que o senador se interessou pela obra do Porto de Maceió, que está na conta da Mendes Júnior. O senador Demostenes Torres perguntou ao lobista e ele confirmou que falou sobre as obras do Porto com o senador e que este chegou a visitá-las. Em 2004 e 2005, nos mesmos anos em que Gontijo assumia os gastos com a jornalista Mônica Veloso, Renan apresentou três emendas orçamentárias para as obras do Porto, em um total de 13,2 milhões de reais. O senador disse que fez as emendas para ajudar Alagoas. Pode ser. O depoimento de Gontijo mostra que, além de ajudar Alagoas, Renan também atendeu a um pedido do amigo lobista. Em nota divulgada logo depois do escândalo, a Mendes Júnior, que pertence ao empresário Murilo Mendes, disse que jamais pediu a Renan emenda para suas obras. Em seu depoimento, o lobista ressaltou que pediu ajuda para Renan e, também, para toda a bancada de Alagoas.

As respostas de Gontijo mostraram que, em mais de uma ocasião, as atividades políticas do senador cruzaram com os interesses do lobista da Mendes Júnior. Em seu depoimento, Gontijo admitiu que conhece Aloisio Vasconcelos, que presidiu a Eletrobrás até janeiro passado. "Ele é uma pessoa que eu considero, um dos maiores conhecedores do setor elétrico", disse Gontijo. "Nós manifestamos várias vezes, inclusive por escrito, o nosso interesse em participar de todos os projetos de energia que estão para ser executados." Em 2005, Gontijo chegou a participar como convidado especial de uma reunião entre deputados e senadores do PMDB em que se discutia a indicação do presidente da Eletrobrás. O encontro aconteceu na residência oficial do presidente do Senado. Na reunião, depois de

analisar vários nomes, decidiu-se que Aloisio Vasconcelos tinha o melhor perfil para ocupar o cargo. Quem sugeriu o nome? O lobista Cláudio Gontijo.

No depoimento, Gontijo também confirmou que comprou o flat que Renan tinha no hotel Blue Tree, em Brasília. Disse que o senador não estava satisfeito com o imóvel, pois o aluguel não cobria as prestações do financiamento. Gentilmente, o lobista assumiu o imóvel. No mesmo Blue Tree, Gontijo é dono de um flat, onde mora, que emprestava ao senador para encontros reservados. É curioso que o local não fosse usado para os pagamentos à jornalista. Sobre o assunto, o senador Demostenes Torres – sempre ele – teve o seguinte diálogo com Gontijo:

O senador – Como o senhor recebia o dinheiro do senador Renan Calheiros?

No gabinete, sacava no banco, alguém lhe entregava...

O lobista – Sempre na casa dele e das mãos dele. Como eu afirmei aqui no início, ele sempre disse: não terá uma terceira pessoa para tratar desse assunto. Às vezes ele me entregava de uma vez tudo, às vezes me entregava só uma parte.

O senador – E onde o senhor guardava esses recursos?

O lobista – Na minha casa.

O senador – Não era mais fácil e mais discreto entregar o dinheiro no hotel, já que o senhor se encontrava com a Mônica freqüentemente ali?

O lobista – Normalmente a gente saía para almoçar. Ela passava no carro dela, eu descia, entrava no carro dela e a gente saía para almoçar.

O senador Almeida Lima, membro da tropa de choque de defesa de Renan, fez um balanço do depoimento de Gontijo: "Mostra que não houve relação incestuosa alguma". Será que o senador viu o mesmo depoimento?

Renan enriqueceu na política

Há trinta anos, quando disputou a primeira eleição para deputado, Renan tinha um Fusca. Hoje, o presidente do Congresso é dono de uma fortuna conhecida de 10 milhões de reais

A suspeita de que um lobista pagava despesas do senador Renan Calheiros revelou dois aspectos desconhecidos de sua biografia. Um deles é seu extraordinário desempenho como pecuarista. Para provar que tinha renda para pagar 12.000 reais de pensão à jornalista Mônica Veloso, mãe de sua filha, Renan disse que ganhou 1,9 milhão de reais em quatro anos com venda de gado. Para tanto, suas vacas exibiram taxa de fecundidade maior que a dos melhores produtores nacionais, e a arroba de seus bois é vendida em Alagoas, estado assolado pela febre aftosa desde 2001, pelo maior valor do país. O outro aspecto novo é a notável capacidade do senador para, mesmo atuando sempre como político profissional, acumular uma fortuna respeitável. Na semana passada, VEJA visitou suas propriedades, entrevistou especialistas, cotejou valores e descobriu que seu patrimônio, declarado em 1,7 milhão de reais, é pelo menos 476% maior. Bate na casa dos 10 milhões de reais.

Renan Calheiros teve uma infância modesta em Murici, município de 21 600 habitantes a 50 quilômetros de Maceió. Um dos oito filhos de um pequeno produtor rural e uma dona-de-casa, Renan chegou a vender sandálias feitas com pneus velhos na década de 70, na época em que deixou a cidade para estudar direito em Maceió. Quando estreou na política, elegendo-se deputado estadual em 1978, tinha um Fusca. De lá para cá, ficou sem mandato durante apenas quatro anos, mas de todo modo, mesmo como pecuarista diletante, como fazendeiro nas horas vagas, tornou-se um homem milionário. É dono de três fazendas com 1.742 cabeças de gado. Tem um apartamento na orla de Maceió, casa à beira-mar na paradisíaca

Barra de São Miguel e cinco caminhonetes de luxo. A pequena herança que recebeu -- ao morrer, o pai deixou 712 hectares para repartir entre oito filhos -- nunca foi incorporada ao seu patrimônio. Tudo o que Renan tem é resultado do seu, digamos assim, trabalho.

Até 2002, Renan vinha aumentando seu patrimônio num ritmo formidável, mas, aparentemente, compatível com seus rendimentos como político:

- Entre 1979 e 1982, enquanto exerceu um mandato de deputado estadual, Renan ganhou o equivalente a 6 700 reais por mês. Nesse período, seu patrimônio cresceu a um ritmo de 2.000 reais por mês. É uma economia possível para quem é capaz de poupar 30% de sua renda todo mês.
- Entre 1983 e 1990, como deputado federal, ganhou o equivalente a 12.265 reais por mês. Seu patrimônio cresceu a um ritmo de 8.000 reais por mês. É difícil, mas há quem consiga guardar 65% do salário.
- Entre 1991 e 1994, Renan não teve mandato. Por um ano, presidiu uma subsidiária da Petrobras por indicação do presidente Itamar Franco. Seu patrimônio, nesse período, refletindo a distância de um cargo eletivo, caiu de 880.000 reais para 755.000 reais.
- Entre 1995 e 2002, como senador, Renan recebeu 12.277 reais por mês. Seu patrimônio cresceu a um ritmo mensal de 8.800 reais. É quase impossível poupar 72% do salário. Mas os poupadores fenomenais chegam lá.

Até 2002, Renan não declarou ser dono de fazendas, nem de cabeças de gado. Tinha automóveis, uma casa, um apartamento e um flat -- nada que pudesse lhe proporcionar rendimentos estratosféricos. Mas, de 2002 em diante, a evolução de seu patrimônio entrou num ritmo galopante impossível de ser explicado por qualquer sacrifício no orçamento familiar. Recebendo 12.277 reais por mês no Senado, sua fortuna cresceu a um ritmo de 170.800 reais mensais. O senador sempre atribuiu sua ascensão financeira a rendimentos agropecuários. Mesmo que suas transações de venda de gado sejam verdadeiras, coisa que ainda carece de comprovação, é impossível enriquecer em um período tão curto vendendo bois. Será?

De acordo com o administrador de empresas Mauro Garcia, professor da Escola de Empreendedores da Universidade de Brasília (UnB), não há fórmula mágica para enriquecer em tempo recorde. Ainda assim, o professor destaca três características comuns em trajetórias meteóricas. A primeira é a dedicação extrema e exclusiva ao negócio. "É preciso muito suor, principalmente no início", diz. A segunda é atuar em um mercado inovador, como tecnologia da informação e telecomunicações. "Foi nessas áreas que se construíram as grandes fortunas nos últimos anos", afirma. O terceiro fator é uma postura revolucionária e inovadora numa área tradicional. "Um exemplo são essas empresas de lava-jato que operam sem usar água. É um negócio tradicional, mas que foi reinventado", diz o professor Garcia. Nada disso, como se sabe, aparece na empreitada bovina de Renan.

Em sua declaração de bens entregue à Justiça Eleitoral em 2002, Renan não diz possuir fazendas nem gado. Em 2003, porém, ele declara ter começado o ano com um estoque de 1.278 bois. De onde saíram esses bois? Com que dinheiro foram comprados? VEJA enviou esses questionamentos ao senador, por escrito, mas ele não respondeu. A dificuldade para justificar a origem de seus bens talvez explique o fato de o patrimônio de Renan estar quase todo subfaturado em suas declarações de renda -- o que, do ponto de vista tributário, não é irregular. Suas três fazendas, compradas a partir de 2003, teriam custado 880.000 reais, o que dá uma média de 605 reais por hectare. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) calcula o preço do hectare na região em 4.500 reais. Dois corretores

de imóveis rurais disseram a VEJA que o hectare na região custa entre 5.000 e 7.000 reais. Alguém vende hectare por 600 reais?

"Tá sonhando? Isso não existe, não", espanta-se o corretor Tônio Campos, gerente da JC Consultoria Imobiliária, com quinze anos de experiência no mercado. Assim, as três fazendas que o senador diz ter comprado por 880.000 reais não custam menos de 6,8 milhões de reais. Seu apartamento em Maceió, declarado por 135.000 reais, é avaliado em 1 milhão de reais. A casa na Barra de São Miguel, declarada por 450.000 reais, vale mais de 1 milhão de reais. Por que alguém subfatura o valor de seus bens? Falando em tese, sem conhecer o caso específico, o tributarista Gilberto Amaral, presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, responde: "Para adquirir um patrimônio, qualquer que seja ele, é preciso ter renda. A principal justificativa para o subfaturamento é a falta de origem lícita para o dinheiro".

Os bens subfaturados do senador, coincidentemente, são sempre comprados de amigos ou parentes. Uma fazenda foi adquirida de um irmão de criação, a outra de um primo, uma terceira de outro irmão. Uma de suas caminhonetes, uma Mitsubishi L200 ano 2006, foi comprada de um assessor no Senado, Everaldo França Ferro. Nesse caso, não há indício de subfaturamento. Os indícios são de coisa mais cabeluda. Ferro foi flagrado em grampo da Polícia Federal em uma conversa esquisita com o empreiteiro Zuleido Veras, preso pela Operação Navalha. A PF suspeita que os dois estivessem falando sobre uma propina que seria paga ao assessor do senador. Ferro não foi localizado por VEJA para comentar a suspeita.

Será que Renan enriqueceu terceirizando o pagamento de suas despesas? Quando precisava pagar a Mônica Veloso, acionava o lobista Gontijo. Em três entrevistas a VEJA, o ex-bicheiro alagoano Plínio Batista, amigo de infância de Renan e seu aliado até 2004, afirmou que também pagou despesas do senador. Diz que custeou parte de sua campanha ao Senado em 2002. "Comprei a Kombi para a campanha a pedido do Renan", declara Plínio Batista, exibindo fotos do veículo, placa MUD 5762, decorado com material de campanha de Renan e seu irmão Olavo. Ele também afirmou ter pago uma conta do senador de 30 000 reais, em dinheiro vivo. O dinheiro foi pago ao empresário Benezildo Moura, dono da gráfica Sian. "Sou amigo dos Calheiros, não quero entrar nesse assunto", disse o empresário a VEJA. Diante da insistência da revista, ele confirmou o pagamento. "Eram santinhos e cartazes do senador. Quem pagou foi o Plínio." Plínio Batista já comandou o jogo do bicho em Alagoas e foi preso duas vezes sob acusação de chefiar a contravenção e envolver-se com grupo de extermínio. Era só o que faltava. Além de ter contas pagas por lobista de empreiteiro, o senador contou também com recursos de bicheiro...

Revista Veja – Edição 2015 de 4 de julho de 2007

Os mosqueteiros da ética

Eles são poucos. Mas é quase tudo com que os brasileiros podem contar no Congresso para que os interesses particulares não dominem totalmente a política

O caso Renangate só não é um desalento completo porque existem alguns poucos batalhadores da ética no Congresso Nacional. Na Câmara, a figura que sobressai sempre que aparece um escândalo é a do deputado Fernando Gabeira, do PV do Rio de Janeiro. No caso que envolve o senador Renan Calheiros, acusado de ter suas despesas pagas por um lobista de empreiteira, Gabeira cruzou os corredores do Congresso para dizer a Renan Calheiros que ele não tem mais

condições de presidir a Casa. Renan, claro, não lhe deu ouvidos. No Senado, Pedro Simon, do PMDB gaúcho, e Jefferson Peres, do PDT do Amazonas, são referências constantes de um comportamento correto e íntegro, chama que se reacendeu na atual provação à qual o senador Calheiros submete seus pares e a instituição.

Outros dois senadores têm aparecido como sentinelas avançadas da sociedade brasileira no caso Renagate. Um deles é Jarbas Vasconcelos, do PMDB de Pernambuco, que na semana passada pediu a palavra durante sessão presidida pelo próprio Renan Calheiros, denunciou o clima de desconforto que tomava conta do plenário e explicou por que pediu o afastamento de Renan numa entrevista: "Para não nos causar o constrangimento que causa hoje presidindo a sessão". E completou: "O que não pode é o Senado ficar sangrando e, mais do que isso, fedendo". O outro é o incansável senador Demostenes Torres, do DEM de Goiás. No Conselho de, digamos assim, Ética do Senado, ele é uma das únicas vozes a exigir investigações sérias e denunciar as manobras para absolver sem apurar. Demostenes Torres entende o que muitos senadores fazem questão de não ver: o Senado está se desmoralizando numa velocidade avassaladora. A esperança que resta é que esse pequeno conselho de mosqueteiros da ética consiga derrotar as malandragens do grande Conselho de, digamos assim, Ética do Senado.

Na primeira reação à denúncia de que um lobista bancava suas despesas, Renan tentou jogar o assunto para o terreno pessoal, apresentando-se como vítima de invasão de privacidade. Diante da evidência de que suas relações com o lobista não eram assunto particular, a abordagem deu errado. Na estratégia seguinte, ele pressionou seus colegas com baixarias diversas e ameaças de dossiês. Do seu círculo mais próximo partiram boatos sobre a vida íntima e a honestidade pessoal de alguns senadores. Como ninguém se intimidou, a estratégia também não deu certo. Na semana passada, Renan encontrou mais uma alternativa – a chantagem política sobre o Palácio do Planalto. Até a sexta-feira passada, a nova estratégia vinha apresentando bons resultados. Depois de falar por quarenta minutos com Lula, Renan virou o jogo. Ganhou apoio explícito do presidente, reaglutinou os governistas pela sua absolvição e recuperou o controle sobre o Conselho de, tá bem, vá lá, Ética do Senado.

A chantagem sobre o governo começou na terça-feira, quando a cúpula do DEM, o ex-PFL, tomou a posição mais lúcida entre todas as legendas do Senado: em nota, pediu que Renan deixasse o comando da Casa. O senador aproveitou o conteúdo da nota para dizer que o caso era uma disputa entre governo e oposição. Para a senadora Ideli Salvatti, líder do PT, Renan reclamou que Lula não o atendia havia cinco dias e exigiu que Sibá Machado, petista do Acre, fosse destituído da presidência do Conselho de, digamos assim, Ética. Em seguida, Renan brindou o Planalto com uma demonstração de seu poder: parou os trabalhos do Senado e não votou uma única matéria de interesse do governo. Alarmada, Ideli, obedecendo a ordens do Planalto, passou a forçar a renúncia de Sibá Machado. À noite, Lula encerrou seus cinco dias de silêncio e convidou Renan para uma conversa no dia seguinte. Ao presidente, Renan fez a catilinária de praxe. Disse que haveria a ameaça de crise de governabilidade e tudo não passaria de disputa antecipada sobre a sucessão de 2010. Parece que Lula acreditou na patacoada, ou tem outros temores sobre os saberes de Renan, pois orientou seus líderes a trabalhar pelo senador – e, com isso, tudo mudou.

Com a tropa petista ao seu lado, Renan colocou o Senado para funcionar, aprovando oito projetos num único dia, inclusive alguns de interesse vital do governo. Também voltou a ter controle sobre o Conselho de, digamos assim, Ética.

Conseguiu afastar Sibá Machado da presidência. Convenceu o vice-presidente, senador Adelmir Santana (DEM-DF), a desobedecer a ordens de seu partido e protelar os trabalhos. Barrou a indicação do senador Renato Casagrande (PSB-ES) para relator do seu caso. Casagrande foi convidado para a relatoria, aceitou o convite e acabou desconvidado por pressão de Renan. Num telefonema do senador Romero Jucá, líder do governo e membro graduado da confraria de Renan, Casagrande ouviu que era preciso "sanear o processo" que tramita no conselho. O que significa "sanear o processo"? Qualquer medida que possa salvar o pescoço de Renan, missão que Casagrande não parece disposto a cumprir. Há duas medidas em gestação. A primeira é alegar que o conselho não tem competência para investigar senadores e enviar o caso ao Supremo Tribunal Federal, corte famosa por sua morosidade e célebre por jamais ter punido um único parlamentar. A outra é indicar o senador Inácio Arruda, do PCdoB do Ceará, para relator do caso. Arruda, esse comunista cujo coração pulsa impregnado da ambição de defender o proletariado, esse militante indignado com a dominação das elites espoliadoras sobre o operariado explorado, esse homem que só tem olhos para o triunfo da Justiça no mundo, já prometeu inocentar Renan.

A vitória final do senador veio com a eleição de um apaniguado para a presidência do Conselho de, digamos assim, Ética. O novo presidente é Leomar Quintanilha (PMDB-TO). Sua mera presença no órgão é um escárnio. Indiciado pela Polícia Federal, Quintanilha é investigado pelo Supremo Tribunal Federal sob a acusação de corrupção, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. Desde 2002, ele é suspeito de ter recebido, por meio de dois prepostos, 283.000 reais de propina de um consórcio de empreiteiras liderado pela Mendes & Facchini. A polícia suspeita que o esquema funcionava assim: Quintanilha fazia emendas ao Orçamento destinando dinheiro às obras do consórcio da Mendes & Facchini e, em troca, embolsava as propinas. As obras eram superfaturadas, algumas vezes nem saíam do papel e quase sempre eram resultado de licitações fraudadas. Perguntado se sentia algum constrangimento em presidir um Conselho de Ética estando indiciado pela polícia e sob investigação judicial, Quintanilha foi claro: "Não devo nada. Por isso, não tenho nenhum constrangimento". Outros cinco membros do conselho respondem a processos no Supremo Tribunal Federal. Quatro estão na tropa de choque de Renan. Só um peemedebista do órgão não tem processo no STF. É Gilvam Borges, do Amapá. Mas, numa única frase, já apresentou seu pedigree: "Se for investigar todos os senadores a fundo e levá-los ao Conselho de Ética, não sobra um. Tem de fechar o Congresso por dois anos". Diante disso, conclui-se que o senador acha melhor não investigar ninguém para não superlotar o presídio.

No escândalo que vem esboroando o que ainda resta de credibilidade ao Senado, Renan tem tido uma atuação esquizofrênica. Nos bastidores, age com tenacidade febril para escapar da cassação, escolhendo seus julgadores, aprovando e vetando nomes, traçando estratégias e mandando bilhetes manuscritos aos senadores com apelos de ajuda. Em público, exibe-se com um ar de magistrado. Dá entrevistas em que insiste que tem paciência, faz questão de que o processo corra normalmente e só quer o triunfo da verdade. "Já apresentei as provas de minha inocência ao Conselho", disse na segunda-feira. "O que importa é que eu não me intimidarei", disse na terça-feira. "O relevante é que a verdade apareça", disse na quarta-feira. A ironia da semana aconteceu quando Renan, pela primeira vez, levantou a voz contra o desempenho do Conselho de, digamos assim, Ética. Acusou o órgão de "fingir que está cumprindo seu papel". O conselho, todos sabem, não

cumpra seu papel precisamente porque, nos bastidores, Renan faz tudo o que está ao seu alcance para que isso não aconteça. Haja esquizofrenia.

QUANDO O SUPLENTE É CONVENIENTE

O circo montado no Conselho de Ética para absolver Renan Calheiros colocou em evidência uma categoria de parlamentares que costuma passar despercebida em Brasília: os suplentes de senador. Com pouca ou nenhuma atividade política, os suplentes estão vivendo seus quinze minutos de fama porque aceitaram bovinamente a missão de arquivar o processo contra o presidente do Senado. Não foram escolhidos por acaso. Os suplentes, ao contrário dos senadores titulares, assumiram seu mandato sem receber um único voto e, portanto, não têm contas a prestar à opinião pública nem temem a ira do eleitorado. Não foi propriamente difícil encontrar suplentes dispostos a encenar o papelão. Dos 81 senadores, onze são suplentes, o equivalente a 13% da atual legislatura. Quatro deles já subiram ao picadeiro do Conselho de Ética. O mais conhecido é Sibá Machado, do PT do Acre, que assumiu a cadeira da atual ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Ele renunciou à presidência do Conselho de Ética diante de pressões do PT e do PMDB para que enterrasse logo o processo contra o presidente do Senado. Mesmo Sibá, um ex-coveiro que até então tinha uma postura simpática a Renan, percebeu a palhaçada e tentou adotar uma postura mais independente. Foi posto para fora.

Na semana passada, enquanto o Conselho de Ética não achava um substituto para Sibá, quem assumiu sua cadeira foi o também suplente Adelmir Santana, do ex-PFL. Ele virou senador depois que o titular da vaga, Paulo Octávio, também do ex-PFL, renunciou ao cargo para se candidatar a vice-governador do Distrito Federal, no ano passado. Santana passou 24 horas na presidência do Conselho de Ética e cumpriu seu papel: não deu um único despacho. Sibá e Santana são exceções. Como regra, os suplentes são financiadores da campanha do titular ou parentes. Os suplentes preferidos, no entanto, são os parentes. Na atual legislatura, há pelo menos sete deles. Um é Antonio Carlos Júnior, filho do senador Antonio Carlos Magalhães, que já exerceu parte do mandato de senador quando o pai renunciou, em 2001. Outro suplente-parente é Adalgisa Carvalho, que, além de eventual substituta do senador Mão Santa, do PMDB do Piauí, também é sua esposa. Entre os suplentes-financiadores, figura ainda Wellington Salgado, do PMDB de Minas Gerais, que ocupa a cadeira do ministro das Comunicações, Hélio Costa. Ele doou 686 000 reais à campanha de Costa ao Senado.

De acordo com a legislação eleitoral, cada candidato ao Senado escolhe livremente seus dois suplentes. Caso o parlamentar eleito decida se licenciar, renuncie ao mandato ou seja cassado por seus pares, quem assume suas funções é o seu primeiro suplente. Não importa que o suplente não tenha recebido um único voto, nem que o eleitor não faça a menor idéia de quem se trata. A suplência serve apenas para preservar o interesse do titular, e não do eleitor. Um sistema que poderia servir de inspiração para corrigir essa distorção é o adotado nos Estados Unidos. Lá, cada estado tem dois senadores. Se um deles deixar o cargo temporariamente – para assumir um posto no governo, por exemplo –, o estado fica com um representante a menos, e o senador que arque com o ônus de explicar a presepada aos seus eleitores. Em caso de renúncia ou morte do titular, uma nova eleição é convocada em noventa dias. No Brasil, diante da conveniência de entronizar um aliado, parente ou financiador de campanha, ninguém parece preocupado com o assunto. Existem dois projetos de lei no Congresso que prevêem

o fim da farra dos suplentes, mas ambos estão engavetados faz sete anos. Na reforma política em debate no Congresso, não há uma vírgula para acabar com a atual norma de suplência.

Revista Veja – Edição 2016 de 11 de julho de 2007

Negócios milionários

Nos últimos anos, a fortuna de Renan Calheiros e de sua família não pára de crescer. Somente uma transação com a cervejaria Schincariol rendeu 17 milhões de reais de lucro aos Calheiros, num negócio crivado de estranhezas

O senador Renan Calheiros já presidiu mais de dez sessões do Senado desde que veio a público a revelação de suas relações promíscuas com um lobista de empreiteira. Nenhuma delas, porém, foi tão devastadora quanto a sessão de terça-feira passada. Durante duas horas e cinquenta minutos, dezessete senadores pediram a palavra – e quinze exortaram Renan Calheiros a se afastar da presidência do Senado. Os pedidos em série começaram depois que o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio, informou que seu partido decidira pedir o afastamento de Calheiros, tornando-se assim o quarto partido no Senado a fazê-lo. "A posição decidida pelo PSDB é sugerir, e desta vez olhando nos seus olhos, que se afaste da presidência do Senado até o momento final das investigações", disse Arthur Virgílio, dirigindo-se a Renan Calheiros. Daí em diante, outros senadores, de sete partidos diferentes, engrossaram o coro. Sentado à cadeira de presidente, com o semblante constrangido mas simulando frieza, Calheiros falou duas vezes na sessão. Em ambas, disse que não arredaria pé do cargo e chegou a afirmar que não sabia nem do que era acusado.

"É de quebra de decoro", gritou, do plenário, o senador Demostenes Torres, do DEM de Goiás. Rememorando: Calheiros é suspeito de pedir a Cláudio Gontijo, lobista da Mendes Júnior, para pagar a pensão e o aluguel da jornalista Mônica Veloso, com quem tem uma filha de 3 anos. Para defender-se da suspeita, o senador apresentou um calhamaço de documentos dizendo que lucrara 1,9 milhão de reais nos últimos quatro anos. Com isso, queria provar que tinha dinheiro para pagar à jornalista. Os documentos, porém, eram inconsistentes e acabaram mostrando a excepcional evolução do seu patrimônio – estimado hoje em 10 milhões de reais. A papelada revelou que o senador não tinha fazenda nem gado até 2002 e, nos últimos quatro anos, subitamente se mostrou um notável sucesso como pecuarista. Na semana passada, VEJA encontrou outro negócio no qual os Calheiros merecem medalha de ouro. Trata-se de uma fábrica de tubaína, construída em 2003, que, nas avaliações mais otimistas, vale menos de 10 milhões de reais. Em maio do ano passado, porém, os Calheiros conseguiram vendê-la à Schincariol, a segunda maior cervejaria do país, por 27 milhões de reais. Um negócio estúpido.

Em 2003, o deputado Olavo Calheiros, irmão do senador, resolveu abrir a Conny Indústria e Comércio de Sucos e Refrigerantes, em Murici, no interior de Alagoas, terra natal dos Calheiros. Ganhou, de graça, um terreno de 45.000 metros quadrados, avaliado em 750.000 reais. O doador foi a prefeitura de Murici, na época comandada por Remi Calheiros, irmão de Olavo e Renan. A prefeitura também deu à fábrica isenção por três anos no pagamento de água, insumo essencial para uma fábrica de refrigerantes. Com terreno e água de graça, Olavo bateu à porta do Banco do Nordeste, o BNB, e conversou com o gerente José Expedito Neiva Santos, que fez gestões junto ao BNDES para conceder ao deputado um empréstimo de 6 milhões de reais, com vencimento em vinte anos. O gerente Expedito Santos

aceitou, como garantia do empréstimo, a escritura de uma fazenda que o Ministério Público suspeita ser falsificada. Concluído o empréstimo, o gerente, por indicação de Renan Calheiros, foi promovido a superintendente estadual do BNB em Alagoas.

Com fábrica instalada, água e terreno de graça e dinheiro para pagar em duas décadas, a Conny, ainda assim, foi um completo fracasso. Três anos depois, só vendia refrigerantes na região de Murici. Tinha apenas 0,1% do mercado nordestino. Devia 150.000 reais em contas de luz, não pagava o empréstimo e já devia 9,9 milhões de reais ao BNDES. A situação era tão lamentável que a fábrica recorria contra dívidas irrisórias. Entrou com ação judicial para não pagar a anuidade de 1.600 reais ao Conselho Regional de Química. Também foi à Justiça para não pagar 3.600 reais por ano de taxa de fiscalização ao Ibama, o órgão que cuida do meio ambiente. Sofria até ação de cobrança do Inmetro, que fiscaliza o padrão e a qualidade dos produtos no país. O Inmetro cobrava 900 reais da fábrica dos Calheiros. Com as contas no vermelho e prestes a fechar as portas, a fábrica conseguiu ser negociada por 27 milhões de reais. Olavo pagou as dívidas – e embolsou 17 milhões de reais, limpinhos, conforme a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, que autorizou o negócio.

Na época, a Schincariol explicou que comprara a fábrica para expandir sua presença no mercado nordestino. Pagou um preço exorbitante. Um especialista no setor ouvido por VEJA diz que se constrói uma fábrica semelhante à da Conny com 10 milhões de reais – menos da metade do que a Schincariol desembolsou. Em junho passado, a mesma Schincariol comprou a Indústria de Bebidas de Igarassu, no interior de Pernambuco, que fabrica a cerveja Nobel. A Igarassu é maior do que a fábrica dos Calheiros, tem 10% do mercado de Pernambuco e capacidade para produzir 5 milhões de litros por mês, contra 4,5 milhões da fábrica dos Calheiros. Ainda assim, mesmo sendo maior e mais importante, a Igarassu saiu por 10 milhões de reais. Em janeiro passado, a cervejaria Baden Baden, de Campos do Jordão, no interior paulista, famosa por fabricar cerveja artesanal, também foi adquirida pela Schincariol. A Baden Baden faturava 5,5 milhões por ano e vinha aumentando sua participação no mercado de produtos sofisticados. Saiu por 30 milhões de reais, apenas um pouco a mais do que a Conny dos Calheiros. A pergunta que fica é: por que a Schincariol pagou tanto à família Calheiros?

As atividades do senador Renan Calheiros em Brasília podem ser uma pista. Depois que a fábrica em Murici foi vendida, o senador interessou-se pelas dificuldades da Schincariol em Brasília, já que, um ano antes, seus cinco dirigentes haviam sido presos pela Polícia Federal sob acusação de sonegação de 1 bilhão de reais. O senador esteve pelo menos três vezes no Ministério da Justiça para saber dos desdobramentos da Operação Cevada, que prendeu os donos da cervejaria. Também andou visitando a cúpula do INSS, que planejava executar dívidas previdenciárias de cerca de 100 milhões de reais da Schincariol. As dívidas, como que por mistério, não foram executadas até hoje. Ou melhor: o INSS executou, sim, mas apenas uma dívida de 49.700 reais. Renan Calheiros andou, também, pela Receita Federal, onde chegou a falar sobre uma multa milionária que o órgão aplicaria à Schincariol. Sabe-se lá por quê, até hoje a empresa não sofreu multa milionária nem a cobrança do 1 bilhão de reais sob suspeita de sonegação. Melhor que isso: a Receita, em vez de manter a contabilidade da dívida centralizada, pulverizou-a pelos seis estados onde a Schincariol tinha fábrica na época. Isso complica e retarda uma cobrança de dívida.

Na semana passada, depois da sessão do Senado em que os parlamentares pediram o afastamento de Renan Calheiros, o Conselho de Ética voltou a trabalhar,

escolhendo três relatores para o caso. Decidiram completar a perícia da Polícia Federal sobre a papelada dos negócios do senador e analisar a evolução do seu patrimônio. A venda da fábrica em Murici, formalmente, está fora da investigação porque foi um negócio do deputado Olavo Calheiros, e não do senador. No entanto, os negócios de ambos se entrecruzam o tempo todo. Um compra fazenda do outro. Um arrenda terras para o outro. O gado de um anda na fazenda do outro, e vice-versa. Os dois também se revezam no Congresso quando se trata de despejar dinheiro na obra do Porto de Maceió, tocada pela empreiteira Mendes Júnior. Em 2001, 2002 e 2003, o deputado fez emendas para a Mendes Júnior. Nos anos seguintes, 2004 e 2005, foi a vez do senador. Sob esse aspecto, a modesta fábrica de tubaína em Murici que conseguiu ser negociada por 27 milhões de reais poderia despertar a atenção dos membros do Conselho de Ética. A suspeita que o negócio desperta é a seguinte: será que, além de usar o lobista da Mendes Júnior, o próprio senador Renan Calheiros se converteu num lobista da cervejaria Schincariol? Ninguém sabe, mas há duas certezas na história. Uma delas é que a cervejaria tem apreço pela família Calheiros, tanto que foi a principal financiadora da campanha do deputado Olavo Calheiros e do seu outro irmão, o deputado Renildo Calheiros. Ambos receberam 200.000 reais da empresa. A outra certeza é que os irmãos atuam como líderes da bancada da cerveja, composta de 41 parlamentares que defendem os interesses do setor. A Schincariol diz que vai começar em breve a fabricar o suco Skinka em Murici, mas prefere não fazer nenhum comentário sobre sua relação com o senador Renan Calheiros e seus irmãos deputados.

Revista Veja – Edição 2017 de 18 de julho de 2007

O senador agoniza em público...

...mas insiste em ficar no cargo, paralisando o Senado e expondo a instituição ao descrédito

Desde os tempos em que os senadores eram escolhidos pelo imperador e precisavam ter renda superior a 800.000 réis por ano, o Senado nunca viveu uma crise como a provocada pelo Renagate. Criada há mais de 180 anos, a Casa já passou por maus bocados, desde seu fechamento pela ditadura militar, em 1968, até o assassinato a bala de um senador por outro dentro do plenário, mas nunca ficou paralisada pela mera presença de seu presidente na cadeira de presidente. Nem mesmo no escândalo que resultou na renúncia do ex-senador Jader Barbalho. Na semana passada, com a divulgação da mais recente novidade, segundo a qual o senador Renan Calheiros prestou favores à Schincariol depois que a cervejaria comprou uma fabriqueta de sua família por um preço astronômico, a situação chegou ao seu ponto mais crítico até agora – e Calheiros passou a agonizar em público.

Na terça-feira, o senador, enquanto presidia a sessão, bateu boca com o tucano Arthur Virgílio e chegou a socar a mesa: "Se quiserem a minha cadeira, vão ter de sujar as mãos". No dia seguinte, Calheiros esquivou-se de comandar uma sessão conjunta do Congresso para fugir do protesto preparado pelos deputados. Eles iriam distribuir 100 cartões vermelhos aos colegas, que os levantariam na sessão pedindo o afastamento do senador. Na quinta-feira, senadores de cinco partidos deixaram o plenário em protesto contra manobras patrocinadas pelo presidente Calheiros para proteger o réu Calheiros no processo em que é acusado de manter relações promíscuas com o lobista de uma empreiteira. "Essa crise gera um embaraço inédito para a instituição por atingir um presidente que é processado

no exercício do cargo e usa o cargo a seu favor", diz o cientista político e historiador Octaciano Nogueira, da Universidade de Brasília (UnB).

A situação de Renan Calheiros é patética. Não pode presidir uma sessão do Senado, e nega que haja crise no Senado. Não tem saído de sua residência oficial, localizada no Lago Sul, em Brasília, porque sua aparição em público pode provocar constrangimentos. Também não vai a Alagoas, seu estado natal, com receio de atrair manifestações de repúdio. No Senado, sua situação é de crescente isolamento – físico até. Antes, seu gabinete era o mais movimentado da Casa, com parlamentares entrando e saindo constantemente. Agora, só é freqüentado por seus mais fiéis defensores. Nem o PMDB, seu partido, lhe tem estendido a mão. Na semana passada, Calheiros pediu ao presidente do partido, deputado Michel Temer, o lançamento de uma nota oficial em seu apoio. Disse-lhe Temer: "Não dá mais, Renan. Seu caso não é jurídico. O seu problema é a falta de condições políticas".

Desde o fim de maio, Renan Calheiros enfrenta uma crise pessoal que insiste em misturar com o Senado – e, agora, ela começa a transbordar para sua família. Seu irmão, o deputado Olavo Calheiros, que vendeu por 27 milhões de reais a fábrica de refrigerantes da família que não valia mais que 10 milhões de reais, está sob o risco de sofrer uma investigação na Câmara. O PSOL – sempre o PSOL – pedirá a abertura de um processo para apurar o negócio. Há a suspeita de que o valor espetacular obtido na venda da fábrica tenha sido pagamento por tráfico de influência dos irmãos Calheiros em favor da Schincariol. Será uma investigação importante também para entender como o deputado Olavo Calheiros enriqueceu tão depressa. Em 1998, seu patrimônio declarado era de apenas 95.000 reais. Quatro anos depois, já chegava a 2,8 milhões. No ano passado, batia em 4 milhões de reais.

O deputado Calheiros, embora numa situação muito mais confortável que a do irmão, pelo menos por enquanto, também anda sumido. Sua única aparição na semana passada aconteceu no ato de desagravo a Renan Calheiros. O ato deveria ser um jantar na churrascaria mais badalada de Brasília, mas o receio – mais uma vez – de que a presença de Renan Calheiros atraísse protestos levou os organizadores a escolher um discreto restaurante às margens do Lago Paranoá. No jantar, o senador anunciou que aproveitaria o recesso parlamentar para visitar seu reduto eleitoral, mas foi desaconselhado. Seria difícil encarar os passageiros do avião e os protestos que estavam sendo organizados em Maceió. Renan Calheiros desistiu. Ao jantar em sua homenagem compareceram 57 prefeitos de Alagoas. A previsão era que aparecessem oitenta. Como se vê, já tem até prefeito do interior que não quer ser fotografado ao lado do senador Renan Calheiros. Sinais do fim.

Revista Veja – Edição 2019 de 1º de agosto de 2007

Contagem regressiva

Técnicos comprovam que Renan fez negócios agropecuários com empresas que não existem

O senador Renan Calheiros apostava que o recesso parlamentar abrandaria a crise política em que ele está mergulhado há dois meses. Imaginava que, passando algumas semanas longe dos holofotes, ganharia forças para tentar sobreviver à suspeita de que teve contas pessoais pagas por um lobista de empreiteira. A estratégia não deu certo. Na semana passada, a Polícia Federal iniciou a perícia nos documentos que Renan entregou ao Conselho de Ética do Senado. São recibos, notas fiscais e guias de trânsito animal (GTAs) apresentados pelo senador com os quais ele tenta comprovar que não precisava se socorrer de recursos do lobista.

Renan, um ex-vendedor de chinelo que tinha um carro velho quando entrou na política, garante que juntou uma pequena fortuna vendendo bois. Antes mesmo do início da perícia, o papelório já começou a produzir desdobramentos comprometedores para o senador. Técnicos do Conselho de Ética que analisaram o material comprovaram que duas empresas que teriam comprado gado de Renan simplesmente não existem. "Se técnicos do próprio Senado atestam que o presidente vendeu bois para empresas de fachada, a situação dele fica ainda mais complicada", afirma o senador Pedro Simon (PMDB-RS), colega de partido de Renan.

Poucas coisas podem ser mais dramáticas para um acusado do que o momento em que sua defesa, em vez de dissipar suspeitas, acaba por incriminá-lo. Pilhado em situação de flagrante promiscuidade, Renan confirmou que o lobista pagava suas despesas, mas garantiu que o dinheiro era seu, como se isso eliminasse o problema. O senador exibiu os comprovantes de venda de bois depois que VEJA revelou que a jornalista Mônica Veloso, mãe de uma filha do senador, recebeu das mãos do lobista Cláudio Gontijo, da empreiteira Mendes Júnior, uma pensão mensal de 12.000 reais entre 2004 e 2005. A quantia era entregue em dinheiro vivo dentro de envelopes timbrados da empreiteira. Com os documentos, o senador pretendia mostrar que tinha condições financeiras de arcar com os pagamentos da pensão. O problema é que algumas das empresas com as quais ele diz ter feito negócios nem sequer existiam. Uma reportagem da Rede Globo já havia revelado a fraude, que foi confirmada pelos técnicos do Senado. A pedido do Conselho de Ética, a Polícia Federal está realizando uma auditoria em toda a documentação apresentada pelo senador. Se o laudo da PF reafirmar que a defesa do senador utilizou recibos de empresas fajutas, como parece evidente, tudo leva a crer que Renan será ejetado da cadeira de presidente e poderá, inclusive, ter o mandato cassado.

Já prevendo as conclusões – óbvias – da Polícia Federal, Renan Calheiros prepara uma nova versão para tentar convencer os colegas de Parlamento da origem de seus fantásticos rendimentos agropecuários. Segundo o senador, deve-se esquecer os tais recibos falsos e as tais empresas que não existem. Todos os negócios, jurará de pés juntos, foram realizados com um único frigorífico de Alagoas, chamado Mafrial. Agora, se o Mafrial usou empresas de fachada nessas transações, é um problema que não cabe a ele, Renan, responder. Conveniente. O que o presidente do Congresso não diz é que, entre toda a documentação que entregou ao Conselho de Ética, não há um único papel que ateste sua relação comercial com o tal frigorífico. Todas as supostas vendas de gado, de acordo com as notas fiscais exibidas pelo senador, foram feitas para açougues da periferia de Maceió. Procurada, a dona do frigorífico Mafrial, Zoraide Beltrão, não retornou as ligações de VEJA. Em declarações anteriores, a empresária negou ter feito negócios com o senador. O Mafrial, aliás, recebeu no ano passado a visita de dois agentes da Polícia Federal. Eles investigavam o deputado federal Augusto Farias, irmão do ex-tesoureiro PC Farias e na época sem mandato, em uma operação de suposta lavagem de dinheiro. A PF suspeita que Farias tenha usado o Mafrial para justificar a origem de dinheiro ilícito. Assim como Renan, Augusto Farias também experimentou momentos de bonança com negócios agropecuários em Alagoas.

Na semana passada, depois de dois meses sem visitar sua base eleitoral, Renan Calheiros finalmente apareceu em Alagoas, estado que o elegeu senador em 2002 com 800.000 votos, mais de 40% do total. Chegou a tempo de acompanhar de perto a movimentação de cerca de 400 famílias ligadas ao Movimento dos Sem

Terra (MST) e a duas de suas dissidências mais raivosas, o Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) e o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL). Elas invadiram uma fazenda do deputado federal Olavo Calheiros, irmão de Renan, mataram quinze bois para fazer churrasco e tinham planos de invadir fazendas do próprio Renan, vizinhas à propriedade do irmão. Olavo, cujo patrimônio declarado saltou de 100.000 reais para 4 milhões nos últimos oito anos, é suspeito de corrupção e de grilagem de terras na região de Murici, berço do clã Calheiros. A invasão, justificada pelos líderes como um protesto contra a grilagem de terras e a corrupção, tirou Renan do sério. Em seis entrevistas a emissoras de televisão e rádio controladas por aliados, duas delas em programas policiais de Alagoas, Renan disse que só sai do cargo enforcado ou queimado. "Vão ter de sacrificar o presidente do Senado. Mas vão ter de assumir a responsabilidade, que é sujar as mãos de sangue", disse Renan. "Vou resistir até o fim." A contagem regressiva já começou.

Revista Veja – Edição 2020 de 8 de agosto de 2007

Sociedade secreta

O presidente do Senado, Renan Calheiros, usou laranjas e pagou 1,3 milhão de reais em dinheiro vivo, parte em dólares, para virar sócio oculto de uma empresa de comunicação em Alagoas

O presidente do Congresso, senador Renan Calheiros, é um homem milionário. Dono de fazendas, casa na praia, apartamento, carros de luxo e os valorizados bois de Murici, seu patrimônio oficial é estimado em cerca de 10 milhões de reais. Descobriu-se agora que a fortuna do senador é ainda maior. Além de pecuarista, Renan é um empresário emergente do ramo das comunicações. Ele é dono de duas emissoras de rádio em Alagoas que valem cerca de 2,5 milhões de reais e, até dois anos atrás, foi sócio de um jornal diário cujo valor é de 3 milhões. Pouca gente em Alagoas conhece essas atividades do senador. E por uma razão elementar: os negócios de Renan são clandestinos, irregulares, forjados de modo a manter o anonimato dos envolvidos. Para que isso fosse possível, a compra das emissoras de rádio e do jornal foi colocada em nome de laranjas, formalizada por meio de contratos de gaveta e paga com dinheiro vivo – às vezes em dólares, às vezes em reais. Tudo feito à margem da lei, com recursos de origem desconhecida, a participação de funcionários do Senado e, principalmente, visando a garantir que a identidade do verdadeiro dono, o senador Renan Calheiros, ficasse encoberta.

VEJA teve acesso a documentos que mostram como o senador criou uma empresa de comunicação, incorporou emissoras de rádio e escondeu tudo isso da Receita Federal, da Justiça Eleitoral e do Congresso Nacional. No fim de 1998, Renan Calheiros planejava se candidatar ao governo de Alagoas nas próximas eleições, mas encontrava resistências, principalmente de um ex-aliado, o ex-presidente Fernando Collor, que lhe fazia uma oposição implacável em suas emissoras de rádio, TV e por meio do maior jornal do estado, a Gazeta de Alagoas. Renan Calheiros soube que outro empresário do ramo, Nazário Pimentel, estava querendo se desfazer de um jornal e de uma rádio e vislumbrou a possibilidade de montar seu próprio império de comunicação, comprando o grupo O Jornal, que detinha a concessão de uma rádio, a atual Rádio Correio, e o segundo jornal mais lido do estado, O Jornal. O grupo estava avaliado em 2,6 milhões de reais. Como o valor era alto demais, Renan Calheiros decidiu procurar um sócio para a empreitada. O escolhido foi o usineiro João Lyra, sogro de Pedro Collor, cujas denúncias acabaram resultando no impeachment do irmão Fernando Collor. Lyra gostou da idéia. Calheiros e Lyra fizeram um acordo pelo qual cada um entraria com a metade.

Renan, portanto, ficou de pagar 1,3 milhão de reais – mais do que o patrimônio total que ele declarava possuir à época. Como Calheiros não tinha todo o dinheiro disponível no momento, ficou combinado que o usineiro lhe emprestaria 700.000 reais, quantia que o senador, depois, saldaria em parcelas mensais.

Renan Calheiros cumpriu o que foi acertado e saldou a dívida ao longo de 1999. Mas nunca usou banco, cheques ou transferências eletrônicas. A exemplo do que fez no caso do pagamento da pensão de sua filha, quando pediu o apoio de um lobista de empreiteira, ele, de novo, utilizou como tesoureiro um intermediário com envelopes cheios de dinheiro. Dessa vez, o pagador das mensalidades foi o assessor legislativo Everaldo França Ferro, funcionário de confiança do gabinete do senador. O assessor fez entregas em dinheiro vivo que totalizaram 700.000 reais. Na maioria das vezes, Everaldo Ferro fez os pagamentos em Brasília, mas houve casos em que marcou encontros em São Paulo e em Alagoas. As entregas não tinham regularidade absoluta. Renan Calheiros chegava a atrasar dois meses. Certa vez, pediu paciência ao sócio Lyra, justificando que o dinheiro estava vindo do Rio Grande do Sul. Indício de que havia alguém financiando a empreitada do senador? Talvez. Chama atenção também a moeda utilizada por Renan Calheiros. "O dinheiro às vezes chegava em dólares, às vezes em reais", confirma um dos envolvidos na negociação. Procurado, Everaldo Ferro não quis dar entrevista. Lotado no gabinete de Renan Calheiros há anos, o assessor é responsável pela agenda política do senador junto aos ministérios. Em outras palavras, ele acompanha a liberação de emendas, marca audiências, conversa com empreiteiros. Por causa dessa desenvoltura, o assessor está às voltas com a Polícia Federal. Everaldo Ferro foi flagrado conversando com o empreiteiro Zuleido Veras, da Gautama, o amigo de Renan Calheiros que foi preso sob a acusação de corrupção e fraude em licitações. A polícia suspeita que os dois falavam da liberação de dinheiro para uma obra-fantasma em Alagoas.

Com os 700.000 reais emprestados do usineiro, Renan Calheiros precisava conseguir os 650.000 reais restantes. Não se sabe de onde saiu o dinheiro, mas seu portador foi o empresário Tito Uchôa, primo do senador. Entre março e junho de 1999, Tito Uchôa levou os 650.000 reais ao dono do grupo O Jornal, Nazário Pimentel, em quatro parcelas, sendo a primeira de 350.000 reais e três outras de 100.000 reais cada uma, conforme cópias de recibos obtidos por VEJA (leia na pág. 64). Em um dos recibos, datado de março, está descrito que o pagamento é pela cessão de cotas da Empresa Editora O Jornal e da Rádio Manguaba do Pilar, atual Rádio Correio dos Calheiros. Será que os 650.000 reais pertenciam ao empresário e primo Tito Uchôa? Na ocasião, Tito Uchôa nem empresário era. Dava expediente na Delegacia Regional do Trabalho e tinha um salário de 1 390 reais. Fora as referências à origem geográfica do dinheiro – o Rio Grande do Sul –, Renan Calheiros nunca comentou nada sobre a fonte de tantos recursos. Dessa forma, com um contrato de gaveta, laranjas e pilhas de dólares e reais em envelopes pardos, o senador iniciou sua incursão no mundo empresarial das comunicações.

A sociedade secreta de Renan Calheiros e João Lyra era ambiciosa. Usando a influência política que tinha no governo federal, Renan planejou montar uma rede de emissoras espalhadas por Alagoas a partir das outorgas de concessões públicas que suas relações conseguiriam garimpar em Brasília. Para servir como uma espécie de holding do grupo e ao mesmo tempo manter o anonimato, eles criaram a JR Radiodifusão – "J" de João e "R" de Renan –, que seria a dona das novas concessões que viriam de Brasília. Apesar de a empresa ter as iniciais dos dois, os donos oficiais eram laranjas. Da parte do senador, o laranja era Carlos Ricardo

Santa Ritta, funcionário de seu gabinete em Brasília e ex-tesoureiro de sua campanha. Da parte de João Lyra, o representante era o corretor de imóveis José Carlos Paes, seu amigo de Maceió. A sociedade durou até março de 2005. Divergências na maneira de administrar o grupo levaram Renan Calheiros e João Lyra a se separar. O usineiro ficou com O Jornal e Renan Calheiros, com a Rádio Correio e a empresa JR Radiodifusão. As evidências sobre o patrimônio oculto do senador percorrem caminhos oficiais a partir da separação.

Documentos registrados na Junta Comercial de Alagoas revelam que, em março de 2005, quando se deu o fim da sociedade, o corretor José Carlos Paes, o representante de João Lyra, deixa a JR. Em seu lugar, Renan Calheiros coloca o primo e empresário Tito Uchôa, o mesmo que servira de pombo-correio do negócio original. Dois meses depois, nova alteração contratual. Carlos Santa Ritta, o laranja-funcionário do gabinete, transfere sua participação na JR para Renan Calheiros Filho, o Renanzinho, filho do senador. Como estava previsto desde o início, a interação dos negócios empresariais do senador Calheiros com a política deu resultados. Em junho do ano passado, o Ministério das Comunicações liberou à JR a concessão de uma rádio FM para operar na cidade de Joaquim Gomes, no interior de Alagoas. É a Rádio Porto Real. A outorga foi aprovada pelo Congresso, presidido por Renan Calheiros, no dia 13 de abril deste ano. Apesar de ter o filho do senador e o primo do senador como sócios na época da concessão, a JR continua até hoje registrada no Ministério das Comunicações em nome dos laranjas José Carlos Pacheco Paes e Carlos Ricardo Nascimento Santa Ritta. Ou seja, do ponto de vista formal, o Ministério das Comunicações e o Congresso concederam uma rádio FM a duas pessoas sem nenhuma relação familiar com o senador Renan. Na prática, a sociedade montada com dólares obtidos sabe-se lá como e oriundos de sabe-se lá onde e que hoje pertence oficialmente ao filho e ao primo do senador é bem tratada pelo Congresso presidido pelo senador. Antes disso, em dezembro do ano passado, o governo federal concedera à JR uma outorga para operar uma emissora FM na cidade de Água Branca, também em Alagoas. A autorização foi rejeitada pela Câmara dos Deputados por falhas na documentação e devolvida ao Executivo. Assim, ao menos por enquanto, Renan Calheiros é proprietário de apenas duas emissoras – a Rádio Correio e a Rádio Porto Real –, cujo valor de mercado beira os 2,5 milhões de reais.

VEJA localizou o antigo dono do grupo O Jornal, Nazário Ramos Pimentel. Ele disse que vendeu suas empresas apenas a João Lyra, mas admitiu que toda a negociação foi feita com o senador Renan Calheiros. "Renan me procurou falando do interesse do doutor João em comprar a rádio e o jornal. Aí, depois de uns três, quatro meses de conversa, fechamos a negociação", lembra Pimentel. Qual o valor do negócio? "Não lembro bem, mas somente as rotativas do jornal custavam algo em torno de 1 milhão de reais." Segundo o empresário, o senador atuou como uma espécie de intermediário. "Eu sabia que havia um interesse pessoal dele, principalmente na rádio, mas a compra foi fechada pelo doutor João." A participação de Renan Calheiros no negócio é tão evidente que a proposta comercial de venda da rádio e do jornal foi entregue "em mãos" ao senador, e não ao usineiro. O senador pode até alegar que fez apenas o papel de intermediário no negócio, mas isso não explica o milagre de ter feito com que as empresas acabassem nas mãos dele próprio – ou melhor, de seu filho e seu primo...

Procurado por VEJA, Renan Calheiros não quis se manifestar. O usineiro João Lyra, que hoje é adversário político do senador, também não quis falar. Mandou dizer por meio de sua assessoria que os negócios entre ele e Renan

Calheiros são privados e que, por isso, não tinha nada a comentar sobre a sociedade que manteve ao longo de sete anos. Na semana passada, outros negócios estranhos envolvendo o senador viraram alvo de investigação no Congresso. O PSOL protocolou um pedido de abertura de processo para apurar se ele fez lobby a favor da cervejaria Schincariol junto a órgãos do governo. A Schincariol comprou uma fábrica de refrigerantes da família Calheiros em Alagoas por 27 milhões de reais, valor muito superior ao de mercado, conforme revelou VEJA. Renan, antes do negócio, fez um périplo pela Receita e pelo INSS em busca de informações sobre multas e dívidas da empresa. Na mesma representação, o partido pede que o Conselho de Ética investigue se Renan Calheiros participou de grilagem de terras em Alagoas, denúncia que está sendo investigada pelo Ministério Público e provocou intervenção no Cartório de Registro de Imóveis de Murici, onde teria ocorrido a fraude. Por último, as investigações sobre a origem do dinheiro que o senador usou para pagar a pensão de sua filha sofreram um novo revés. O Frigorífico Mafrial, que Renan Calheiros alega estar na origem de sua fortuna agropecuária, foi assaltado na noite de quarta-feira. Documentos que seriam importantes para a perícia da Polícia Federal teriam sido levados por ladrões. Uma dessas coincidências muito comuns em Alagoas.

Revista Veja – Edição 2021 de 15 de agosto de 2007

"Renan foi um bom sócio"

Usineiro confirma sociedade secreta com o presidente do Congresso em rádio e jornal e diz que usou laranjas a pedido do senador

Fatos são coisas teimosas. Eles resistem a desaparecer em meio à névoa das versões fabricadas por assessores e especialistas em recuperar a imagem de políticos dilacerada pela revelação de suas condutas impróprias. Confrontado com a demonstração de que é o verdadeiro dono de uma empresa de comunicação em Alagoas, o senador Renan Calheiros se limitou a dar sua versão negando a propriedade. Formalmente, Renan está certo. Mas só formalmente. A empresa JR Radiodifusão foi comprada pelo senador, mas está registrada em nome de dois laranjas – um primo de Renan, Tito Uchôa, e o filho, Renan Calheiros Filho, o Renanzinho. Na semana passada, o usineiro João Lyra, que foi sócio de Renan durante cinco anos, falou pela primeira vez sobre o assunto, e a teimosia dos fatos mais uma vez prevaleceu. Em entrevista a VEJA, ele confirmou que Renan Calheiros era dono de metade de uma sociedade secreta montada entre os dois para comprar uma emissora de rádio e um jornal em Alagoas, que mais tarde deu origem à JR Radiodifusão. Renan investiu 1,3 milhão de reais no negócio, parte paga em reais, parte em dólares. Nada disso – a origem do dinheiro, a sociedade, a rádio, o jornal – foi declarado pelo senador à Receita Federal ou à Justiça Eleitoral. Em 2005, a sociedade foi desfeita.

Veja – Como era sua sociedade com o senador Renan Calheiros?

Lyra – Renan foi um bom sócio. Todos os compromissos que assumiu comigo ele honrou. Foi bom enquanto durou.

Veja – O senhor se refere a compromissos financeiros?

Lyra – Sim. Inclusive financeiros. Na compra das rádios e do jornal ele pagou tudo direitinho. Não tenho do que me queixar do senador.

Veja – O senhor nunca teve curiosidade de saber de onde vinha o dinheiro do Renan?

Pagamentos em dólar costumam chamar atenção...
Lyra – Sinceramente, no decorrer da minha vida, nunca me preocupei muito com as coisas dos outros. Cada um deve responder pelo que faz.

Veja – Além das empresas de comunicação, que outros tipos de negócio havia entre o senhor e o senador Renan?

Lyra – Eram negócios privados. Não gostaria de me estender sobre eles.

Veja – Por que Renan não quis aparecer como sócio na compra do jornal e da rádio?

Lyra – Ele me disse que não tinha como aparecer publicamente à frente do negócio, mas não explicou as razões. Por isso, pediu para colocarmos tudo em nome de laranjas. Eu topei.

João Lyra e Renan Calheiros tornaram-se desafetos políticos, mas foram muito íntimos no passado. Enquanto durou a sociedade secreta, de 1999 a 2005, a relação entre os dois era tão próxima que o usineiro chegou a colocar à disposição do senador um jatinho e um helicóptero da frota de uma de suas empresas, a LUG Táxi Aéreo. VEJA teve acesso a uma planilha de controle da empresa em que estão listadas todas as viagens que o senador Calheiros fez nesse período, assim como o roteiro, o nome dos passageiros, o custo do voo e o responsável pelo pagamento. No total, o senador usou 23 vezes as aeronaves de João Lyra. Os dados da contabilidade da LUG indicam que o gasto foi de pouco mais de 200.000 reais. O senador não desembolsou um único tostão. As despesas foram todas contabilizadas em nome das usinas Laginha e Taquara, ambas pertencentes a João Lyra. Os jatos e os helicópteros foram usados pelo senador para levar colegas, ministros e senadores a atividades políticas em Alagoas e também a eventos sociais. Em 25 de junho de 2005, três meses depois do fim da sociedade entre Renan e Lyra, o senador ainda usou o jato Hawker 800XP, prefixo PR-LUG, para viajar de Brasília a Belo Horizonte, onde participou da festa de casamento de uma das filhas de Lyra. A bordo, além de Renan, estavam sua mulher, Verônica Calheiros, e colegas do partido. O grupo retornou a Brasília no dia seguinte, no mesmo avião. A viagem custou 50.000 reais. Procurado por VEJA, Renan não se manifestou.

Desfeita a sociedade, em março de 2005, Renan Calheiros perdeu as caronas nos aviões, mas prosperou no ramo das comunicações. A JR Radiodifusão, que tinha Carlos Santa Ritta, um assessor de Renan no Senado, como sócio-laranja, passou a ser controlada pelo primo, Tito Uchôa, e por Renanzinho. A partir de então a empresa recebeu quatro outorgas do Ministério das Comunicações, comandado pelo PMDB de Renan Calheiros desde 2004. A última, que autoriza a JR a operar uma rádio FM na cidade de Água Branca pelos próximos dez anos, foi assinada na semana passada pelo próprio Renan Calheiros. No cadastro da Anatel, a agência reguladora das telecomunicações, a JR ainda pertence a Tito Uchôa e Carlos Santa Ritta, os laranjas iniciais do senador. Renanzinho não aparece como proprietário. Os laranjas do senador Renan, aliás, continuam escondidos. Procurados, não dão entrevista. Santa Ritta, que é funcionário do gabinete em Brasília, não tem sido mais visto ali. Ele costuma dar expediente na cidade de Jequiá da Praia, a 60 quilômetros de Maceió, onde sua mulher, Rosinha Jatobá, é prefeita pelo PMDB. Já o primo Tito Uchôa, que sete anos atrás era funcionário da Delegacia Regional do Trabalho e tinha um salário de 1.390 reais, hoje é "dono" de várias empresas – das famosas rádios a locadora de veículos, agência de turismo e um jornal. Ele responde a processo por improbidade administrativa, superfaturamento e fraude em licitações.

Na semana passada, o procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, pediu ao Supremo Tribunal Federal a abertura de um inquérito para investigar a relação de Renan Calheiros com um lobista da empreiteira Mendes Júnior que pagava suas despesas pessoais. Na terça-feira, o STF aceitou o pedido e determinou a quebra dos sigilos bancário e fiscal do senador. Na quarta-feira, uma

nova investigação foi aberta contra Renan no Conselho de Ética para saber se ele fez lobby no governo para beneficiar a cervejaria Schincariol, que comprou uma fábrica de refrigerantes de sua família por valor superior ao de mercado. Na quinta-feira, o corregedor do Senado, Romeu Tuma, decidiu investigar se Renan utilizou laranjas para obter concessões de rádio em Alagoas. Uma reportagem do jornal Folha de S.Paulo, publicada na sexta-feira, mostrou que o senador Calheiros comprou uma fazenda usando, de novo, o primo Tito Uchôa como testa-de-ferro.

Acuado, Renan Calheiros foi à tribuna pela primeira vez depois dos escândalos envolvendo seu nome, que começaram em maio. Não explicou nada a respeito das acusações a que responde e constrangeu os colegas que voltaram a pedir seu afastamento da presidência do Congresso. Por fim, atacou o Grupo Abril, que publica VEJA, questionando a legitimidade da associação da TVA com a Telefônica. Em nota oficial, a Abril informou que a transação foi aprovada pela Anatel em 18 de julho passado, depois de nove meses de análises. Abandonado por seu próprio partido (nos bastidores o PMDB já articula um nome para substituí-lo), largado pelo governo (o presidente Lula mandou um recado de que gostaria que a situação no Senado se resolvesse o mais rápido possível) e minado pela oposição (que vai obstruir as sessões enquanto ele permanecer na presidência), o senador vai afundando a cada dia no poço de areia movediça criado por sua própria conduta, marcada pelo apreço por favores de empreiteiras, negócios escusos e sociedades secretas.

Revista Veja – Edição 2022 de 22 de agosto de 2007

Só falta a degola

Resultado da perícia feita pela Polícia Federal demole a defesa de Renan e mostra que ele mentiu e deu papéis falsos aos senadores

A Polícia Federal encaminha ainda nesta semana ao Conselho de Ética os resultados da perícia feita nos documentos apresentados pelo senador Renan Calheiros. O material examinado demole o frágil mas alardeado alibi do senador, com o qual ele queria demonstrar ter os recursos financeiros necessários para pagar suas despesas pessoais sem ter de recorrer aos préstimos de um lobista de empreiteira. As conclusões da polícia são devastadoras para Renan. Os peritos concluíram que não há evidência de que os recursos para pagar a pensão alimentícia da filha do senador saíram das suas contas bancárias. Aos olhos da polícia, a documentação apresentada fica aquém de comprovar a origem da fortuna de Renan Calheiros e não confirma sua alegada arrecadação de 1,9 milhão de reais com a venda de bois. Entre os papéis de defesa do senador, segundo a polícia, há notas fiscais frias, recibos falsos e comprovantes de transações com empresas fantasmas. A perícia era a única peça de convencimento que faltava para o conselho concluir o relatório final e pedir a cassação de Renan Calheiros por quebra de decoro parlamentar. Não falta mais nada.

Na semana passada, dois dos relatores do caso Renan Calheiros no Conselho de Ética, Renato Casagrande (PSB-ES) e Marisa Serrano (PSDB-MS), estiveram na sede da Polícia Federal, em Brasília. Reuniram-se reservadamente com Clênio Guimarães Belluco, diretor do Instituto Nacional de Criminalística, e com peritos que analisaram os documentos de Renan. Ouviram dos peritos que não há conexão entre as datas dos pagamentos de pensão feitos à jornalista Mônica Veloso, mãe da filha de Renan, e os saques na conta do senador. Ouviram que os documentos apresentados por Renan para justificar sua fortuna agropecuária não são idôneos, por envolver empresas e funcionários fantasmas e notas fiscais frias.

Ouviram finalmente que há dúvidas até se o presidente do Congresso foi realmente dono do milionário rebanho bovino que diz ter vendido a frigoríficos que não existem. Depois da reunião na Polícia Federal, um dos relatores resumiu assim o pensamento dele e dos colegas do Conselho de Ética: "Apresentar documentos falsos aos pares do Senado é uma clara quebra de decoro parlamentar. Usar um lobista para pagar despesas pessoais é uma clara quebra de decoro parlamentar. A única possibilidade é pedir a cassação de Renan".

O laudo técnico confirma um relatório preliminar feito pela própria PF no fim de junho. Ele foi dividido em quatro partes. Na primeira, são apresentadas a estrutura do trabalho e as questões levantadas pela perícia. Na segunda, faz-se um histórico do primeiro laudo e detalha-se seu cruzamento com o segundo. Na terceira parte, listam-se os documentos analisados. Por fim, os peritos dão resposta técnica a cada uma das trinta perguntas feitas pelo Conselho de Ética sobre as negociações de gado do presidente do Senado. Dois terços das respostas são fatais para a defesa de Renan e envergonhariam qualquer cidadão honesto. Depois de tomarem conhecimento das informações periciais, os senadores encarregados de determinar o futuro do processo em curso contra Renan descrevem como iminente o desenlace do caso. Até o senador Almeida Lima, do PMDB, terceiro relator do caso, nomeado com o claro propósito de garantir a absolvição de Renan, já aceita a tese da punição do aliado. Almeida Lima gostaria de circunscrever a punição a uma advertência, mas deve ser levado a aceitar o pedido de suspensão de mandato. O próprio senador já dá como certa a aprovação do relatório com o pedido de sua cassação na votação do Conselho de Ética. Renan aposta tudo agora na votação em plenário, em que o voto secreto permitiria a seus simpatizantes salvar-lhe o pescoço sem se expor ao escárnio público.

O cerco aos negócios escusos do senador aumenta a cada dia. Além dos bois fantasmas, o Conselho de Ética vai instaurar um novo processo contra Renan com o objetivo de investigar o uso de "laranjas" para ocultar a compra de um jornal e duas emissoras de rádio em Alagoas. O usineiro João Lyra, ex-sócio de Renan em uma empresa de comunicação, na semana passada, prestou ao senador Romeu Tuma, corregedor do Senado, depoimento em que confirmou a compra de um jornal e duas rádios em sociedade com o senador. Valor do negócio: 2,6 milhões de reais. A parte de Renan, metade, foi paga em dinheiro vivo. Para manter o anonimato da transação, Renan utilizou dois laranjas – um primo e um assessor do Senado. João Lyra contou ainda que, quando a sociedade foi desfeita, em 2005, ele ficou com o jornal e Renan com a rádio. Como parte do acordo, Renan prometeu conseguir a renovação da concessão vencida de outra emissora de João Lyra. Em 24 de junho, o presidente do Senado mandou uma carta a João Lyra comunicando a renovação da concessão. Tudo conforme o combinado. Homem de palavra, esse Renan.

A defesa de Calheiros foi centrada na semana passada na desqualificação do acusador, João Lyra. Renan afirmou que o usineiro responde a diversos processos e que faz as denúncias motivado por ressentimentos políticos. Voltou também a negar que tivesse negócios e até mesmo relações pessoais com o usineiro. De fato, os dois romperam em 2005, mas as provas dos negócios e da amizade são mais que evidentes. O usineiro entregou a Romeu Tuma cópias de documentos e recibos da operação de compra das emissoras de rádio e do jornal assinados por Tito Uchôa, primo-laranja de Renan Calheiros. Lyra também confirmou que deixava um jato e um helicóptero à disposição do senador e nunca cobrou nada por isso. As provas de que a amizade entre os dois era intensa são muitas e indeléveis. Em 2006, ao assumir interinamente a Presidência da República durante quatro dias, Renan

convidou João Lyra para uma reunião no Palácio do Planalto. O fotógrafo oficial foi chamado para registrar o encontro. Dias depois, o usineiro recebeu a recordação do momento histórico.

Acuado pelo acúmulo de evidências irrefutáveis, Renan autorizou seus aliados a negociar alternativas à cassação. A exemplo dos negócios do senador, são todas saídas heterodoxas. Uma delas é tão estapafúrdia que poderia ser chamada de Operação Mafrial, em homenagem ao agora notório frigorífico alagoano, aquele das notas frias e dos bois de ouro. Envolveria um acordo entre governo e oposição, e, por seus termos, os parlamentares teriam de aprovar o relatório de Almeida Lima sugerindo apenas a suspensão do mandato de Renan por seis meses. Nesse período, assumiria o vice-presidente, o petista Tião Viana. Renan ficaria no limbo, mas preservaria seus direitos políticos. A segunda alternativa também envolveria uma aliança entre peemedebistas e a base governista. Eles fechariam questão sobre a absolvição do senador em plenário. Em troca, Renan se afastaria da presidência e apoiaria a eleição de um petista para o cargo. Consultados, os ministros Walfrido Mares Guia, das Relações Institucionais, e Tarso Genro, da Justiça, teriam dado sinal verde ao acordo. Essas saídas são mais um bofetão na sociedade. Será tão difícil de explicá-las quanto responder à pergunta: por que ainda acreditar em Renan?

Revista Veja – Edição 2023 de 29 de agosto de 2007

A farsa na reta final

O Conselho de Ética vai pedir a cassação de Renan Calheiros por ele ter usado lobista de empreiteira para pagar suas despesas pessoais

O Conselho de Ética deve concluir nesta semana o relatório que vai pedir a cassação do mandato do senador Renan Calheiros. O processo investiga se o senador quebrou o decoro parlamentar ao ter as despesas pessoais pagas por um lobista da empreiteira Mendes Júnior. Renan tentou durante três meses convencer seus pares de que ele é homem rico, que o lobista apenas lhe prestou um favor como amigo e que o dinheiro da pensão saiu de suas contas. A Polícia Federal implodiu essa versão. Ao examinarem os extratos bancários do senador, os peritos não encontraram nenhum registro de que os recursos usados pelo lobista pertenciam a Renan. A perícia na contabilidade do presidente do Congresso revelou ainda que quase nada do que o senador apresentou para justificar a origem de sua fortuna tem explicação documental. Renan ficou rico vendendo bois que não se sabe se existiram mesmo, e seu patrimônio declarado, estimado em 10 milhões de reais, é incompatível com sua renda. Se não bastasse, o laudo da polícia ainda listou uma nova e suspeitíssima operação com as digitais de Renan Calheiros.

Ao analisarem os extratos bancários de Renan, os peritos descobriram que havia uma diferença considerável entre as despesas e as receitas do senador. Ao contrário do que afirmava, Renan não tinha em conta dinheiro para pagar a pensão da filha que teve com a jornalista Mônica Veloso. Indagado a respeito, o senador informou à polícia que complementou o dinheiro que faltava com um empréstimo. Para provar o que dizia, Renan apresentou cópia de um contrato de mútuo e notas promissórias da transação. Como tudo o que o senador faz no mundo dos negócios é estranho, esse também não deixou a dever. Quem empresta dinheiro ao senador é uma locadora de veículos de Maceió, a Costa Dourada Veículos. A empresa pertence a Tito Uchôa, primo de Renan e seu testa-de-ferro em uma rede de empresas de comunicação em Alagoas. O empréstimo, no valor de 178 000 reais, é um negócio de pai para filho – ou de laranja para senador. Os documentos não têm

registro em cartório, os contratos não têm sequer as assinaturas das partes, a dívida jamais foi paga e o dinheiro foi entregue em espécie e em parcelas mensais da empresa. Algo muito parecido com a conhecida Operação Uruguai, uma farsa montada para tentar explicar a origem do dinheiro que sustentava as despesas pessoais do ex-presidente Fernando Collor, aliado de Renan.

Tito Uchôa, como se sabe, era um sujeito modesto, que virou um bem-sucedido empresário depois de fazer negócios em nome do senador Renan Calheiros. O contrato entre Renan e Tito, porém, pode esconder outro negócio escuso do senador. A locadora Costa Dourada presta serviços a oito órgãos públicos de Alagoas – duas empresas estaduais, quatro secretarias, o Tribunal de Contas de Alagoas e uma prefeitura municipal. Talvez por coincidência, o senador Renan Calheiros é padrinho político dos dirigentes de alguns desses órgãos. Na época do empréstimo, a prefeitura de Barra de São Miguel, a paradisíaca praia situada a 35 quilômetros de Maceió onde o senador tem uma belíssima casa à beira-mar, era comandada por Reginaldo Andrade, amigo e integrante do PMDB de Renan. A Companhia Energética de Alagoas (Ceal), uma das principais clientes da locadora, tinha o diretor financeiro e o diretor de operações nomeados por Renan. A seqüência mais interessante de coincidências, porém, se deu na Secretaria de Assistência Social, outra cliente da locadora. Na época da assinatura dos contratos, ela era comandada por Carlos Ricardo Santa Ritta, assessor de Renan.

Para quem não se lembra, Santa Ritta foi o laranja do senador Renan Calheiros na rádio e no jornal comprados em uma sociedade secreta com o usineiro João Lyra. Pois o laranja Santa Ritta, como secretário de estado indicado por Renan, contratou a empresa do laranja Tito Uchôa, responsável pelos pagamentos que viabilizaram a sociedade do senador com o usineiro alagoano. A empresa de Tito Uchôa, sabe-se agora, repassava dinheiro em espécie, como se fosse um empréstimo, ao senador Renan Calheiros. Resumindo: o dinheiro saía dos cofres públicos por ordem de um laranja-secretário, ia para a conta de um laranja-empresário e, depois, pingava no bolso do presidente do Senado. Os empréstimos, segundo o senador, em depoimento ao Conselho de Ética, foram mantidos em segredo para preservar sua intimidade. Com essa triangulação, Renan tenta provar que não precisava de um lobista para pagar suas despesas. Como se vê, a situação do senador chegou a um ponto tal de desmoralização que ele nem se constrange mais em justificar uma história escabrosa confessando outra.

O ataque da corrupção

Renan usa assecclas para urdir CPI contra a Abril numa vingança pelo fato de VEJA ter revelado suas falcatruas

O senador Renan Calheiros é um político desesperado que faz coisas desesperadas. Acuado pelas revelações de VEJA sobre suas condutas impróprias, que devem tirá-lo da presidência do Senado, partiu para a vendeta ao melhor estilo mafioso. Renan e seus sequazes patrocina a abertura de uma CPI na Câmara dos Deputados para "investigar" a associação entre a TVA, empresa de televisão por assinatura do Grupo Abril, que edita VEJA, e o Grupo Telefônica, de origem espanhola. A alegação é absurda. O negócio, aprovado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) depois de minuciosa análise, não fere a lei e é igual a outros fechados recentemente no país (*veja o quadro*). Para tentar forçar a abertura da CPI, Renan arregimentou uma tropa de choque especializada em surrar a ética. Abrilhantam-na Jader Barbalho e Orestes Quércia, que dispensam apresentações, os mensaleiros José Genoíno, João Paulo Cunha, Paulo Rocha e Valdemar Costa

Neto e os sanguessugas Wellington Fagundes e Wellington Roberto. Todos eles denunciados por VEJA em algum momento de suas tristes biografias.

Ao todo, Renan e sua turma recolheram 181 assinaturas. Entre os deputados que firmaram o requerimento, além dos mal-intencionados, há ingênuos e enganados. Cinquenta e nove parlamentares do PT apuseram seu jamegão. Boa parte desses petistas obedeceu às ordens de José Dirceu. Além da vingança contra VEJA, que noticiou os seus malfeitos como chefe da quadrilha do mensalão, o ex-ministro Dirceu tem interesses bem mais sólidos para embaraçar a associação entre a Abril e a Telefônica. Seu patrocinador atual é o bilionário mexicano Carlos Slim, o homem mais rico do mundo, que trava uma guerra comercial com o grupo espanhol.

A tentativa de criação da CPI da TVA, além de espúria na origem, tem a clara intenção de intimidar não apenas a Abril mas toda a imprensa independente do país. Ela tem as cores da vendeta, as formas da chantagem e, se seguir adiante, será um desperdício de tempo e dinheiro públicos, ademais de aprofundar o fosso que separa a sociedade brasileira de seus políticos no distante planeta Brasília. O plano de Renan e asseclas começou a ser articulado há um mês no gabinete do senador. A intenção explícita – dita entre meias-palavras – era retaliar VEJA, pelo fato de a revista ter publicado as reportagens que resultaram nas investigações contra o senador. Participaram da primeira reunião, além de Calheiros, o senador Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo no Senado, o senador Valdir Raupp (RO), líder do PMDB, e o deputado Jader Barbalho, do PMDB do Pará. Inicialmente, Renan pensava em defender a abertura da CPI no Senado. Foi desaconselhado por Jader. Ele considerou que não haveria apoio suficiente, pois a iniciativa configuraria claramente a tentativa de vingança de Renan. Tentou-se uma chicana e Jader encarregou-se de fazer o serviço sujo na Câmara.

Jader desviou as atenções – sim, dessa vez foram só as atenções – ao entregar um requerimento para que o líder do PT, Luiz Sérgio (RJ), coletasse assinaturas. Enquanto os opositores da CPI pressionavam Luiz Sérgio a desistir, Jader encarregou o deputado Wladimir Costa (PMDB-PA), que lhe presta fidelidade canina, a dar início à circulação de outro requerimento, então completamente clandestino. Antes de entrar na política, Costa ganhava a vida como apresentador de programas populares de rádio e cantor de carimbó, ritmo popular paraense.

O governo, desde o começo, se opôs à CPI. José Múcio Monteiro (PTB-PE), líder do governo, alertava para o fato de que a investigação poderia se voltar contra a Anatel, prejudicando o ambiente de negócios do país. Sensibilizado pelo argumento, o líder do PMDB, Henrique Alves (RN), mandou uma carta a todos os parlamentares da sigla aconselhando-os a não assinar o requerimento nas mãos de Luiz Sérgio. Deputados do PT, como Walter Pinheiro (BA), passaram a trabalhar para retirar assinaturas que já haviam sido dadas.

Enquanto isso, Wladimir Costa perpetrava o seu trabalho silencioso com o segundo requerimento. Ao verem que o plano estava funcionando, Renan e Jader procuraram o apoio de deputados que também tinham interesse na vingança, por terem sido retratados em reportagens de VEJA cujo conteúdo lhes desagradou. A maioria deles responde a processos. Alguns são réus no inquérito do mensalão, que está sendo julgado pelo STF. No PT, Jader conversou com João Paulo Cunha, Paulo Rocha e José Genoíno, presidente do PT na eclosão do escândalo do mensalão. Na última semana, o trio petista se empenhou mais em angariar assinaturas do que em ajudar a construir suas defesas no Supremo.

A essa altura, o requerimento de Wladimir Costa já era de conhecimento de muitos parlamentares. Mas faltava cooptar uma parte do PMDB. Acompanhado de

Olavo Calheiros, irmão de Renan, Jader recorreu a Anthony Garotinho, Orestes Quércia e Roberto Requião – outra trinca que não consegue conviver com uma imprensa independente. Eles obtiveram 29 assinaturas de peemedebistas. O PCdoB, partido pelo qual Renildo Calheiros, o irmão mais novo de Renan, é deputado, compareceu com os seus treze deputados. Para superar o número de 171 assinaturas, mínimo necessário para que o pedido de uma CPI seja apresentado na Câmara, o vale-tudo ganhou impulso. A palavra de ordem passou a ser "enganar".

O deputado Eliseu Padilha foi um dos ludibriados. Ele conta que estava no plenário, na quarta-feira passada, quando foi abordado pelo deputado Aníbal Gomes, do PMDB do Ceará e cupincha de Renan. Padilha coletava assinaturas para a criação de uma Frente Parlamentar dos Terrenos da Marinha. "Se você assinar o meu, eu assino o seu", propôs Gomes, com um papel na mão. "O que é o seu?", questionou Padilha. "Um pedido de explicações para o Hélio Costa", mentiu Gomes, referindo-se ao ministro das Comunicações. Quando leu na sexta-feira que a CPI da TVA poderia ser instalada, Padilha consultou a secretaria-geral da Câmara e descobriu que seu nome estava entre os apoiadores. Imediatamente, pediu a retirada. "Não sabia o que era. Se soubesse, não teria assinado", diz. O partido Democratas vai questionar formalmente a mesa da Câmara dos Deputados. O presidente do partido, deputado Rodrigo Maia (RJ), e o líder da bancada, Onyx Lorenzoni (RS), consideram o pedido de CPI uma "tentativa inaceitável de atingir a liberdade de imprensa em vigor no país". Segundo eles, a iniciativa tem um só objetivo: "Usar o poder institucional do Legislativo contra o direito de acesso à informação do povo brasileiro". Maia lembra: "Não há fato determinado. O que há é um desserviço ao Brasil e à democracia".

A utilização de uma CPI como instrumento de vingança pessoal é um desvirtuamento institucional e um insulto à democracia. Personalidades da República ouvidas por VEJA mostram-se perplexas e indignadas com a malandragem de Renan e seus seguidores (*veja galeria nestas páginas e nas anteriores*). O presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, tem poderes para deter essa marcha da insensatez, e se o fizer estará prestando um serviço à imagem da instituição que preside. O Grupo Abril reafirma sua crença no depurativo da imprensa e conclui que a CPI é "uma tentativa espúria de alguns poucos, dentro e fora do Parlamento, de manipular a Câmara dos Deputados de modo a atingir a Abril pelos fatos que VEJA tem revelado sobre o senador Renan Calheiros".

CPI É AMEAÇA À LIBERDADE DE IMPRENSA, AFIRMAM POLÍTICOS

Para governadores, prefeitos, senadores, deputados e representantes de entidades da sociedade civil, Renan Calheiros foi longe demais em sua tentativa de retaliação

"Achei essa iniciativa um absurdo. Trata-se de uma evidente ameaça à liberdade de imprensa. Além disso, banaliza o sentido e o propósito de uma CPI." José Serra, governador de São Paulo

"Uma CPI não deve servir para apurar questões que dizem respeito a operações comerciais, há outros foros para isso. Também não pode se transformar em objeto de disputa política, porque corre o risco de se desmoralizar." Aécio Neves, governador de Minas Gerais

"Uma CPI só se justifica quando o interesse público é lesado, o que não é o caso. Do jeito que está posta, é uma inibição à liberdade de imprensa. Não foi caminhando nessa direção que o Brasil avançou tanto. Essa CPI tem ares venezuelanos." Sérgio Cabral, governador do Rio de Janeiro

"É lamentável o desvirtuamento do conceito das CPIs. Elas não podem servir de instrumento para atender a objetivos que não aqueles definidos no foco de suas atribuições. Tenho receio de que essa proposta atenda a outros interesses." Gilberto Kassab, prefeito de São Paulo

"A reação do senador Renan Calheiros mostra que ele faz parte daquele grupo de políticos que quer que a imprensa lhe seja serviçal. Se fosse apenas um parlamentar, isso poderia ser considerado um deslize. Mas ele é presidente do Congresso. Isso é extremamente grave para a democracia." Cesar Maia, prefeito do Rio de Janeiro

"Essa iniciativa de Renan Calheiros acabará se voltando contra o próprio senador. Ela reforça a idéia de que Renan está usando a força de seu cargo, e da instituição que preside, para retaliar a imprensa, o que é inadmissível. Um ato dessa natureza cria um precedente muito perigoso." Tasso Jereissati, senador (PSDB-CE)

"Eu, que sempre fui defensor da liberdade de imprensa – no meu governo nunca processei nenhum jornalista –, jamais posso aprovar qualquer retaliação direta ou indireta contra um órgão da mídia nacional, especialmente tão expressivo como a Editora Abril." José Sarney, senador (PMDB-AP)

"Essa CPI soa como uma vingança pessoal em razão das denúncias contra Renan Calheiros. Se cada denúncia de um órgão da imprensa contra um parlamentar resultar em uma CPI contra o denunciante, será uma tentativa de intimidação muito preocupante." Jefferson Péres, senador (PDT-AM)

"É a retaliação de um político atolado em irregularidades. Como não tem como se defender, ataca quem o denuncia. Como não tem mais poder no Senado, utiliza a Câmara como cabo de chicote. Com essa CPI, a Câmara se desmoralizará, como o Senado já se desmoralizou." Demostenes Torres, senador (DEM-GO)

"É preciso concluir esses processos em torno do senador Renan Calheiros para depois, se for o caso, começar outro. O que não pode acontecer é isso virar uma vendeta. Imagine se cada vez que um político for alvo da imprensa ele quiser abrir uma CPI." Pedro Simon, senador (PMDB-RS)

"Essa tentativa de intimidação é mais uma forma de inibir as críticas aos políticos no Brasil. Essas intimidações normalmente acontecem via Judiciário, com processos que são apenas para ameaçar a imprensa, e agora surge essa outra modalidade, que é tentar inibir usando uma CPI. Acho que elas tendem ao fracasso." Fernando Gabeira, deputado (PV-RJ)

"Não há razão para essa CPI. Primeiro, porque não cabe aos parlamentares interferir num negócio perfeitamente legal entre empresas privadas. Depois, porque o Parlamento não pode servir de instrumento de vendetas. Muito menos do senador Renan Calheiros." Onyx Lorenzoni, deputado (DEM-RS)

"Tudo indica que o presidente do Senado aventou essa possibilidade de irregularidade na transação da Abril em represália às matérias de VEJA. Pela leitura do noticiário, não enxerguei nenhum ilícito praticado pela empresa." Claudio Weber Abramo, diretor executivo da Transparência Brasil

"A ABI acompanha com preocupação qualquer medida que represente restrição à liberdade de informação, como no caso desse requerimento de CPI que Renan conseguiu na Câmara como represália ao noticiário que a revista VEJA vem publicando contra ele." Maurício Azêdo, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI)

"A CPI não é caminho adequado. Se Renan Calheiros tem notícia de alguma irregularidade dessa natureza, ele deve recorrer ao Ministério Público. No

Congresso, banalizaram a CPI, que acaba desmoralizada pelos excessos." Dalmo Dallari, jurista

NADA A ESCONDER

A tentativa de Renan Calheiros de atingir o Grupo Abril assenta-se sobre uma falsidade com a qual ele procura transformar em escândalo uma operação comercial absolutamente legal, analisada e aprovada pelo governo depois de nove meses de estudos. De acordo com o pedido de instalação da CPI, a operação entre a TVA – empresa do Grupo Abril – e a espanhola Telefônica "fere o interesse nacional, restringe a concorrência e agride o mercado nacional". São afirmações mentirosas. A transação entre a TVA e a Telefônica respeita o interesse nacional, aumenta a concorrência e fortalece o mercado. A lei exige que, para se associarem a uma companhia estrangeira, as empresas de TV a cabo conservem, no mínimo, 51% do seu capital votante sob controle nacional. No caso de São Paulo, onde a Telefônica é concessionária, esse percentual sobe para 80,1%.

Foi exatamente o que fez o Grupo Abril ao vender parte da TVA à Telefônica. E, ao fazê-lo, não inaugurou nenhum procedimento. A recente convergência das tecnologias de voz, dados e imagem estimulou parcerias entre empresas de diversos países e, no Brasil, foi o pano de fundo não só do acordo entre o Grupo Abril e a Telefônica, mas de outros envolvendo empresas estrangeiras que o precederam. Em 2005, a Portugal Telecom adquiriu participação no Grupo Folha, dono do jornal *Folha de S.Paulo* e do provedor de acesso à internet UOL.

Em 2004, a Globopar – controladora da Net – associou-se à mexicana Telmex (proprietária da Embratel e da Claro), passando a ela parte do controle da Net. A associação da TVA com a Telefônica é análoga àquela entre NET e Telmex. Ambas foram autorizadas pela Anatel. Todos os trâmites da operação não só foram respeitados como têm sido acompanhados pelos órgãos competentes – em contraste com os negócios subterrâneos de Renan Calheiros.

Revista Veja – Edição 2024 de 5 de setembro de 2007

O velho Renan de sempre

Advogado diz que Renan Calheiros é sócio de lobista que armou golpe contra fundo de pensão e distribuiu dinheiro ao deputado

As relações entre o senador Renan Calheiros e lobistas com interesses no governo começaram a ser expostas quando VEJA revelou que um deles, Cláudio Gontijo, da empreiteira Mendes Júnior, pagava despesas pessoais do senador. Na semana passada, VEJA teve acesso a um depoimento prestado à polícia pelo advogado Bruno Brito Lins. Através dele pode-se concluir que as ligações de Renan Calheiros com lobistas não se restringem a Gontijo e, mais uma vez, vão além da amizade desinteressada. Renan é sócio e parceiro de lobistas em negócios que envolvem pagamento e recebimento de propina. Bruno Lins foi casado com Flávia Garcia Coelho, funcionária do gabinete de Renan Calheiros e filha do lobista Luiz Garcia Coelho. As ligações entre eles são tão íntimas que Renan Calheiros foi padrinho do casal, a convite do lobista. Foi nesse ambiente que, durante anos, Bruno Lins testemunhou de perto a articulação de negócios escusos do grupo e, segundo conta, chegou a transportar pessoalmente malas de dinheiro que eram entregues a políticos e funcionários do governo. Nos principais trechos do depoimento, que está sendo investigado pela Polícia Federal, o advogado descreve a sociedade que existe entre o ex-sogro e Renan e fornece detalhes das operações clandestinas:

- O senador Renan Calheiros negociou com um grupo de aliados do PMDB uma maneira de beneficiar o banco BMG no serviço de concessão de crédito consignado para os aposentados da Previdência. Em troca, o banco pagou propina aos envolvidos.
- A propina, sempre em dinheiro vivo, era recolhida com diretores do BMG em Belo Horizonte e na agência do banco em Brasília. Em algumas ocasiões, Bruno transportou e entregou pessoalmente o dinheiro aos envolvidos.
- Entre os envolvidos na operação para beneficiar o banco estão o senador Romero Jucá e o deputado Carlos Bezerra, ambos do PMDB e aliados de Renan Calheiros. Ao deputado Bezerra, Bruno diz ter entregue 150.000 reais de propina.
- Renan Calheiros é sócio oculto do lobista Luiz Garcia Coelho. Juntos, além do caso BMG, os dois armaram um golpe milionário contra o fundo de pensão dos Correios, o Postalís. O lucro da operação seria repartido entre ambos.

O depoimento do advogado Bruno Lins foi tomado em 14 de setembro do ano passado, oito meses antes do escândalo que revelou as ligações de Renan Calheiros com o lobista da Mendes Júnior. Bruno procurou a polícia de Brasília para relatar ameaças de morte que vinha sofrendo e apontou o ex-sogro como responsável. Recém-separado, o advogado divergia da ex-mulher sobre a divisão dos bens e a guarda dos filhos. Como conhecia de perto as atividades do lobista Luiz Coelho, Bruno narrou parte do que sabia, segundo afirma, para se proteger. O depoimento do advogado foi registrado em três páginas. Nele, Bruno diz que o seu ex-sogro é "homem de confiança do senador Renan Calheiros" e descreve duas operações em que os dois agiram juntos. A primeira é uma tentativa de golpe contra o Postalís, o fundo de previdência dos Correios. Segundo o advogado, montou-se uma sociedade entre o lobista, o senador e os empresários Romero e Carlos Nikini para a construção de um resort em Trancoso, na Bahia. Para bancar o empreendimento, avaliado em 250 milhões de reais, o grupo entraria com metade do investimento e o Postalís com a outra metade. Mas era só no papel. Na verdade, o empreendimento seria superfaturado para 500 milhões de reais de modo que o fundo de pensão, ao pagar a metade, acabasse arcando com todo o custo da obra. Dessa forma, os empresários, Renan Calheiros e o lobista não desembolsariam um único tostão e acabariam donos de metade do resort. Os lucros, segundo o advogado, seriam repartidos entre o senador Renan Calheiros e o lobista Coelho.

O empresário, o lobista e o Postalís confirmaram a VEJA que, de fato, houve tratativas para viabilizar uma parceria na construção do resort na Bahia. Carlos Nikini disse que, há cerca de dois anos, fez um projeto para a construção de um resort. Ele confirma que encarregou seu amigo Luiz Coelho de "prospectar" o mercado atrás de investidores. O lobista, assim como Bruno descreveu no depoimento, procurou o dono do banco BVA, José Augusto dos Santos, conhecido no mercado pelas relações com o PMDB. O banqueiro, por sua vez, sondou Adilson Florêncio da Costa, diretor financeiro da Postalís, indicado pelo PMDB. A um amigo, Bruno Lins confidenciou ter presenciado reuniões na casa de Luiz Coelho, em Brasília, para discutir o negócio. Foi numa dessas reuniões que ele ouviu detalhes sobre o golpe do superfaturamento e a participação de cada um dos envolvidos, entre os quais o senador Renan Calheiros. O empresário, o lobista, a Postalís e o BVA negam qualquer irregularidade e informam que o negócio não foi para a frente em virtude do alto custo.

Se a operação Postalís não passou de um plano de assalto fracassado, o caso envolvendo o banco BMG tem ingredientes mais explosivos. Há dois anos, o banco é investigado pela Polícia Federal, pelo Ministério Público e pelo Tribunal de

Contas por envolvimento em operações suspeitas. Uma delas, ocorrida em 2004, deu ao BMG ganhos de 200 milhões de reais. Até hoje não se sabe exatamente como, mas o BMG, com a ajuda do Ministério da Previdência, conseguiu acesso privilegiado ao cadastro de aposentados do INSS. Isso permitiu ao banco construir uma carteira de empréstimos consignados de fazer inveja às grandes instituições financeiras do país. O advogado Bruno Lins conta que o sucesso do banco foi consequência de um bem articulado plano envolvendo diretores de instituições oficiais, como a Dataprev e o INSS, e políticos, como o senador Renan Calheiros e Romero Jucá. Bruno disse à polícia que os privilégios dados ao BMG eram recompensados com propinas, gerenciadas pelo lobista Luiz Coelho. No início de 2005, o advogado revelou que o lobista lhe pediu que fosse de carro a Belo Horizonte apanhar 300.000 reais com Márcio Alaor, vice-presidente do BMG. O dinheiro foi entregue pelo motorista de Alaor em notas de 50 e 100 e levado a Brasília, onde foi repartido. Bruno conta que entregou 150 000 reais ao hoje deputado Carlos Bezerra no hotel Metropolitan. Bezerra era, então, o presidente do INSS. José Roberto Leão, diretor da Dataprev, instituição responsável pelo processamento dos dados do INSS, recebeu 50 000 reais. O restante, 100 000, foi entregue ao lobista Luiz Coelho, o amigo e sócio de Renan Calheiros. Bruno Lins conta que pegou dinheiro no BMG em outras quatro ocasiões. Foram 3 milhões na agência do BMG em Brasília e 500 000 em Belo Horizonte. O dinheiro foi todo entregue ao lobista, que, segundo Bruno, o guardou em um cofre escondido dentro do armário do quarto de sua casa.

O BMG informou que o banco conhece o lobista Luiz Coelho, com quem seus diretores tiveram contatos efêmeros, e que não faz transações em espécie. O deputado Carlos Bezerra, que até hoje mora no hotel Metropolitan, disse que não conhece e nunca viu Bruno Lins e vai processá-lo. O lobista Luiz Coelho diz que as acusações são falsas e resume tudo a uma tentativa de extorsão por parte do ex-genro, que teria pedido 150 000 reais para não tornar públicas as denúncias contra ele. A filha Flávia Coelho, que é chefe do cerimonial de Renan Calheiros, acha que o ex-marido está tentando se vingar porque teve um pedido de pensão alimentícia recusado.

Renan e o lobista se conhecem desde o começo dos anos 90, quando o senador era líder do governo Collor na Câmara e Coelho, um dos operadores do esquema PC Farias. Coelho foi, então, denunciado pelo Ministério Público Federal por participação nos desvios de recursos da extinta LBA, que fornecia leite em pó a crianças carentes. O fim do esquema PC não abalou a relação entre os dois, que continuaram prosperando. Renan na política. Garcia nos negócios. "Coelho é há muito tempo o principal operador do Renan", disse Bruno Lins a amigos.

A proximidade entre Renan Calheiros e Luiz Coelho é notória em Brasília. A amizade entre ambos rendeu a Coelho uma cota de nomeações familiares no governo. Além da filha, ele tem um sobrinho e um irmão no governo, todos apadrinhados por Calheiros. Há, entre os Coelho, os que tentam ficar mais afastados do governo. É o caso de Armando Coelho, outro irmão do lobista. Em maio de 2004, ele foi preso na Operação Vampiro, que desvendou uma quadrilha que fraudava licitações no Ministério da Saúde e pagava propina a funcionários públicos. Armando era um dos chefes do esquema e foi denunciado pelo Ministério Público Federal. Na semana passada, os relatores do processo que investiga as ligações de Renan Calheiros com outro lobista, o da Mendes Júnior, decidiram pedir a cassação do senador por quebra de decoro parlamentar. Concluíram que Renan realmente usou os serviços do lobista, escondeu documentos, omitiu informações e

mentiu ao Senado. O relatório, porém, não foi votado. O senador não quis se manifestar sobre as acusações feitas pelo advogado Bruno Lins. O depoimento do advogado Lins não pode, porém, ser tachado de mais uma peça da conspiração que Renan acredita existir para destituí-lo. O depoimento foi tomado oito meses antes de o escândalo Renangate estourar e o advogado tinha apenas o lobista Luiz Coelho como alvo. Acertou Renan Calheiros pelo fato de o lobista e o senador serem figuras indissociáveis.

Reação à farsa

Enganados pelos asseclas de Renan sobre a CPI contra a Abril, deputados protestam

Como tem sido rotina nos últimos meses na vida do senador Renan Calheiros, a operação para montagem de uma CPI feita sob medida para retaliar o Grupo Abril, que edita VEJA, foi uma manobra estabanada. Na semana passada, ficaram evidentes os métodos utilizados na engenharia do pedido de CPI. Boa parte dos deputados que assinaram o documento foi informada de que se tratava apenas de uma comissão para investigar as concessões de emissoras de rádio e TV pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Simples – e mal-intencionado – assim. Não se fazia menção à associação entre a TVA, empresa de televisão por assinatura do Grupo Abril, e o Grupo Telefônica, aprovada pela Anatel depois de nove meses de análise. Sem alicerces sólidos – engenharia não é o forte de Renan, e sim de seus amigos –, o projeto de vingança política do senador começou a ruir. Vários deputados se voltaram contra o esquema assim que perceberam a farsa. "Não posso concordar com uma proposta de CPI que venha a ser desvirtuada para servir de instrumento de pressão política contra a liberdade de imprensa", afirmou em carta o deputado Marcelo Itagiba (PMDB-RJ), o primeiro a se manifestar publicamente sobre a manobra dos asseclas de Renan.

A ilegitimidade da proposta de CPI construída por Renan já era evidente por se tratar de uma intenção solerte de vingança. Ela ficou ainda mais nítida diante da precariedade das razões alegadas. O negócio entre a TVA e a Telefônica obedece rigorosamente à legislação e é igual a outros já aprovados recentemente. Agora, a casa caiu diante da farsa da proposta do requerimento. Na semana passada, o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) começou a articular uma retirada das assinaturas do documento. "Da forma desleal como essa CPI foi montada, ela não tem como ir adiante", diz Gabeira. "Depois que assinei é que vi que se tratava de uma CPI para prejudicar um órgão de imprensa", afirmou o deputado Ratinho Junior (PSC-PR). Jornais e entidades de classe também repudiaram a manobra (veja quadro abaixo). Renan, que não consegue se explicar no Senado e partiu para o ataque à imprensa, tenta, com sua manobra na Câmara, demolir um dos princípios da democracia.

Revista Veja - Edição 2025 de 12 de setembro de 2007

A CPI da Vendeta

Líderes de partidos lutam para derrubar o artilheiro montado por Renan Calheiros

O senador Renan Calheiros não encontrou mais seu eixo desde que VEJA começou a revelar seus trambiques. Com a ajuda de aliados da estatura de Jader Barbalho, Renan vem tentando agora abrir uma CPI para "investigar" a associação da TVA, do Grupo Abril, que publica VEJA, com a Telefônica. A operação foi esmiuçada e aprovada pela Anatel, a agência que regula as telecomunicações no Brasil. Renan, porém, não conhece o princípio da realidade, só o da vingança. Sua

patota ludibriou pelo menos 21 deputados para conseguir o número de assinaturas necessário para entrar com o pedido da CPI da Vendeta na mesa diretora da Câmara.

Uma questão de ordem apresentada à Câmara pelo líder do PDT, Miro Teixeira, lança um raio de luz sobre o absurdo da iniciativa de Renan. O deputado Miro Teixeira defende o arquivamento do pedido de CPI porque ele não tem fato determinado, condição exigida pela Constituição. "Querem investigar por investigar, sem que nenhum indício de problema tenha sido apurado. Desse jeito, qualquer negócio empresarial, só pelo fato de existir, poderia ser objeto de uma CPI. Isso vai além da Abril. Cria insegurança jurídica no ambiente empresarial", diz Miro. A questão de ordem será respondida na próxima terça-feira pelo presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), que terá a oportunidade de engavetar a CPI da Vendeta.

"Não há ilicitude configurada. Não se pode fazer uma CPI nessas condições", diz o líder peemedebista Henrique Eduardo Alves. O líder do governo, José Múcio Monteiro, também trabalha para dar um fim ao arдил de Renan Calheiros. Julga-o, inclusive, inoportuno. Os 21 deputados que já se declararam enganados procuraram retirar o nome do pedido, sem obter sucesso – o regimento da Câmara determina que, depois de assinar, não se pode voltar atrás individualmente, mas apenas secundado pela maioria da bancada. É uma leitura estranhamente literal do regimento. Isso porque, quando parlamentares são induzidos a erro, ocorre uma grave deformação conhecida em direito como vício de consentimento. "Trata-se de um ato que, em última análise, pode ser anulado na Justiça", segundo o mestre em direito civil pela Universidade de São Paulo Gustavo Rene Nicolau. Ou seja, uma CPI com tal defeito de origem é tão frágil quanto um prédio que se ergue sobre alicerces podres. De acordo com o ex-ministro da Justiça Célio Borja, é necessário que os parlamentares induzidos a erro insistam para retirar sua assinatura antes da eventual instalação da CPI. Se ela for instalada mesmo assim, eles poderão apelar aos tribunais. Essa atitude não configuraria um ato de interferência do Judiciário no Legislativo, mas uma forma

"Renan era chamado de chefe"

Em entrevista a VEJA, advogado revela detalhes da estranha associação entre o senador e um lobista

O advogado Bruno Brito Lins freqüentou durante anos a intimidade do lobista Luiz Garcia Coelho. Na semana passada, VEJA revelou o teor de um depoimento prestado por Bruno à polícia no qual relata negociações conduzidas pelo lobista em parceria com o presidente do Senado, Renan Calheiros. Desde então, por medo de represálias, Bruno dorme cada dia em um endereço e desligou o celular. Na noite de terça-feira, o advogado prestou um depoimento sigiloso à Polícia Federal. Bruno contou em detalhes como sacou milhões de reais no BMG a mando do lobista Luiz Coelho e como distribuiu parte do dinheiro a um deputado federal. Na quarta-feira, Bruno Lins recebeu VEJA para sua primeira entrevista sobre o caso. Durante duas horas e meia, ele detalhou como funcionavam os negócios clandestinos do lobista Coelho, seu ex-sogro, a parceria que ele mantém com Renan Calheiros, a quem chama de "chefe", e a intimidade que existe entre os dois. Contou também minúcias da participação do lobista em um dos mais nebulosos negócios do atual governo, o crédito consignado para aposentados, e entregou documentos para provar o que dizia. Bruno revelou ainda que Flávia Coelho, sua ex-mulher, usa o gabinete e o prestígio de Renan Calheiros para intermediar encontros do lobista com funcionários

do governo. Por fim, narrou como foi convidado a participar de um golpe contra o fundo de pensão Postalís.

O CHEFE

Bruno conviveu com o lobista Luiz Garcia Coelho desde que começou a namorar sua filha, dez anos atrás. A convivência, em alguns momentos muito intensa, consolidou nele a certeza de que o ex-sogro e Renan Calheiros são muito mais que simples amigos. São parceiros, sócios e cúmplices em operações e negócios que envolvem interesses dentro do governo. "O Luiz sempre dizia que operava para o Renan", conta Bruno. É sabido em Brasília que o presidente do Senado e Luiz Coelho são amigos há pelo menos quinze anos. A intimidade é tamanha que Coelho convidou Renan, em maio de 2000, para ser padrinho do casamento de sua filha, funcionária de confiança do senador. Há semanas em que os dois chegam a se encontrar diariamente, sempre à noite, no fim do expediente, na residência oficial da presidência do Senado. Diz Bruno: "O Luiz sempre freqüentou a casa do presidente do senado. Eu escutava ele dizendo: 'Estou indo para a casa do chefe. Não tenho hora para voltar'. Isso costumava ser no fim da noite. Às vezes, voltava só de madrugada".

Quando você soube pela primeira vez da relação de Renan Calheiros com o seu sogro, Luiz Coelho? *No meu casamento. Fiquei sabendo um mês antes que ele seria padrinho, convidado pelo Luiz.*

Por que você diz que ele é homem de confiança de Renan Calheiros? *Pelos comentários que ele vivia fazendo, de que o "chefe" estava dando trabalho, estava dando dor de cabeça, que o fazia trabalhar demais. Eu via o que estava acontecendo. Os comentários sobre Renan eram recorrentes.*

Ele trabalhava em tempo integral para Renan? *Ele sempre dizia que ia sair para resolver alguma coisa para o Renan, ou para ir à casa do senador.*

Como seu sogro se referia a Renan? *Na frente dos outros, ele quase nunca falava o nome do senador. Em casa, Renan era chamado de chefe.*

Bruno faz, inclusive, uma nova revelação sobre as conexões entre o presidente do Senado e o lobista Coelho. Segundo ele, sua ex-mulher vale-se do cargo de assessora de Renan para marcar audiências para "clientes" do pai com ministros e autoridades do governo. Para isso, ela usa o e-mail do gabinete e desfruta o prestígio do cargo de chefe de cerimonial da Presidência. Explica Bruno: "O Luiz usa esse artifício para marcar audiências no governo. Funciona perfeitamente. Oficialmente, é um pedido do senador, mas quem vai é o Luiz. Imagine se alguém vai recusar um pedido de audiência feito em nome do presidente do Congresso". O advogado não sabe se o senador tem conhecimento de todas as audiências solicitadas em seu nome pela assessora, mas não tem dúvida de que a ex-mulher tem carta-branca para atuar. "Até onde eu sei, não é nada escondido."

A NEGOCIATA

No começo de 2005, Bruno testemunhou involuntariamente um dos negócios mais nebulosos do governo Lula. Ele acompanhou de perto as articulações do BMG com seu sogro para viabilizar interesses do banco no Ministério da Previdência – até agora, não se sabe exatamente como o BMG, um peixe pequeno do mercado financeiro, despontou com tanta pujança na liderança do bilionário mercado dos empréstimos consignados do INSS. O testemunho do advogado a VEJA, rico em detalhes e episódios, começa a esclarecer a história. Em fevereiro de 2005, Bruno conta que estava jantando na casa do lobista e presenciou uma reunião de três dirigentes do BMG com o ex-sogro. Eles conversavam na sala de estar. Bruno, na sala ao lado, escutava tudo. "Os quatro falavam sobre a necessidade de tirar Amir

Lando do Ministério da Previdência", conta o advogado. Além de ter testemunhado essa reunião, Bruno diz que também ouviu telefonemas de Coelho nos quais o sogro conspirava para apelar Lando do Ministério da Previdência.

Quando começaram as negociações entre Luiz Coelho e o BMG? *Antes da posse do senador Renan Calheiros como presidente do Senado, nunca tinham falado de crédito consignado, de nada. Logo depois que Renan tomou posse, as conversas sobre o BMG ficaram freqüentes, só se falava nisso. Aliás, a cúpula do banco chegou a prestigiar a posse do senador. Eu estava lá.*

O que se falava? *Eu presenciei conversas e ouvi telefonemas nos quais o pessoal do BMG e o Luiz começaram a confabular para tirar o Amir Lando da Previdência e colocar outra pessoa.*

Quem? *Eles falavam que tinham de nomear o senador Romero Jucá.*

No começo de março de 2005, um mês depois da posse de Renan e poucos dias antes que Jucá efetivamente assumisse o Ministério da Previdência, como era desejo do grupo, Bruno conta que acompanhou Coelho até o hangar da empresa Líder, no aeroporto de Brasília. "Vamos buscar uns amigos meus", explicou o lobista, segundo o relato de Bruno. Os dois seguiram no carro de Bruno. No aeroporto, um Omega aguardava os três dirigentes do BMG, que chegaram em um jatinho. Um deles era o presidente do banco, Ricardo Guimarães. Os dirigentes do BMG e Luiz Coelho foram até o gabinete do senador Romero Jucá. "Eles ficaram por volta de uma hora e meia dentro do gabinete", lembra o advogado. De lá, o carro que transportava a cúpula do BMG retornou ao aeroporto. O que um lobista e três banqueiros foram fazer no gabinete de um senador? "O Luiz não comentou sobre o que se falou lá dentro", diz Bruno. Nos dias que se seguiram, as negociações entre Coelho e o BMG se intensificaram. O advogado conta que o banco queria mudanças na instrução normativa que regulava a concessão do crédito consignado, permitindo o desconto em folha de compras feitas com cartões de crédito. Durante as conversas sobre as alterações, diretores do banco combinaram de enviar a Luiz Coelho uma cópia da instrução vigente, para que ele se inteirasse do assunto. Em nota, o BMG sustenta que nunca tratou do tema crédito consignado com Luiz Coelho. Uma intrigante mensagem eletrônica foi enviada a Bruno Lins às 12h42 do dia 16 de março, por Marcus Vinicius Vieira, um dos diretores jurídicos do banco. VEJA teve acesso à mensagem. O e-mail desmente a versão oficial do banco sobre a conversa a respeito do crédito consignado. Dois dias depois da mensagem, em 18 de março, o então presidente do INSS, Carlos Bezerra, assinou uma instrução normativa contendo as alterações que beneficiavam o BMG.

A PROPINA

O período em que Bezerra baixou a instrução e Romero Jucá tomou posse na Previdência – tudo que o BMG e Luiz Coelho queriam e planejavam – coincide com uma temporada de saques em dinheiro vivo no banco e com a distribuição de propina aos personagens envolvidos no caso. Bruno conta que, entre o fim de março e o início de abril de 2005, fez três saques no BMG, todos por ordem de Luiz Coelho. O primeiro no valor de 300.000 reais, o segundo de 1 milhão e o terceiro de 1,5 milhão. Seguindo orientações do lobista, Bruno conta que foi de carro a Belo Horizonte pegar uma "encomenda". No meio do caminho, Coelho telefonou e lhe deu instruções: "Você vai ligar para a Cremilda e pegar 150.000 reais". Bruno ligou para a mulher, identificada como secretária do BMG, e combinou o local da entrega: um posto, nas imediações de Belo Horizonte. "Parei no posto e fiquei esperando", conta Bruno. Logo depois, um motorista, chamado Adalmar, estacionou um BMW escuro e desceu com uma sacola de papelão. "Aqui tem 300.000", disse o motorista. Bruno,

surpreso com a quantia, ligou para Coelho para se certificar de que não havia nenhum engano. No trajeto de volta, recebeu um telefonema da secretária de Coelho, que lhe pediu para fazer um depósito na conta de uma das empresas do sogro. Ele não se recorda precisamente do valor total, mas garante que não foi mais que 30 000 reais. Em Brasília, o dinheiro foi entregue ao sogro, que o guardou num cofre no quarto de sua casa, para, logo depois, começar a distribuí-lo.

O dinheiro do BMG teve que fim? *Dois ou três dias depois, o Luiz me chamou na casa dele e me pediu para levar 150 000 reais para o Carlos Bezerra, no hotel Metropolitan.*

A que horas ocorreu esse encontro? *À tarde. Eu fui sozinho até o hotel. O próprio Carlos Bezerra me atendeu. Estava de calça jeans, sapatos e camisa social. Entreguei a sacola na porta do quarto, ele agradeceu e eu fui embora.*

Você fez mais alguma entrega de dinheiro nesse dia? *No mesmo dia, por volta das 9 da noite, Luiz me entregou 50.000 numa sacolinha, dessas de presente. Disse: "Dá uma passadinha na casa do Leão (José Roberto Leão, diretor da Dataprev) e deixa esse negócio para ele". Fui à casa do Leão e entreguei a sacola.*

Três semanas depois, já em abril, Coelho pediu pela segunda vez ao genro que buscasse dinheiro no BMG. Dessa vez, numa agência em Brasília, localizada num shopping. Coelho orientou Bruno a procurar o gerente da agência. "Eram maços de notas de 100, com cintas do Banco Central", relembra Bruno. O gerente informou que o pacote continha 1 milhão de reais. Cerca de um mês depois, Bruno recebeu a terceira missão do sogro e foi novamente à agência do BMG em Brasília buscar outro "envelope". Como da vez anterior, Bruno recebeu o pacote das mãos do mesmo funcionário, só que com 1,5 milhão de reais. A mansão onde eram feitas as negociatas e guardada a propina tem 1 000 metros quadrados e fica num bairro de luxo da capital. O cofre-forte é cinza, mede cerca de 1 metro quadrado e fica escondido na suíte de Coelho, no 2º andar.

O GOLPE

Na Páscoa de 2006, Bruno fez uma viagem de carro com o sogro a Arraial d'Ajuda, na Bahia. O casamento dele com a assessora de Renan já estava degradingando, mas Coelho fez uma proposta ao genro. O lobista confidenciou que estava prestes a entrar num grande negócio e queria que ele coordenasse o início das operações. O plano de Coelho era construir um resort de luxo em Trancoso, na Bahia, com dinheiro do fundo de pensão dos Correios, o Postalís. O resort custaria 250 milhões de reais, mas a idéia era estimar o investimento em 500 milhões de reais, para que o fundo, ao arcar com aparentemente metade do empreendimento, pagasse tudo. O banco BVA ficaria responsável por avaliar o negócio. Bruno presenciou uma reunião na casa do sogro em que o assunto foi discutido e na qual estavam presentes o presidente do BVA, José Augusto dos Santos, e o então presidente do Postalís. Segundo Bruno, o lobista disse que Renan seria um dos sócios, por causa da influência que o PMDB tinha junto aos fundos de pensão.

O negócio não foi para a frente? *Eles ainda estavam negociando a compra do terreno. O Luiz me contou os planos, me convidou para participar, mas eu não aceitei.*

O Renan participaria do negócio? *Meu ex-sogro disse que ele poderia ser um dos sócios.*

Bruno Lins conta ainda que esteve com o senador Renan Calheiros no dia 28 de junho passado, no escritório do advogado Eduardo Ferrão. Explica que resolveu procurar o advogado quando começaram a surgir rumores de que suas revelações estariam sendo usadas por um conhecido estelionatário da cidade para extorquir o

senador. Estelionatário por coincidência muito conhecido da família Garcia Coelho. Ele diz que foi ao escritório para esclarecer que, pessoalmente, nada tinha contra o senador Calheiros. Explicou ter narrado à polícia as atividades de seu ex-sogro para se defender das ameaças que vinha sofrendo desde que decidiu se separar. Renan ouviu tudo atentamente – e nada falou. Nesta semana, o presidente do Congresso será julgado em plenário pelo envolvimento com Cláudio Gontijo, da empreiteira Mendes Júnior, lobista que pagava suas despesas pessoais.

Revista Veja - Edição 2026 de 19 de setembro de 2007

Os números da vergonha

Protegidos por uma sessão secreta, com o apoio do governo e o aval do PT, senadores condenam a ética e absolvem Calheiros

Com acordos às escondidas, ameaças, chantagens e protegido pelo anonimato, um grupo de 46 senadores desferiu na semana passada um golpe letal contra a credibilidade do Senado Federal e dos políticos em geral. Ao absolverem o senador Renan Calheiros da acusação de quebra do decoro parlamentar, os 46 senadores (os quarenta que votaram contra a cassação e os seis que se abstiveram) autorizaram um novo padrão de conduta para os nobres do Parlamento brasileiro – o pode-tudo. De agora em diante, estabeleceu-se o consenso entre a maioria de que não existe nada de mais no fato de um parlamentar, como Renan Calheiros, usar um lobista de empreiteira para pagar suas despesas pessoais. Não é da conta de ninguém tentar saber de que forma um senador, como Renan Calheiros, conseguiu fazer fortuna na política. Está liberado de possíveis constrangimentos qualquer um que, como Renan Calheiros, queira fazer negócios usando malas de dinheiro de origem desconhecida. Ficam autorizados a apresentação de notas frias, o uso de bois-fantasma, a invenção de empréstimos para, assim como Renan Calheiros, tentar justificar contas que não fecham. Na sessão secreta que absolveu Renan Calheiros, além de massacrarem a ética, os 46 senadores também viraram as costas para a sociedade, envergonharam o Parlamento e reduziram o Senado ao mesmo patamar moral do presidente Renan Calheiros.

"A era dos grandes tribunos, referências éticas do Parlamento, que dividiam o Senado com a massa ignara, acabou há tempos", diz Octaciano Nogueira, professor de ciência política da Universidade de Brasília. "Hoje, resta-nos somente a massa ignara." De fato, nos últimos meses, principalmente depois da crise gerada pelas acusações contra o presidente Renan Calheiros, personagens bizarros, como os senadores Wellington Salgado, Almeida Lima e Sibá Machado, assumiram posições de destaque no palco dos debates. São figuras sem propostas, sem idéias e até sem votos. O peemedebista Wellington Salgado e o petista Sibá Machado são suplentes que assumiram o mandato na ausência dos titulares. Como eles, há outros onze reservas que não devem explicações a ninguém e acabam muitas vezes se prestando ao papel de vassalos de interesses diversos. Esses personagens descompromissados ajudaram Renan Calheiros a escapar da cassação, alguns apenas em troca de pequenos favores. Mas eles não estavam sós. Na surdina, o governo e o PT se associaram a Renan para costurar um acordo que garantiu a salvação do mandato do senador – desta vez à custa de grandes e dispendiosos favores, com ingredientes de chantagem e ameaça e com a participação de personagens conhecidos pela atuação heterodoxa no submundo da política.

O plano de salvação de Renan Calheiros começou há duas semanas no gabinete do presidente Lula, no Palácio do Planalto, onde esteve, em audiência, a senadora Roseana Sarney, do mesmo PMDB de Renan Calheiros. Líder do governo

no Congresso, Roseana foi ao presidente tratar das articulações para a aprovação da CPMF. Depois de discorrer sobre as dificuldades que o governo teria para prorrogar o imposto do cheque, a conversa derivou para a situação de Renan Calheiros. A senadora disse que estava muito preocupada com os últimos acontecimentos e, principalmente, com as adesões de parlamentares petistas à tese da cassação. Como se tivesse portando um recado, Roseana advertiu: "A pior coisa que pode acontecer ao governo é ter o Renan como inimigo". Depois vaticinou: "Se Renan deixar a presidência, a prorrogação da CPMF ficaria muito difícil, pois ele colocaria o PMDB para rejeitar a emenda". O presidente entendeu a mensagem e disse apenas que seria mais fácil angariar votos contra a cassação se Renan renunciasse ao cargo. Roseana relatou a conversa ao pai, o senador José Sarney, que levou a proposta a Renan Calheiros. O senador disse que não renunciaria porque não confiava no PT. Suas contas ainda lhe garantiam a vitória no plenário por uma margem apertada.

Dois dias antes da votação, na segunda-feira, o senador José Sarney telefonou para Renan Calheiros e disse que o risco de derrota aumentara consideravelmente. A mesma preocupação era compartilhada pelo ministro das Relações Institucionais, Walfrido Mares Guia, destacado pelo presidente para acompanhar o caso. A contabilidade oficial de Sarney e Mares Guia apontava para uma divisão absoluta: 40 votos a favor e 40 votos contra a cassação. Sarney e Mares Guia não tinham certeza sobre o voto do senador Marcelo Crivella, considerado um aliado, e informaram a Renan que era muito arriscado chegar à sessão com a segurança de um palpite. No mesmo dia, Sarney, Roseana e Mares Guia viajaram para São Luís, onde participaram de um jantar promovido por uma empresa mineradora. Lá, encontraram o empresário Gilberto Miranda – um ex-suplente profissional, rico e conhecido em Brasília pelo excepcional talento em convencer certos tipos de pessoas com certos tipos de fraqueza a mudar radicalmente de idéia. A partir daí, as articulações para salvar Renan passaram a acontecer em ritmo frenético. Gilberto Miranda disparou telefonemas para dezenas de senadores em Brasília. Falou com vários deles, na maioria integrantes da base aliada. Um dos poucos a admitir a conversa é o peemedebista Gerson Camata. Miranda perguntou a Camata qual seria a condição para ele reconsiderar o voto a favor da cassação. Camata rechaçou o cerco e disse que nada o faria mudar de opinião.

De volta a Brasília, José Sarney e Walfrido decidiram pela tacada final. Ainda do avião, um Legacy da FAB, Walfrido conversou com o senador Aloizio Mercadante e Sarney passou o recado às lideranças no Congresso. Alertaram sobre o placar apertado e combinaram de procurar Renan com a seguinte proposta: caso ele sinalizasse que se afastaria temporariamente do cargo após a votação, o governo e o PT trabalhariam no plenário para absolvê-lo. Já era madrugada de quarta, dia da votação, quando o grupo desembarcou na base aérea. Sarney levou a proposta de afastamento ao presidente do Congresso, que, de início, hesitou, mas acabou aceitando depois de receber a garantia de que não haveria traição entre os petistas. Ficou combinado que os senadores petistas iriam se abster, uma forma de identificar o voto. Nas contas dos aliados, era preciso convencer ao menos dez senadores a fechar com a absolvição. No plenário, coube ao senador Mercadante difundir a versão de que a cassação de Calheiros se resumia a uma disputa política que só interessava à oposição. Os petistas, porém, não precisam mais de justificativa alguma. "Com discursos assim vocês da oposição nunca vão ganhar da gente", ironizava o senador petista João Pedro, criticando abertamente os que defendiam a

cassação. Uma semana antes, o próprio João Pedro havia votado contra Renan Calheiros no Conselho de Ética.

Com os petistas no bolso, bastaram algumas operações laterais para sacramentar a vitória de Calheiros. Sabe-se que Renan e seus aliados conseguiram buscar votos na oposição, à custa de chantagem, cobrança ou promessas de favores. Senadores que se diziam indecisos em público fizeram pacto de sangue com Renan no privado. O tucano Papaléo Paes, por exemplo, chegou a dar entrevistas a favor da cassação. No plenário, ajudou Roseana Sarney a contabilizar votos a favor de Renan. Houve traições mais sórdidas. Um senador da oposição, que zelou como se fosse um xerife pela aprovação do processo de cassação, procurou o presidente do Congresso e lhe confidenciou que sua posição não passava de um teatro para seus eleitores. Ele estava agradecido pelo belo emprego no governo que Renan arrumou para um de seus filhos. Enquanto isso, em outro flanco, Gilberto Miranda, o empresário rico e recém-casado, pegou um jato para Brasília e continuou as conversas com os senadores. No plenário, o peemedebista Wellington Salgado avisava: "Tá rolando grana, tá rolando muito argumento". Um senador que ouviu o comentário ainda perguntou do que se tratava. Salgado repetiu: "Tá rolando argumento", explicou, esfregando o polegar no dedo indicador, sinal clássico que significa dinheiro. Absolvido, Renan, conforme o combinado, pegou a família e foi descansar em Maceió. Ele ainda terá de responder a outros três processos. O governo, satisfeito, comemorou discretamente. Os petistas, covardes, foram vistos se jactando no fundo do plenário logo depois da sessão. José Sarney embarcou para Natal, onde foi lançar um livro. Gilberto Miranda, com a missão cumprida, retomou sua lua-de-mel. E o Senado... E a opinião pública... E o Conselho de Ética. Que se danem. O que interessa são os "argumentos..."

O triste papel do PT

De campeões da ética, os petistas se imolam na defesa de Renan, um fóssil da era Collor

Ao cair da tarde de quarta-feira, sob uma chuva fina, parentes, amigos e eleitores do senador Renan Calheiros saíram às ruas de Murici, no interior de Alagoas, para celebrar a vitória do conterrâneo ilustre. Houve carreatas e buzinação, explosão de rojões e queima de fogos. Em Brasília, na mesma hora, num canto do plenário do Senado Federal, um grupo de petistas, em perfeita sintonia com o entusiasmo muriciense, confraternizava com a salvação de Renan. "Somos a bancada da abstenção", festejava a senadora Fátima Cleide, do PT de Rondônia, numa animada conversa com os colegas Sibá Machado, João Pedro, Serys Slhessarenko e a indefectível líder da bancada, Ideli Salvatti, a senadora que adora conjugar o verbo "vivenciar" mas que, durante os 110 dias do primeiro processo contra Renan, se recusou tenazmente à vivência da moralidade. Quem diria que um dia o Partido dos Trabalhadores, essa legenda que empunhou com tanto garbo a bandeira da lisura com a coisa pública, daria seu último adeus à ética justamente para salvar da guilhotina o pescoço do ex-collorido Renan Calheiros?

A absolvição temporária do senador dos lobistas não é responsabilidade única dos petistas. "Nada de jogar no colinho do PT", diz Salvatti, que foi incansável na luta para proteger o senador das notas frias. "Isso é má aritmética", completa Aloizio Mercadante, que confessou candidamente que, entre absolver e condenar o senador dos bois de ouro, optou pela abstenção. Ah, bom... Isso fez toda a diferença. É preciso coragem para se abster em um momento daqueles.

Mas os dois têm razão: a má aritmética não cabe no colinho do PT, que afinal tem apenas doze senadores, número insuficiente para decidir qualquer coisa. O que ambos escondem é que política não é aritmética. A oposição, basicamente representada por PSDB e ex-PFL, não conseguiu votar unida e acabou dando votos pela absolvição. Calcula-se entre sete e dez votos. A questão é que o PT, se não tem expressão relevante no terreno da aritmética, teve atuação decisiva no campo da política. Na oposição, ninguém cabalou votos, ninguém fez alianças, ameaças ou chantagens, ninguém fez campanha para livrar a cabeça do senador das fraudes. O PT fez. E como fez. E fez porque achou que deveria fazê-lo.

A insistência petista para eximir-se do desastre no Senado deve-se à vergonha. Os senadores têm vergonha de assumir o que fizeram perante uma opinião pública avassaladoramente pró-cassação. Têm vergonha inclusive perante uma parcela de petistas que ainda se mantém fiel a antigos princípios éticos do partido. "O PT precisa ter mais firmeza a favor da ética. Essa bandeira histórica tem de ganhar contundência", reclama o senador Flávio Arns, petista do Paraná, que garante ter votado pela cassação. "O PT precisa ficar sintonizado com o que o povo pensa, com o clamor das ruas", completa Arns, um senador que, já se nota pelo discurso, não pertence a núcleos influentes do partido. Se até petistas criticam o PT, por que o partido fez o que fez? "Porque o partido está se misturando cada vez mais com o governo, uma mistura que aliás está na origem do mensalão", diz o senador Delcídio Amaral, do PT de Mato Grosso do Sul, outro que garante ter votado pela cassação. "Precisamos acatar o resultado das instituições", disse o presidente Lula, no dia seguinte, em viagem à Dinamarca. Em vez de agradecer o serviço prestado pelo PT ao seu governo, Lula escolheu tomar distância diplomática em público. Há outra razão, além da simbiose entre partido e governo, para explicar o vexame do PT: sua renúncia completa e definitiva à ética na política. O maior rombo no casco ético do PT aconteceu quando veio a público o escândalo do mensalão. Nesse caso, o PT esperneou, negaceou e tergiversou porque espantar o mensalão era uma forma de salvar o próprio partido. Agora, com a militância a favor do senador condenado pelo Conselho de Ética, ficou claro que o PT não atropela a ética apenas quando se trata de salvar a si próprio. Nada é mais sintomático do desmanche de um partido que fez questão de apresentar-se como portador de uma "nova ética na política". O melancólico é que o PT sempre propagandeou ter a missão de mudar a cultura política nacional, impregnada de compadrio, coronelismo, corrupção. O máximo que pode ter acontecido é que, em vez disso, a cultura política nacional é que mudou o PT. Ou será que a defesa da "ética na política" nunca esteve na alma do partido, servindo apenas como instrumento eleitoral? A leitura dos principais documentos aprovados pelo PT de 1980 até hoje – mais de quarenta no total – sugere que o partido trabalha com o tema da ética à luz das necessidades eleitorais. O assunto era quase ignorado na década de 80, ganhou impulso tremendo nos anos 90, sobretudo logo depois do governo Collor, e voltou a perder ibope nos últimos anos.

Na quarta-feira passada, às 17h28, o site oficial do PT colocou no ar uma nota informando sobre a absolvição do senador do patrimônio inexplicado. Dizia assim:

"Por 40 votos a 35, o plenário do Senado absolveu na tarde desta quarta-feira (12) o presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), da acusação de quebra de decoro parlamentar. A sessão foi secreta e houve seis abstenções. O processo pedia a cassação do mandato de Renan por ele supostamente ter usado dinheiro de uma empreiteira para pagar despesas pessoais".

E nada mais. No dia seguinte, quando as manchetes de onze dos principais jornais do país – de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Pernambuco e Ceará – denunciavam a vergonha da salvação do mandato do senador das mentiras, o quadro de notícias do site do PT não trouxe palavra sobre o assunto. Faz sentido. Murici está em festa.

Revista Veja - Edição 2027 de 26 de setembro de 2007

Renan ameaça os petistas

O senador diz que não deixa a presidência, desafia quem pede sua saída e constrange parlamentares com suas chantagens

O senador Renan Calheiros escapou do primeiro processo de cassação com a ajuda dos parlamentares do PT e o aval do governo. Em troca, assumiu o compromisso de se afastar da presidência do Congresso até a conclusão dos outros três processos que tramitam contra ele no Conselho de Ética. Na semana passada, depois de um breve descanso em Maceió, Renan voltou à presidência. Ele negou que tivesse feito algum acordo. Mas fez e, pior, não cumpriu.

Os petistas, com razão, espernearam. O sempre discreto senador Tião Viana, vice-presidente do Congresso, reagiu: "A curto prazo, o cenário é de crise intensa; a disposição de Renan de se manter no comando da Casa causará problemas ao governo". Depois foi a vez de Aloizio Mercadante, o mais ativo defensor da absolvição de Renan e fiador do acordo: "O melhor para o senador Renan é que ele se licencie da presidência do Senado. Eu já disse isso reservadamente a ele, mas hoje me associo a todos os que pensam dessa forma". O presidente Lula, de quem Renan esperava uma manifestação de apoio mais contundente, continuou dizendo que o caso é um problema interno do Senado.

Para não cumprir o acordo, Renan Calheiros apontou para o peito dos aliados do PT sua arma predileta: a chantagem. Renan é dono de um arquivo de informações que, usadas irresponsavelmente contra seus colegas de Parlamento, podem ser devastadoras. Ele começou a fazer vaziar para a imprensa segredos que podem arranhar a imagem dos petistas. A primeira vítima foi exatamente o senador Tião Viana, tão zeloso na tarefa anterior de absolver Renan. Assessores de Renan cuidaram de divulgar que Viana mantinha uma funcionária-fantasma em seu gabinete.

A corda entre os petistas e Renan Calheiros começou a esticar já na segunda-feira passada. Renan foi procurado em seu gabinete pelo próprio Tião Viana, portador de uma mensagem partidária: os petistas exigiam seu afastamento imediato, conforme o combinado. Renan disse que não arredaria o pé da presidência e fez ameaças veladas. Tentou mostrar que uma cisão com os petistas não interessaria a ninguém – muito menos a ele, Tião Viana. No dia seguinte, o jornal Correio Braziliense publicou que o petista mantinha uma funcionária-fantasma em seu gabinete. Silvania Gomes Timóteo, segundo o departamento pessoal do Senado, recebia mais de 6.000 reais de salário, mas nunca apareceu para trabalhar. Ela batia ponto na sede nacional do PT, em Brasília, onde assessora o tesoureiro do partido. Constrangido, Tião foi obrigado a dar explicações sobre o caso. Entre os petistas não há dúvidas de que a denúncia saiu do gabinete de Renan. "Não vou entrar no mérito agora nem acusar sem provas. Mas vou descobrir o autor dessa injustiça", afirma Viana. Não era propriamente uma injustiça, tanto que Tião Viana demitiu a funcionária-fantasma.

Renan Calheiros montou seu dossiê com informações comprometedoras contra os colegas usando a estrutura funcional do Senado – atitude indecorosa que,

sozinha, já seria causa para abertura de um processo administrativo contra Calheiros. Logo após a revelação de que ele tinha as despesas pessoais pagas por um lobista de empreiteira, o senador começou a preparar sua artilharia de defesa. Convocou a seu gabinete o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, a secretária da Mesa, Cláudia Lyra, e o primeiro-secretário, senador Efraim Moraes. Distribuiu tarefas a cada um deles. Agaciel foi encarregado de listar todas as contratações feitas pelos senadores. Efraim recebeu a missão de escarafunchar a prestação de contas da verba indenizatória que os parlamentares recebem a cada mês e elaborar uma relação de todas as viagens oficiais feitas por cada um dos senadores. Cláudia Lyra fez um mapeamento de projetos de interesse dos senadores junto ao governo. Renan ainda pediu a assessores do gabinete que reunissem detalhes dos processos criminais que tramitam na Justiça contra cada um dos senadores. Em um computador, Renan acrescentou aos arquivos dados de sua própria memória das relações com o governo, em que não faltam histórias de favores, nem sempre lícitos, prestados a alguns colegas. A munição reunida, segundo assessores do presidente, poderia levar um terço dos senadores ao Conselho de Ética. Seria um trunfo para Renan provar que não é pior do que ninguém no Senado.

A oposição acredita que pelo menos dez senadores do PSDB e do DEM tenham votado pela absolvição de Renan Calheiros motivados pelo que consta sobre eles nas fichas do presidente do Congresso. Agora, o arsenal está apontado para a testa dos petistas que ameaçam se rebelar. Além de Tião Viana, outros três senadores do PT estão na mira de Renan. O ex-líder do governo, Aloizio Mercadante, surpreendeu todos ao pedir votos contra a cassação do presidente do Congresso. Mercadante tinha lá seus compromissos com o governo, mas Renan deu uma ajudazinha. Fez chegar a Mercadante a notícia de que ele guarda reminiscências de uma certa reunião ocorrida no fim do ano passado, logo depois da eleição presidencial, da qual participaram, além do próprio Renan, líderes do PSDB e do Democratas. Mercadante teve assessores envolvidos no escândalo do chamado "dossiê dos aloprados", e a oposição queria pedir a abertura de um processo contra ele no Conselho de Ética. Com sua habilidade negocial, Renan conseguiu convencer os líderes a desistir da idéia. "Ele pode estar usando isso contra mim, mas nunca lhe pedi que me defendesse. Não fui denunciado, não existe nenhuma prova do meu envolvimento", diz Mercadante.

Na ficha que Renan guarda sobre a senadora petista Serys Shhessarenko está registrada outra história de gratidão. Serys foi apontada como um dos parlamentares envolvidos na máfia dos sanguessugas. Seu genro, funcionário do gabinete em Brasília, recebeu dinheiro da empresa beneficiada com verbas do Orçamento liberadas a partir de emendas apresentadas pela senadora petista. Renan articulou com sucesso para livrar a senadora de um processo de cassação e nunca revelou os detalhes do que sabe sobre o envolvimento dos petistas com os sanguessugas. "Renan nunca me ajudou e eu nunca precisei de ajuda, porque sou inocente", diz Serys. A líder do partido, Ideli Salvatti, uma canina defensora de Calheiros, é o alvo mais precioso das ameaças do senador. Renan já mandou dizer à senadora que instalará a CPI das ONGs assim que Ideli ou o PT derem sinal de que mudaram de lado. Ideli tem ligações umbilicais com petistas de ONGs envolvidas em desvios e financiamentos irregulares de campanhas em Santa Catarina, seu berço político. Na semana passada, em reunião da bancada do PT, oito dos doze senadores do partido defenderam que se fizesse uma manifestação formal pelo afastamento de Renan. Mas Ideli, ainda exercendo o papel de diligente defensora de Calheiros, convenceu os colegas a desistir da proposta em nome da

"paz no Senado". Um confronto verdadeiro do PT com Renan Calheiros seria letal para o senador. Mas os senadores do PT estão dispostos a pagar o ônus para suas imagens que a artilharia de Renan pode provocar? Tomara que sim. O Brasil agradeceria.

Revista Veja - Edição 2028 de 3 de outubro de 2007

Garras de fora

Renan Calheiros ameaça rebelião contra o governo se os petistas deixarem de apoiá-lo

O senador Renan Calheiros mostrou na semana passada que sua debilidade política não o impede de constranger o governo dentro de seus domínios, o baixo clero do Senado. Desde que foi absolvido da acusação de quebra do decoro parlamentar por usar os serviços de um lobista para pagar suas despesas pessoais, Renan enfrenta pressões dos mesmos petistas que lhe salvaram a pele para deixar a presidência. A disputa promete fortes emoções – se se repetir o que aconteceu na última quarta-feira. Para estancar o desgaste produzido com o movimento da oposição que paralisou todas as votações como forma de protesto contra sua permanência no comando, Renan Calheiros aceitou uma trégua. Em troca da desobstrução dos trabalhos, seus aliados concordaram em acabar com as sessões secretas no plenário. O principal prejudicado com a decisão, como se sabe, é o próprio Renan, que ainda enfrenta três processos por quebra do decoro no Conselho de Ética. Ao perceber que a pressão dos aliados petistas surtira efeito, a tropa de Renan imediatamente retaliou, rejeitando a medida provisória que criava a Secretaria de Longo Prazo, impondo uma derrota ao governo. Foi um aviso de Renan Calheiros e seus aliados sobre o que pode vir a acontecer se ele se sentir abandonado pelos petistas.

Renan Calheiros está preocupado com o futuro. Ele ainda é acusado de fazer lobby para uma cervejaria, de comprar emissoras de rádio usando laranjas e de liderar um esquema de cobrança de propinas, segundo o advogado Bruno Lins, que foi agredido em uma boate na semana passada. O blefe de Renan Calheiros, num primeiro momento, surtiu o efeito desejado. O governo, que depende dos votos dos aliados do senador para aprovar a CPMF, determinou aos petistas que, ao menos em público, parassem de cobrar a saída de Renan da presidência. Nos bastidores, há enviados do governo tentando sensibilizar parte da tropa rebelada dos peemedebistas ligados a Renan com oferendas, como cargos e verbas federais. Se der certo, o poder que Renan Calheiros ainda tem se limitará ao arsenal de informações comprometedoras que ele diz possuir contra parlamentares e políticos do governo. Dependendo de seu poder de fogo, seria a última tábua de salvação do senador.

Revista Veja - Edição 2029 de 10 de outubro de 2007

O jogo sujo de Renan Calheiros

O senador manda espionar a vida de adversários do PSDB e do DEM

Para salvar seu mandato, o senador Renan Calheiros já usou a tática de constranger e ameaçar colegas do Parlamento com a divulgação de informações supostamente comprometedoras. Fez isso com dois respeitáveis senadores, Pedro Simon e Jefferson Peres, transformando-os em alvos de boatos sórdidos. Repetiu a fórmula com os petistas Tião Viana e Ideli Salvatti, aliados fiéis que pensaram em se rebelar contra a permanência dele no cargo e acabaram acuados por denúncias de irregularidades. Às vésperas de enfrentar três outros processos no Conselho de

Ética, Renan Calheiros é flagrado em outro movimento clandestino e espúrio: a espionagem de senadores. VEJA apurou que Calheiros montou um grupo de arapongas e advogados para bisbilhotar a vida de seus adversários. Na mira estão dois dos principais oponentes do presidente do Congresso: o tucano Marconi Perillo e o democrata Demostenes Torres. Ambos tiveram a vida privada devassada nos últimos três meses. A ousadia chegou ao ponto de, há duas semanas, os arapongas planejarem instalar câmeras de vídeo em um hangar de táxi aéreo no Aeroporto de Goiânia para filmar os embarques e os desembarques dos parlamentares. O objetivo era tentar flagrar os senadores em alguma atividade ilegal para depois chantageá-los em troca de apoio. O plano só não foi em frente porque o dono do hangar não concordou em participar da operação.

O grupo de espionagem é comandado pelo ex-senador Francisco Escórcio, amigo, correligionário e assessor direto de Renan Calheiros. No dia 24 passado, o assessor se reuniu em Goiânia com os advogados Heli Dourado e Wilson Azevedo. Discutiram uma estratégia para criar uma situação que compromettesse os senadores Perillo e Demostenes. "Vamos ter de estourá-los", sentenciou Escórcio. Um dos advogados disse que a melhor maneira de constranger os senadores opositores era colher imagens deles embarcando em jatos particulares pertencentes a empresários da região. Um dos presentes lembrou que os vôos eram feitos a partir do hangar da empresa Voar, cujo proprietário é o ex-deputado Pedro Abrão, um ex-peemedebista. Na mesma noite, Abrão foi convidado a ir a um escritório no centro de Goiânia. Lá, na presença dos advogados, ouviu a proposta diretamente de Francisco Escórcio: "Nós precisamos de sua ajuda para resolver um problema para Renan", disse Escórcio. Os dois já se conheciam do Congresso Nacional. "Queremos instalar câmeras de vídeo para gravar Perillo e Demostenes usando seus aviões." E completou: "Quero ver a cara deles depois disso, se eles (os senadores) vão continuar nos incomodando". Abrão ouviu a proposta e ficou de estudar. Depois, preocupado, narrou o estranho encontro a um amigo.

Ex-governador de Goiás, Perillo está em seu primeiro mandato. Na reta final do processo que investigava o envolvimento de Calheiros com o lobista de empreiteira, foi Perillo que apresentou a tese vencedora de que o voto no Conselho de Ética deveria ser aberto. Já Demostenes Torres, ex-promotor público, é hoje um dos mais destacados parlamentares da oposição. Não é a primeira vez que ele, titular do Conselho de Ética, é vítima de arapongas. Em junho passado, logo depois das primeiras denúncias contra Calheiros, Demostenes foi um dos primeiros a defender com veemência a instalação do processo por quebra de decoro. Os arapongas de Renan passaram a investigá-lo desde então. Sem cerimônia, estiveram na cidade de Rio Verde, no interior de Goiás, onde moram pessoas próximas a Demostenes. Lá, procuraram amigos e amigas que já fizeram parte da intimidade do senador. Uma dessas pessoas chegou a receber uma oferta para gravar um depoimento. Os arapongas se apresentavam como advogados, tinham sotaque carregado e, ao que parece, estavam muito interessados em fazer futrica. Não escondiam que o objetivo era intimidar o senador.

Na semana passada, Demostenes Torres e Marconi Perillo foram procurados por amigos em comum e avisados da trama dos arapongas de Renan. Os senadores se reuniram na segunda-feira no gabinete do presidente do Tribunal de Contas de Goiás, onde chegaram a discutir a possibilidade de procurar a polícia para tentar flagrar os arapongas em ação. "Essa história é muito grave e, se confirmada, vai ser alvo de uma nova representação do meu partido contra o senador Renan Calheiros", disse o tucano Marconi Perillo. "Se alguém quiser saber os meus itinerários, basta

me perguntar. Tenho todos os comprovantes de vôos e os respectivos pagamentos." Demostenes Torres disse que vai solicitar uma reunião extraordinária das lideranças do DEM para decidir quais as providências que serão tomadas contra Calheiros. "É intolerável sob qualquer critério que o presidente utilize a estrutura funcional do Congresso para cometer crimes", afirma Demóstenes.

Francisco Escórcio foi contratado em novembro do ano passado pelo senador Calheiros como assessor técnico da Presidência. Antes, trabalhou com o ex-ministro José Dirceu no cargo de assessor especial da Casa Civil. Despacha em uma sala a poucos metros de Renan e ganha um salário de 9.301 reais. O que ele faz? "Faço o que Renan me mandar fazer", disse a VEJA. Escórcio, o advogado Heli Dourado e seu sócio Wilson Azevedo foram ouvidos simultaneamente sobre o plano para bisbilhotar os senadores. Escórcio afirmou que esteve em Goiânia no dia 24 "para pegar umas fotos", que se reuniu com o advogado Heli Dourado e "outras pessoas" num escritório e que, por acaso, o empresário Pedro Abrão "apareceu por lá e eu até disse que ele estava bem magrinho". Heli Dourado confirma que esteve reunido com Escórcio "para discutir um processo judicial de interesse da família Sarney" e garante que "Pedro Abrão não participou da conversa". Wilson Azevedo, seu sócio, diz que "esteve com Escórcio há uns dez dias num encontro informal" e que não vê Pedro Abrão "há uns seis anos". Pedro Abrão, por sua vez, confirma que os senadores usam seu hangar, que conhece os personagens citados, mas que não participou de nenhuma reunião. O empresário, que já pesou mais de 120 quilos, fez uma cirurgia de redução de estômago e está bem magrinho, como disse Escórcio. Renan Calheiros não quis falar.

Revista Veja - Edição 2030 de 17 de outubro de 2007

O Senado renuncia a Renan

Pressionado, Renan Calheiros se afasta da presidência do Congresso Nacional depois de cinco meses de crise

Na semana passada, depois da revelação de VEJA sobre senadores opositoristas que foram alvo de uma tentativa de espionagem clandestina, estabeleceu-se o consenso entre as principais lideranças políticas de que chegava ao fim a trajetória de Renan Calheiros como presidente do Congresso. A notícia de que um assessor do gabinete de Renan tentou instalar câmeras de vídeo para flagrar adversários em situações comprometedoras levou representantes de todos os partidos, inclusive do PT e do PMDB, a pedir o afastamento imediato do senador. Acuado diante das evidências de sua participação em mais um crime, Renan não resistiu às pressões. Na quinta-feira, diante de um Congresso vazio, o senador anunciou a decisão de se afastar da presidência por 45 dias. Em um pronunciamento gravado, explicou que estava deixando temporariamente o Senado para preservar a harmonia e cuidar integralmente de sua defesa. Na verdade, Renan Calheiros abandonou o cargo porque não contava mais com o apoio de seus pares. Nos últimos cinco meses, ele se comportou como o dono do Senado. Para se safar das acusações de quebra do decoro parlamentar, interferiu nas investigações, intimidou aliados, denegriu a imagem de colegas. Usou a força que o cargo lhe conferia para constranger e chantagear. Isolado, viu no afastamento a última chance de escapar da cassação. Em seu lugar, assume o vice-presidente, o petista Tião Viana.

Renan Calheiros continuará respondendo no Conselho de Ética às acusações de usar laranjas para comprar emissoras de rádio, de fazer lobby para uma cervejaria, de participar de um esquema de arrecadação de propinas em ministérios

do PMDB e de espionar senadores opositores. A diferença agora é que ele será um senador como outro qualquer. Não vai mais poder usar a autoridade para obter informações e conseguir privilégios. Em seu rápido pronunciamento, visivelmente abatido, Calheiros explicou que seu gesto tinha o objetivo de mostrar que ele não precisa usar o cargo para se defender. "Não lancei mão de prerrogativas de presidente do Senado em meu benefício ou contra quem quer que seja", disse o senador. E completou: "Com meu gesto, que é unilateral, preservo a harmonia no Senado Federal, deixo claro meu respeito pelos interesses do país e homenageio as altas responsabilidades das funções que exerço". Engana-se quem pensa que o gesto de Renan Calheiros tem algo de magnânimo. O senador pediu para deixar a presidência depois de assistir a uma insurreição generalizada, após a revelação de que um de seus assessores tentou montar um esquema para espionar os senadores Demostenes Torres, do DEM, e Marconi Perillo, do PSDB. O novo escândalo uniu parlamentares de todos os partidos, que exigiram o imediato afastamento do senador.

"Agora, não é mais uma briga entre governo e oposição. É uma questão suprapartidária. Renan é um paciente terminal que está impedindo a governabilidade do Senado", atestou o senador Aloizio Mercadante, do PT, que, um mês atrás, ajudou na absolvição de Calheiros. "Renan não tem condições éticas e políticas de presidir o Senado por mais um dia. O episódio da espionagem foi a gota d'água. Passou da hora de ele deixar a presidência", disse o senador Renato Casagrande, líder do PSB. "O Senado tem de ter novamente uma cara limpa, o que é impossível com o Renan na presidência", afirmou o líder do DEM, José Agripino. "Renan não é mais o presidente do Senado na prática. Não comanda, não tem autoridade, não tem apoio político. Enquanto ele continuar na presidência, o Senado não anda", acusou o líder do PSDB, Arthur Virgílio. "Chegamos a um ponto de achincalhamento do Senado que não é possível mais suportar. A esta altura, pouco importa se o senador Renan é culpado ou inocente nos processos a que responde", concluiu Jefferson Péres, do PDT, que foi escolhido para relatar o processo que vai apurar os detalhes de como o senador Calheiros usou laranjas para comprar duas emissoras de rádio e um jornal em Alagoas.

O cerco ao presidente do Congresso se intensificou depois da reunião de um grupo de vinte senadores, representando os seis principais partidos – PT, PMDB, PSDB, DEM, PDT e PSB. Além da decisão de apresentar a quinta representação no Conselho de Ética contra Renan Calheiros, o grupo combinou uma estratégia para emparedar o senador. Fixaram o dia 2 de novembro como limite para a conclusão dos processos que já existem contra Renan. A partir dessa data, em protesto, os partidos ameaçaram parar o Congresso. Independentemente do resultado, prometiam que não haveria votações no plenário nem nas comissões enquanto Calheiros permanecesse na presidência. A tática assustou o governo, que tem como prioridade a aprovação da reedição da CPMF até o fim do ano. Renan, até então protegido nos bastidores pela bancada oficial, começou a ser visto como um estorvo. "Há um sentimento crescente para que o senhor se afaste. Não dá para tapar o sol com a peneira. A situação é tão grave que todos nós estamos na iminência de pedir licença", disse em plenário a líder do PT, Ideli Salvatti, até dias atrás uma ferrenha defensora do presidente do Congresso. "Há um rosário de episódios que deprimem o Parlamento e que precisam ter fim. Temos mecanismos para abortar esse processo", ponderou o senador Valter Pereira, do PMDB, até dias atrás um fiel combatente da guarda republicana de Calheiros. Mentores de Renan, como o senador José Sarney e sua filha Roseana, sumiram de cena. Renan percebeu que

estava perdendo suas principais posições de defesa e passou a pensar na possibilidade de se afastar da presidência para salvar o mandato.

Na quarta-feira, já convencido de que não tinha mais condições políticas para continuar comandando o Congresso, Renan Calheiros propôs um pacto entre as lideranças partidárias. Ele escalou o líder do governo, Romero Jucá – um especialista em negociações –, para levar uma proposta de paz ao Senado. O senador concordaria em se afastar imediatamente da presidência e, depois de concluídos os processos, renunciaria ao cargo. Em troca, os senadores lhe garantiriam uma pena intermediária, como advertência ou suspensão temporária de mandato. O plano de salvação, porém, não foi aceito. "Não dá para fazer acordo com Renan e passar para a sociedade a imagem de que ele continua dando as cartas no Senado", afirma o líder do DEM, José Agripino. "Renan está isolado, não tem mais como presidir o Senado, não dá mais para falar em licença. Ele sinalizou que sairia do cargo após a absolvição, mas não saiu. Agora não há acordo", diz o senador Mercadante, confirmando finalmente que, como VEJA revelou, existia um "contrato de gaveta" entre os petistas e Renan para que ele se licenciasse do cargo depois de ser absolvido da acusação de usar um lobista para pagar suas despesas pessoais. O senador, como se sabe, foi absolvido com o voto dos petistas e, depois, recusou-se a cumprir o trato. Perdeu a confiança dos aliados.

A estratégia de Renan Calheiros não é nova e já foi usada em um caso muito parecido. Em julho de 2001, emparedado por uma avalanche de denúncias de corrupção, o então presidente do Congresso, senador Jader Barbalho, também pediu licença do cargo por sessenta dias, achando que, longe dos holofotes, suas maracutaias seriam esquecidas. Como Renan, Jader se dizia perseguido pela imprensa, especialmente por VEJA, que publicou as principais revelações contra o senador. O lado até então desconhecido da vida de Jader Barbalho continuou eclodindo durante seu afastamento da presidência. Dois meses depois, quando a licença estava prestes a acabar, Jader renunciou ao cargo de presidente do Senado. Acuado pelas investigações do Conselho de Ética, para evitar a cassação e a perda dos direitos políticos por dez anos, Jader renunciou duas semanas depois também ao mandato de senador. Sem o escudo do foro privilegiado, o ex-presidente do Congresso acabou preso e algemado sob a acusação de chefiar a máfia da Sudam, um esquema que desviou quase 2 bilhões de reais dos cofres públicos. Desde a primeira denúncia até a prisão do ex-senador passaram-se dezesseis meses. Como se vê, o caso Renan Calheiros ainda está longe de acabar.

Revista Veja - Edição 2031 de 24 de outubro de 2007

O morto-vivo

Renan Calheiros articula para tentar evitar a cassação, mas o cerco cresce ainda mais

O Senado funcionou na semana passada com uma eficiência que não se via desde o início da crise envolvendo o presidente licenciado, Renan Calheiros. Com seu afastamento, a pauta foi destrancada e projetos cruciais, como a ampliação da licença-maternidade e a criação de regras para a fidelidade partidária, foram aprovados. Até a discussão da polêmica recriação da CPMF, que gera um legítimo embate entre governo e oposição, produziu resultados. Identificado como o responsável pela paralisação do Congresso, Renan Calheiros desapareceu. Ele sumiu do Senado, não deu entrevistas, não saiu de casa. Na quarta-feira, chegou a agendar um almoço com a bancada do PMDB, mas foi aconselhado a evitar aparições públicas. Renan, agora, finge-se de morto para tentar sobreviver. Sitiado

por cinco processos de quebra do decoro parlamentar, o senador sabe que não tem mais condições de voltar a presidir o Congresso, cargo interinamente ocupado pelo vice Tião Viana. Sua estratégia é submergir o tempo necessário para tentar salvar o mandato, uma tarefa improvável.

Na segunda-feira passada, a Mesa Diretora do Senado autorizou a abertura no Conselho de Ética de um novo processo para apurar a tentativa de espionagem de um assessor de Renan contra dois senadores da oposição. Na quinta-feira, o PSOL entrou com outra representação contra o peemedebista, baseada em reportagem do jornal O Estado de S. Paulo revelando que Renan apresentou uma emenda orçamentária para uma empresa-fantasma, de propriedade de um ex-assessor, para supostamente realizar obras em Murici, cidade administrada por seu filho, Renanzinho. Além disso, os senadores marcaram a data para o encerramento de dois outros processos em que o senador é acusado de irregularidades – usar laranjas para comprar emissoras de rádio e ter feito lobby em favor de uma cervejaria. Com o cerco crescendo, Renan usa suas últimas fichas.

O senador ainda sonha em fechar um acordo com o governo. Sua proposta: renunciaria à presidência em definitivo, sua tropa ajudaria a aprovar a CPMF e os petistas votariam contra a cassação. O plano de sobrevivência, porém, não tem muito futuro. O PT não confia em Renan e Renan não confia no PT. Cada um sabe do que o outro é capaz. Além disso, a tropa de defensores do senador está cada dia mais debilitada, o que dificulta a perspectiva de qualquer acerto. Sem esperanças de conseguir um salvo-conduto, Renan encomendou a seus assessores um estudo jurídico sobre eventuais brechas no regimento que permitissem a ele renunciar ao mandato sem perder os direitos políticos. Os advogados não encontraram nenhuma.

Revista Veja - Edição 2032 de 31 de outubro de 2007

Baixaria na reta final

Dossiê tenta constranger relator do processo contra Renan Calheiros

O senador Jefferson Péres está sendo submetido a todo tipo de constrangimento desde que aceitou relatar o processo que investiga a participação de Renan Calheiros numa sociedade secreta que comprou veículos de comunicação em Alagoas. Espalharam boatos sobre sua vida pessoal, inventaram histórias sobre seu comportamento e difundiram casos que, se verdadeiros, colocariam sua credibilidade e isenção em xeque. O nível de sordidez e maldade contra Jefferson Péres atingiu o ápice na semana passada. Senadores receberam um dossiê com acusações pesadas contra o colega amazonense. O material – um envelope pardo contendo um DVD e uma folha de papel – chegou pelo correio ao gabinete de alguns parlamentares. VEJA teve acesso a esse material. O vídeo, de cinco minutos de duração, questiona a imagem de correção do senador e sugere que Péres estaria envolvido numa fraude financeira contra uma siderúrgica na década de 70 – caso que já havia sido alvo de insistentes boatos espalhados por assessores de Renan Calheiros desde o início das investigações. O restante do conteúdo do dossiê é tão grosseiro que não merece citação.

A tentativa de intimidar Jefferson Péres chegou ao absurdo de o senador – investigador – se ver obrigado a passar os últimos dias empenhado em produzir documentos para comprovar a própria inocência, como se ele fosse o investigado. Péres requisitou certidões à Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e à direção do Senado. A Abin lhe enviou um ofício informando que não há nem nunca houve apuração, documento ou fotografia que possam comprometer sua integridade moral. O Senado atestou que ele nunca pediu passagens aéreas para quem quer que seja

e que também não emprega parentes em seu gabinete. Assessores do senador Renan Calheiros, pouco antes do julgamento do primeiro pedido de cassação, insinuavam que Jefferson Péres empregava a esposa e usava sua cota de passagens para trazer amigos a Brasília. A mulher do senador, Marlídice, realmente ajuda Péres, mas não recebe salário. Não passava, portanto, de mais uma aleivosia contra o senador. No caso da siderúrgica, ele diz que foi investigado apenas por ser um dos diretores da empresa e nem sequer foi indiciado. "Essas baixarias não vão mudar uma linha do meu relatório", adverte o parlamentar. "Não tenho nada para esconder e, por isso, ninguém vai conseguir me constranger."

O dossiê em vídeo é a agressão mais explícita que apareceu até hoje contra um senador não aliado a Renan Calheiros. Desde a revelação de que o então presidente do Congresso usava um lobista de empreiteira para pagar suas despesas pessoais, estabeleceu-se no Senado um vale-tudo para tentar preservar o mandato de Renan. O senador, que está licenciado da presidência, usou e abusou da estrutura do Congresso para levantar informações que pudessem comprometer os adversários, e não se furtou a usá-las. Foi assim, por exemplo, que o presidente em exercício do Senado, o petista Tião Viana, se viu obrigado a demitir uma assessora-fantasma que era contratada por seu gabinete, mas que na verdade trabalhava na sede do PT. O nível da baixaria foi descendo na mesma medida em que subiam as possibilidades de Renan perder o mandato. O caso mais rumoroso até então era a descoberta do plano para espionar os senadores Demostenes Torres, do DEM, e Marconi Perillo, do PSDB, executado, sem sucesso, por Francisco Escórcio, assessor de Renan Calheiros na presidência, demitido logo depois do escândalo. O vídeo contra o senador Jefferson Péres inaugura uma nova e abjeta etapa desse jogo sujo. Agora, as chantagens, ameaças e constrangimentos são armas utilizadas às claras, inclusive sem a preocupação de ocultar os autores.

O senador Jefferson Péres tem sob sua responsabilidade o caso que contém, tecnicamente, o maior número de evidências de quebra de decoro contra Renan Calheiros. Há documentos, recibos e testemunhas mostrando que o presidente licenciado comprou na clandestinidade, usando laranjas, um grupo de comunicação. Parte dele, inclusive, hoje se encontra em nome de seu filho, Renanzinho (veja o quadro ao lado). Surgiu até uma nova testemunha da participação do senador no negócio. O antigo contador da empresa, José Amilton Barbosa, revelou que Renan realmente participava da administração do grupo (veja entrevista na pág. 59). O caso pode levar o senador Calheiros a perder o mandato – e é por isso que seus aliados decidiram partir para o tudo ou nada. No dossiê contra o senador Péres há impressões digitais da tropa de elite de Renan Calheiros. O vídeo, por exemplo, foi produzido em 2004, durante as eleições municipais em Manaus, por uma equipe de televisão chefiada pelo empresário Egberto Batista. Para quem não se lembra, Egberto é um especialista em forjar denúncias contra adversários. É de sua autoria um dos episódios mais infames de que se tem notícia na política brasileira. Na campanha presidencial de 1989, Batista produziu uma entrevista com Mirian Cordeiro, mãe de uma filha do então candidato Lula. Era uma fraude.

Egberto Batista é irmão do também empresário Gilberto Miranda, que interrompeu sua lua-de-mel para ir a Brasília, em setembro, tentar convencer senadores a votar a favor de Renan Calheiros no processo que pedia sua cassação no caso do lobista. Os argumentos heterodoxos de Gilberto Miranda ajudaram a absolver o senador. Agora, é o videodenúncia que pretende intimidar Jefferson Péres. Aliás, não é a primeira vez que o caso da siderúrgica amazonense é usado para tentar constrangê-lo. Em 2001, o senador já era membro do Conselho de Ética

e, como agora, analisava denúncia contra o então presidente do Congresso, Jader Barbalho. Como se sabe, Jader renunciou ao mandato para não ser cassado. Antes disso, porém, enviou a Manaus uma equipe de televisão para registrar o suposto envolvimento de Péres com a falência da siderúrgica e, com isso, tentar intimidá-lo. O hoje deputado Jader Barbalho, amigo de Gilberto Miranda – o irmão de Egberto –, é uma espécie de conselheiro-mor de Renan Calheiros. "Não duvido que essa baixaria seja coisa do Renan e de seus asseclas", diz o senador Jefferson Péres. Talvez seja mera coincidência.

"O SENADOR ERA DONO DE METADE"

O economista José Amilton Barbosa dos Santos, de 38 anos, ocupava um posto estratégico entre 1999 e 2005 – período em que o senador Renan Calheiros e o usineiro João Lyra mantiveram uma sociedade secreta em um grupo de comunicação em Alagoas. Ele era o supervisor contábil das empresas comandadas pelo senador e pelo usineiro. Em maio passado, dois anos depois de desfeita a sociedade, Santos foi demitido do grupo, hoje comandado apenas por Lyra. O contador é uma testemunha importante da participação do senador Renan Calheiros no negócio, no qual ele insiste em negar qualquer envolvimento. Na semana passada, ele falou ao editor Alexandre Oltramari.

O QUE O SENHOR SABE SOBRE A VENDA DO GRUPO O JORNAL? Entrei na empresa no dia 1º de julho de 1999 e saí em maio passado. Quando ocorreu a negociação, eu era supervisor contábil das empresas.

O SENHOR SABIA PARA QUEM O GRUPO O JORNAL ESTAVA SENDO VENDIDO? Sim. Para o senador Renan Calheiros e para o grupo João Lyra.

COMO O SENHOR FICOU SABENDO DISSO? Depois da venda, em 1999, O Jornal passou a ter dois diretores administrativos e financeiros. Um deles, que representava o grupo João Lyra, era Sérgio Luís Ferreira. O outro, do lado do senador Renan Calheiros, era José Queiroz de Oliveira. Os dois me falaram que os donos do negócio eram o senador e o grupo João Lyra.

O EMPRESÁRIO NAZÁRIO PIMENTEL, ANTIGO DONO DO GRUPO O JORNAL, CHEGOU A REVELAR AO SENHOR QUE O EMPREENDIMENTO ESTAVA SENDO VENDIDO A RENAN CALHEIROS E A JOÃO LYRA? Sim. Nazário Pimentel, José Queiroz, Sérgio Luís... Todo mundo sabia que o senador era dono de metade do jornal e da rádio.

EXISTEM RECIBOS QUE MOSTRAM QUE UM PRIMO DE RENAN CALHEIROS, TITO UCHOA, FEZ PAGAMENTOS A NAZARIO PIMENTEL EM RAZÃO DA COMPRA DO GRUPO. O SENHOR CONHECE ELE? Sim. Um dia ele ligou e me pediu que entregasse a ele toda a documentação contábil das empresas. Fui lá e a entreguei pessoalmente.

O SENHOR ESTÁ DISPOSTO A CONTAR AO SENADOR JEFFERSON PÉRES, RELATOR DO PROCESSO CONTRA RENAN CALHEIROS NO CONSELHO DE ÉTICA, TUDO O QUE SABE? Com certeza.

Revista Veja - Edição 2033 de 7 de novembro de 2007

"Para mim, ética não é pose"

Relator do caso Renan diz que não se intimida e chama de canalhas os responsáveis pelo dossiê contra ele

Se o objetivo das pessoas que espalharam no Congresso um dossiê contra o senador Jefferson Péres era tentar intimidá-lo de alguma maneira, a trama fracassou. Da tribuna do Senado, em um pronunciamento depois da reportagem de

VEJA que revelou a existência das falsas acusações contra ele, o senador encerrou o caso com um recado direto e contundente: "Canalhas de todos os matizes, eu não sou como vocês. Ética para mim não é pose. Não é bandeira eleitoral". O senador disse ter evidências sobre a origem do dossiê, mas não quis revelar suas suspeitas. Limitou-se a ler uma carta do presidente licenciado, senador Renan Calheiros, negando qualquer responsabilidade pela produção ou difusão do vídeo em que Péres é mostrado como envolvido numa fraude contra uma siderúrgica na década de 70. Na semana passada, Jefferson Péres, encarregado de apurar se Renan Calheiros feriu o decoro parlamentar ao participar de uma sociedade clandestina para a compra de um grupo de comunicação em Alagoas, começou a ouvir as testemunhas do caso.

O primeiro a depor foi o contador José Amilton Barbosa. Ele disse que trabalhou no grupo de comunicação e que sabia da sociedade entre Renan Calheiros e o usineiro João Lyra. A outra testemunha foi o juiz estadual Marcelo Tadeu Lemos de Oliveira. O magistrado é o responsável por um processo criminal no qual Lyra é acusado de ordenar um assassinato em Alagoas. O que ele tinha a dizer sobre a sociedade secreta? Nada. Por estratégia da defesa do senador, o juiz foi arrolado como testemunha apenas para desqualificar o depoimento do usineiro João Lyra, que confirmou o negócio clandestino entre ele e o presidente licenciado do Congresso. Percebendo que alguns depoimentos podem servir apenas para atrasar as investigações, Péres decidiu se concentrar na análise de documentos. É nesse ponto que a vida de Renan se complica. Um dos documentos em poder do Conselho de Ética é uma proposta de venda do grupo de comunicação endereçada e entregue pessoalmente ao senador em 1998, quando ele era ministro da Justiça. Renan admite ter recebido o documento, mas declara ter sido apenas o "portador de uma correspondência" a um amigo, agindo como se fosse um office-boy e não um ministro.

É inacreditável que o vendedor das empresas de comunicação, radicado em Maceió, tenha ido a Brasília só para usar o então ministro da Justiça como mensageiro de uma proposta comercial enviada na verdade a João Lyra, que vive e trabalha na capital alagoana. É mais inacreditável ainda supor que, por mera coincidência, as empresas de que Renan Calheiros afirma nunca ter participado estejam registradas hoje em nome de seu filho, Renanzinho, cujo patrimônio se resumia a um Golf com três anos de uso. No fim do ano passado, ao relatar o processo do ex-senador Ney Suassuna, que teve um assessor envolvido com a máfia dos sanguessugas, o senador Jefferson Péres foi implacável. Recomendou a cassação do colega, mesmo sem ter encontrado provas cabais, sob a acusação de "condescendência criminosa". Por tudo isso, não há quem, em sã consciência, duvide que o mandato de Renan está por um fio, ao menos no que depender de Jefferson Péres.

Revista Veja - Edição 2034 de 14 de novembro de 2007

Procura-se um sucessor

Às vésperas de novo pedido de cassação, Renan Calheiros volta e tenta negociar mandato

Depois de passar quinze dias afastado para tratar da saúde, o presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros, reapareceu no Congresso. Sem a pompa que o cargo lhe proporcionava, o senador parecia outra pessoa. Mais gordo, o que lhe deu um aspecto bonachão, mostrou-se simpático com os colegas, humilde com os funcionários e afável com os jornalistas. Que ninguém se engane. É apenas uma

mudança de tática. Nos bastidores, Calheiros continua utilizando todas as armas de que ainda dispõe para tentar salvar o mandato. Isso porque, na próxima quarta-feira, o senador Jefferson Péres vai apresentar o relatório final sobre o processo que apura o envolvimento dele numa sociedade comercial clandestina em Alagoas. Péres contou a três parlamentares ter encontrado provas suficientes para pedir a cassação do senador por quebra do decoro parlamentar. Com o poder diminuído, acuado por acusações diversas e abandonado por uma parcela do PT, Renan agora tenta se safar usando como trunfo a própria sucessão.

O senador Calheiros já se comprometeu a renunciar definitivamente ao cargo de presidente e trabalhar pela eleição de um sucessor, assim como ele, servil ao governo. Em troca, quer a garantia de que não terá o mandato cassado. Há dois problemas na estratégia montada pelo senador. O primeiro é que ninguém, por enquanto, dá sinais de querer avalizar uma operação tão vergonhosa. O PT fez isso no caso do lobista que pagava as despesas de Renan, e senadores respeitados, como Aloizio Mercadante, por pouco não caíram em desgraça com seus eleitores. Depois, o governo não tem certeza se Renan Calheiros ainda tem poder para influir decisivamente na escolha do sucessor. Sabe-se que ele pode atrapalhar muitos candidatos, graças à infinidade de dossiês de que dispõe contra os colegas, o que lhe confere poderes especiais. Além disso, são poucos os candidatos do PMDB aptos a preencher o cargo. Alguns porque não querem. A maioria porque não pode. Cientistas políticos destacam que, por tudo o que se viu até agora, o futuro presidente não pode estar envolvido em nenhuma suspeita de corrupção. A restrição fulmina grande parte dos parlamentares do PMDB. Há duas semanas, aliados do senador José Maranhão lançaram seu nome à sucessão. Horas depois se descobriu que ele, assim como o amigo Renan, era dono de um patrimônio bovino, construído no período em que governou a Paraíba. É na montagem desse quebra-cabeça que Renan Calheiros tenta influir em busca de um indulto.

Revista Veja - Edição 2035 de 21 de novembro de 2007

Por um punhado de imposto

O presidente licenciado do Congresso deve ser salvo mais uma vez pelo plenário do Senado. A conta é da CPMF

Pela segunda vez em dois meses, o plenário do Senado vai se reunir para julgar o senador Renan Calheiros, presidente licenciado do Congresso. Pela segunda vez, Renan Calheiros é acusado de quebrar o decoro parlamentar, agora por manter uma sociedade secreta em veículos de comunicação. Apesar disso, Renan Calheiros está tranqüilo e confiante em uma nova absolvição. O senador se acredita protegido pelo voto secreto e conta com ele para continuar exercendo o mandato. À luz das revelações sobre suas malfetorias feitas nos últimos seis meses, sua permanência no cargo é um péssimo exemplo. O presidente licenciado tinha um lobista de empreiteira a pagar-lhe as despesas pessoais, intermediava interesses escusos junto ao governo, mantinha negócios com uma fábrica de cerveja, empregava um contrabandista no gabinete e enriqueceu fazendo política – isso só para listar os feitos de domínio público. Para se manter no cargo, ameaçou adversários, constrangeu aliados e espionou colegas. O julgamento desta quinta-feira, como lembrou o senador Jefferson Péres, autor do segundo pedido de cassação, é sobre o conjunto da obra de Renan.

No Conselho de Ética, os parlamentares aprovaram o relatório de Jefferson Péres por uma folgada maioria. À exceção dos três senadores do PMDB, os demais integrantes do conselho concordaram quanto à existência de indícios incriminatórios

na conduta do senador. Eles viram as provas da compra de veículos de comunicação em Alagoas por meio de "laranjas", testas-de-ferro, para esconder sua participação nos negócios (veja o quadro abaixo). Na mesma sessão, os senadores arquivaram a acusação juridicamente mais fraca, aquela em que Renan aparece fazendo lobby para uma cervejaria. Como o Conselho de Ética é integrado por representantes de todos os partidos, Renan Calheiros, em tese, deveria estar muito preocupado com seu futuro imediato. Afinal, se o plenário seguir a mesma lógica do conselho, é grande a probabilidade de ele ser banido da política até o ano de 2015. Mas não é assim que as coisas funcionam no Congresso. Ao contrário do que ocorre no conselho, no plenário a votação do processo é secreta. Sem o olho do eleitor presente, valem os interesses imediatos de cada parlamentar. As mesmas condições prevaleceram na sessão fatídica na qual Renan se livrou da acusação de quebra de decoro por ter as despesas pagas por um lobista. No conselho, os representantes petistas votaram a favor da cassação. Na hora de referendar a decisão no plenário, resolveram se abster. A alegação então foi de falta de provas da culpa do senador alagoano. Com base nela, os petistas encontraram terreno fértil para costurar um acordo destinado a salvar Renan em troca de sua renúncia à presidência.

A tranquilidade atual de Renan Calheiros revela estar em andamento uma estratégia muito parecida para absolvê-lo novamente – mais uma vez com a participação dos mesmos personagens do show de impunidade anterior, os senadores petistas. O governo precisa aprovar até o fim do ano a prorrogação da CPMF, mas tem encontrado muitas dificuldades no Senado. Renan Calheiros se ofereceu para prestar mais esse serviço. Se o PT ajudar a livrá-lo da cassação, seus aliados votarão em peso a favor da manutenção do imposto do cheque. O senador garante ter cinco fiéis seguidores, decisivos para as pretensões governistas. O presidente Lula já entregou o caso Renan ao Congresso. Renan, por sua vez, continua tentando envolver o Executivo na solução de seus problemas éticos. Na segunda-feira passada, houve uma reunião no Palácio do Planalto para discutir a tramitação da emenda da CPMF. O líder do governo, Romero Jucá, informou o presidente das ameaças de boicote ao imposto do cheque por parte da tropa de Renan Calheiros. "Renan tem o trunfo de atrelar sua votação à prorrogação da CPMF, aumentando, assim, sua chance de ser absolvido. Mas o governo não fará nada para salvá-lo", disse o senador Renato Casagrande, da base governista, relator do processo anterior, em que o governo fez de tudo para salvar Renan, com a contribuição decisiva dos parlamentares petistas. Eles foram convocados novamente agora.

A biografia de Renan Calheiros, apesar dos esforços do senador para se salvar, continua produzindo surpresas no atacado. Na semana passada, uma operação da Polícia Federal prendeu vinte pessoas acusadas de fraudar licitações em obras públicas em Alagoas. A quadrilha é acusada de desviar 20 milhões de reais em recursos públicos. Doze municípios são investigados, nove deles governados por aliados de Renan. O mais notório é Murici, terra natal do clã, administrada pelo filho do senador, Renan Calheiros Filho, o Renanzinho, aquele que virou dono da rádio que nunca foi do pai. A sede da prefeitura de Murici foi invadida por agentes da PF, que saíram de lá levando documentos e computadores. Dois empresários presos na operação são ligados a Renan e Renanzinho. Ronaldo Lacerda recebeu 5,4 milhões de reais da prefeitura de Murici para executar obras no município. O outro é Paulo Pontes, ex-diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), indicado para o cargo por Renan. Em Brasília, a polícia ainda

prende o assessor parlamentar Carlos Rudiney Mattoso por contrabando. Mattoso era funcionário da presidência do Senado, fotógrafo e locutor dos eventos públicos de Renan Calheiros. Usava o gabinete do deputado Olavo Calheiros, irmão de Renan, como uma espécie de entreposto comercial. O plenário vai decidir se políticos assim continuarão destruindo o que sobrou da tradição republicana brasileira.

Os petistas de Renan

Há dois meses, seis senadores do PT se abstiveram e, com isso, garantiram a absolvição de Renan Calheiros no primeiro processo de cassação. Faltaram exatamente seis votos para condená-lo. A decisão desgastou os petistas perante a opinião pública. Alguns deles, como Aloizio Mercadante, passaram a defender a cassação, ao menos publicamente. O voto é secreto e, portanto, cada um pode anunciar o que quiser sobre sua escolha. O fato: Renan novamente depende dos petistas para salvar o mandato.

Revista Veja - Edição 2036 de 28 de novembro de 2007

Presente de Natal

A oposição adia o julgamento de Renan, mas sua absolvição já está decidida pelos senadores

O presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros, já não esconde mais a euforia. Na semana passada, ele foi ao plenário, conversou com aliados, abraçou adversários, confabulou com supostos inimigos, riu e se movimentou como se nada o incomodasse. Renan está seguro da absolvição. Nem o adiamento da sessão que iria julgar o terceiro processo que ele responde por quebra do decoro parlamentar foi capaz de alterar seu bom humor. Acusado de usar laranjas para ocultar um grupo de comunicação que comprou em Alagoas, Renan Calheiros está tranqüilo porque sabe que, se depender da disposição de seus colegas, continuará ocupando o cargo de senador da República nos próximos três anos. Seu julgamento deve acontecer na primeira semana de dezembro, mas o resultado já foi combinado entre os líderes dos dois principais partidos do Congresso. PT e PMDB estão unidos para livrar o senador da cassação. "O principal cabo eleitoral agora é a rua", diz o senador José Agripino, líder do DEM. "Aqui, o clima é favorável a Renan."

É pouco provável que as ruas possam mudar alguma coisa. O futuro de Renan Calheiros, como se sabe, vai ser decidido em votação secreta. As ruas, portanto, não ficarão sabendo de que lado está cada um dos senhores senadores. No primeiro processo contra Renan – o do lobista que pagava suas despesas pessoais –, o que as ruas queriam não fez a menor diferença. Protegidos pelo anonimato, quarenta senadores votaram pela absolvição de Renan Calheiros e outros seis se abstiveram. Quem são eles? Só é possível afirmar com certeza que os abstêmios que salvaram o senador são parlamentares petistas. E isso só foi possível saber por uma razão curiosa: por exigência de Renan Calheiros, os petistas tiveram de explicitar sua posição. O palco já está montado para repetir a encenação. Petistas e peemedebistas fecharam acordo para aprovar a prorrogação da CPMF. É igual àquela brincadeira de amigo oculto de Natal. Os petistas darão a Renan a absolvição de presente. Os peemedebistas retribuirão com o empenho para aprovar a CPMF. As ruas que se danem.

Revista Veja - Edição 2037 de 5 de dezembro de 2007

Espionagem oficial

Polícia do Senado é acusada de contratar detetives particulares para investigar a vida de senador adversário do então presidente Renan Calheiros

O senador Marconi Perillo, do PSDB de Goiás, foi alertado sobre a trama há um mês. Sua vida estava sendo devassada por um grupo de detetives particulares. Ex-governador do estado, o senador tomou duas providências. Primeiro, ele pediu à polícia de Goiás que investigasse. Depois comunicou o caso ao corregedor do Senado, Romeu Tuma. Discreto, Perillo atribuiu a história a razões provincianas. Estava enganado. Os policiais goianos descobriram um autor bem mais notório e razões bem diferentes para o triste episódio. Dois escritórios de detetives – um em Brasília e outro em Goiânia – haviam sido contratados para bisbilhotar a vida do senador. Estavam orientados a identificar desde supostos negócios fraudulentos realizados entre o parlamentar e empresários até a existência de contas bancárias dele no exterior. Seguindo o rastro dos arapongas, os investigadores goianos descobriram algo ainda mais escandaloso: a espionagem foi contratada pelo próprio Senado Federal. Segundo relato dos agentes, a Polícia do Senado acionou um conhecido escritório de espionagem política de Brasília – a Central Única Federal dos Detetives do Brasil – para levantar as informações financeiras de Marconi Perillo. Os telefones do senador foram grampeados e violaram seu sigilo bancário e fiscal. A invasão de privacidade está sendo investigada, em sigilo, pela Polícia Federal.

"É o fim do mundo alguém usar a estrutura do Senado para investigar ilegalmente os senadores", disse o senador Perillo. É o segundo caso envolvendo o senador tucano com espionagem nos últimos dois meses. No primeiro, também revelado por VEJA há oito semanas, o então assessor da presidência do Senado, Francisco Escórcio, foi pilhado planejando instalar câmeras de vídeo no hangar do Aeroporto de Goiânia. Ele pretendia filmar os senadores Demóstenes Torres e Marconi Perillo embarcando em jatos supostamente cedidos por empresários para depois usar as imagens como arma de chantagem. Os senadores são defensores da cassação do mandato do presidente licenciado do Congresso, Renan Calheiros. Escórcio era auxiliar direto de Renan. Foi demitido para salvar as aparências. O caso de agora começou exatamente no mesmo período, e os policiais suspeitam que ambos façam parte da mesma operação. Em outubro passado, Marconi Perillo recebeu um telefonema do governador de Goiás, Alcides Rodrigues. O governador disse que tinha informações concretas de que o senador era alvo de uma investigação ilegal. Um policial aposentado contou ter sido contatado por um escritório de detetives profissionais. Eles lhe ofereceram dinheiro para ajudar na apuração e na montagem de um dossiê contra Perillo.

O senador Perillo procurou o secretário de Segurança do Estado, Ernesto Roller, e o diretor da Polícia Civil, delegado Marcos Martins. Pediu a ambos que investigassem o caso com discrição. A polícia desvendou parte da trama. Seguindo a cadeia de contatos dos arapongas, descobriu que o policial aposentado foi procurado pela detetive Luzia Aparecida Tanganelli. Sem saber que estava sendo investigada, ela, por sua vez, revelou que estava prestando serviços a uma agência de Brasília. Os policiais descobriram em Brasília que o contratante final era a Polícia do Senado. O resultado da investigação, realizada pelo serviço reservado da polícia de Goiás, foi repassado ao senador Marconi Perillo na semana passada. VEJA teve acesso às principais conclusões da polícia goiana:

- Foi um agente da Polícia do Senado, não identificado, quem procurou o escritório de detetives de Brasília. Os arapongas usariam os serviços de ex-policiais federais.

- Os detetives brasileiros contrataram o escritório Agatha & Holmes, em Goiânia, que tem como representante Luzia Tanganelli, conhecida pelo apelido de "Cleópatra" e por usar informações colhidas ilegalmente para chantagear.
- A missão dos arapongas goianos era descobrir se Marconi Perillo tinha participação societária oculta nas empresas Perdigão e Schincariol, ambas instaladas em Goiás durante seu governo.
- Quebraram o sigilo fiscal e bancário do senador para tentar investigar a existência de uma suposta conta milionária em um banco dos Estados Unidos.
- O plano também previa a interceptação dos telefones do senador. Os policiais listaram os nomes, os endereços e os telefones dos principais personagens envolvidos na trama.

Resta um mistério não esclarecido pelos investigadores goianos. Afinal, qual seria o interesse da Polícia do Senado na vida pessoal de Marconi Perillo? O senador tem uma suspeita: "Eu tive uma atuação destacada no caso Renan Calheiros, no Conselho de Ética, na Comissão de Constituição e Justiça e no plenário. Não tenho provas concretas, mas não descarto que essa coisa abominável possa ter sido causada pela minha atuação em defesa da cassação de Renan Calheiros". O senador Marconi Perillo, de fato, teve uma participação capital no Conselho de Ética. Foi sua a manobra que implodiu um plano dos aliados de Renan Calheiros para arquivar no nascedouro o processo que investigou as relações do senador com um lobista de empreiteira. Também foi Perillo o autor do requerimento que estabeleceu o voto aberto no Conselho de Ética, decisão que irritou Renan Calheiros e seus aliados.

Na quinta-feira passada, VEJA esteve nos dois escritórios apontados pela polícia goiana como responsáveis pela espionagem. Em Brasília, o detetive Edilmar Lima, o dono da Central Única dos Detetives, teve uma reação curiosa ao ser perguntado se havia sido contratado pelo Senado para bisbilhotar a vida de Marconi Perillo: "Como essa história vazou? Esse caso é sigiloso, é perigoso". Isso é uma confirmação? "Se fiz ou não esse serviço, não posso falar. Todo contrato que eu assino tem uma cláusula de sigilo muito rigorosa. Se assumir que isso é verdade ou mentira, vou estar queimando meu nome e posso ser processado pelo cliente", respondeu o araponga. Em mais de uma hora de entrevista em seu escritório, o detetive explicou como trabalha, relatou casos de seus treze anos de carreira, mas, indagado várias vezes, em nenhum momento negou o envolvimento com a espionagem contra o senador tucano. □ Muito pelo contrário. "Se trabalhei nesse caso, não fiz nada ilegal. É lícito investigar, a lei está ao meu lado, posso investigar até o presidente da República. O que é crime é o uso indevido do resultado da investigação", explicou. Edilmar afirma também que conhece muita gente no Congresso e que executou, e ainda executa, trabalhos para deputados e senadores. Foi assim no caso Perillo? "Onde há fumaça há fogo. Você é esperto, entendeu muito bem o que eu falei", disse ele.

Edilmar disse que cobra entre 100 000 e 120 000 reais para fazer levantamentos sobre políticos importantes. O detetive não revela se conhece ou foi procurado por alguém ligado à Polícia do Senado. Ele, porém, confirma que conhece Luzia Tanganelli. Tem, inclusive, o telefone da detetive na agenda de seu celular. "Ela é uma dos mais de 300 colaboradores que temos em todo o Brasil", diz. Luzia vive num prédio de classe média em Goiânia, onde também funciona seu escritório. Ela negou qualquer participação no episódio e, o mais curioso, disse que nem sequer conhece o detetive Edilmar Lima. "Não conheço e nunca ouvi falar dessa pessoa", garante. Num primeiro momento, ela diz que sobrevive da pensão

alimentícia repassada pelo ex-marido. Depois, admite que faz alguns trabalhos esporádicos para localizar pessoas e endereços na condição de representante de uma firma de São José do Rio Preto, no interior paulista. VEJA apurou que foi o ex-marido de Luzia, Abdul Sebba, um ex-delegado, ex-deputado estadual e aliado político de Perillo, quem fez chegar ao governador de Goiás as primeiras informações sobre a espionagem. Procurado, Sebba disse que não tinha nada a declarar.

O diretor da Polícia do Senado, Pedro Ricardo Araújo, negou qualquer envolvimento do órgão. Segundo ele, a polícia legislativa nunca contratou empresas para realizar qualquer tipo de investigação. Já o corregedor do Senado, Romeu Tuma, confirmou que pediu à Polícia Federal para abrir inquérito, logo que tomou conhecimento do caso. O corregedor só soube do envolvimento da polícia legislativa na semana passada e disse que vai convidar o senador Marconi Perillo a prestar depoimento já nesta terça-feira – dia em que o plenário do Senado vai julgar Renan Calheiros por quebra do decoro parlamentar. O senador é acusado de usar laranjas e dinheiro ilícito para comprar duas emissoras de rádio e um jornal em Alagoas, conforme VEJA revelou há quatro meses. Entalado em uma fossa de irregularidades, ainda assim ele está confiante na absolvição. Conta hoje com a simpatia e a cumplicidade de boa parte dos colegas – apesar de mais um escândalo a rondar sua biografia.

Revista Veja - Edição 2038 de 12 de dezembro de 2007

Os imperdoáveis

Renan Calheiros renuncia à presidência do Congresso, mas os senadores decidem salvar seu mandato

As razões que levaram à salvação do mandato do senador alagoano Renan Calheiros na semana passada são compreensíveis. No entanto, são imperdoáveis. Foi um espetáculo triste, constrangedor e vergonhoso. Renan Calheiros renunciou à presidência do Congresso, abatido por acusações que o Código Penal classifica como crimes de corrupção, tráfico de influência, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, exploração de prestígio e sonegação fiscal. Horas depois da renúncia, o senador foi absolvido pelos colegas no processo que pedia a cassação de seu mandato por quebra do decoro parlamentar. Formalmente, 48 dos 81 senadores aceitaram a tese de que Renan é inocente.

Um estranho e contraditório veredicto. Primeiro, Renan, o acusado, reconheceu que não tinha mais condições de liderar o Senado. Depois, seus colegas, os juízes, consideram-no inocente, apesar das claras evidências de que ele usou dinheiro de origem desconhecida para comprar emissoras de rádio. Parece um contra-senso? Só parece. Foi, isso sim, o desfecho de um plano rigorosamente planejado e combinado em todos os detalhes. Renan sabia que seria absolvido, tinha uma lista certa dos senadores que votariam a seu favor e, em troca, comprometeu-se a renunciar antes do julgamento. Anunciado o resultado, Renan riu e debochou dos colegas. Sem cerimônia, comemorou com os amigos o sucesso de sua mais recente e bem-sucedida empreitada: o aniquilamento da ética no Parlamento.

As negociações para poupar o senador Renan Calheiros da cassação começaram há um mês, mas o martelo de sua salvação só foi batido na véspera do julgamento. Havia muitos interesses em jogo – nenhum, é bom que se diga, relacionado à ética ou ao interesse público. Os senadores conhecem todos os "pecados" – um eufemismo criado pelos parlamentares – de Renan. Sabem que ele

pagava despesas familiares por meio de um lobista de empreiteira, sabem que ele comprou rádios em nome de laranjas, sabem que ele fazia lobby em ministérios e sabem que ele manipulava o Orçamento em favor de amigos. Há um grupo considerável de senadores que se solidarizaram com Renan simplesmente por não ter as mãos mais limpas que as do acusado. Apenas esse grupo, integrado por governistas e opositores, já lhe garantiria um bom número de votos. Na véspera do julgamento, porém, o governo também estendeu a mão a Renan. Em uma reunião no Palácio do Planalto, o presidente Lula determinou a seus ministros que a base aliada deveria ser orientada a votar a favor do senador. O presidente gosta de Renan Calheiros, é grato a ele por serviços prestados à época da CPI dos Correios, mas tem um problema que quer resolver a qualquer custo: a aprovação da CPMF. Os aliados de Renan ameaçavam votar contra a prorrogação do imposto se não recebessem ajuda política. A situação política do imposto, que já não é boa, poderia piorar. Ficou acertado na reunião que os senadores ligados ao governo seriam orientados a votar pela absolvição de Renan. Compreensível? Sim. Perdoável? Não.

Para pacificar a consciência daqueles mais preocupados com essa dimensão esquecida da vida política nacional, a ética, Renan renunciaria antes do julgamento, o que sinalizaria que ele foi devidamente punido pelos desvios de conduta. O próprio presidente ligou para Renan Calheiros para selar o acordo. Chegou a comentar com aliados que a renúncia à presidência do Congresso era uma pena extremamente grave. Avalizaram o acordo para salvar Renan os senadores Romero Jucá (conhecido por também usar laranjas para ocultar suas emissoras de rádio e TV) e Roseana Sarney (célebre por ser flagrada com 1,3 milhão de reais guardados num cofre) e o deputado Jader Barbalho, famoso que dispensa apresentações. A encenação ficou evidente durante o julgamento. Com raríssimas exceções, como o senador Demóstenes Torres, que cobrou coerência dos colegas, o clima era de conformismo até entre os parlamentares tradicionalmente mais aguerridos. "Neste país, só vai para a cadeia ladrão de galinha. Não tem ministro, parlamentar ou empresário que vá para a cadeia. Eu, pessoalmente, não gostaria de votar pela suspensão dos direitos políticos do senador Renan, mas já está tudo acertado. O governo absolve Renan, o Senado aprova a CPMF. Essa é a verdade, que deixa o Senado muito mal", disse o senador Pedro Simon. São artimanhas assim que ajudam a destruir cada dia mais a imagem dos políticos e do Congresso. Uma pesquisa feita pelo instituto Datafolha, publicada pelo jornal Folha de S.Paulo, mostrou que 45% dos entrevistados consideram o Senado ruim ou péssimo. Em março, o índice era de 30%. No mesmo período, a avaliação regular caiu de 46% para 37%. E o índice dos que acham o Congresso ótimo ou bom diminuiu de 16% para 13%. "A crise envolvendo Renan Calheiros mostrou que dois terços do Senado agem sem nenhuma preocupação com a ética", diz o cientista político David Fleischer, da Universidade de Brasília. "A absolvição de Renan Calheiros foi o ato final de um ano melancólico, provavelmente o pior da história do Senado."

Depois da sessão que absolveu Renan, os parlamentares voltaram a se reunir, dessa vez na casa do senador José Sarney. Oficialmente, a festa era para comemorar o aniversário de sua esposa, dona Marly, mas, com a chegada de Renan Calheiros, o assunto foi o resultado do julgamento. Renan estava à vontade, relaxado. Sem se separar de um copo de uísque, gargalhou até a madrugada, acompanhado dos convivas. Teceu comentários desairosos sobre o senador Jefferson Péres, que relatou o caso das emissoras de rádio, discutiu a própria sucessão, que tem o anfitrião Sarney como candidato preferido do grupo que o absolveu, e, para mostrar que continua no controle da situação, anunciou

premonitoriamente que os dois processos ainda abertos contra ele no Conselho de Ética seriam arquivados. De fato, no dia seguinte, o presidente do conselho, Leomar Quintanilha (famoso pela acusação de embolsar dinheiro de uma empreiteira em troca da elaboração de emendas ao orçamento), anunciou o arquivamento. O senador Renan Calheiros deixa a presidência do Congresso em direção ao limbo – uma grande vitória para ele. O Senado, que passou os últimos sete meses discutindo ética e decoro, conseguiu a façanha de soterrar as duas coisas ao mesmo tempo – uma grande derrota para a sociedade. Imperdoável.

Sobrou até para os pensadores

Não foi só a ética o alvo das agressões no julgamento de Renan Calheiros. Grandes pensadores também foram trazidos à cena sem muito rigor. Em sua defesa, Renan Calheiros invocou o filósofo francês René Descartes (1596-1650): "Sobre a verdade, René Descartes lembrava que, para examiná-la, seria necessário, uma vez na vida, colocar todas as coisas em dúvida o máximo possível". Renan apelou ao francês na tentativa de classificar como mentira os fatos levantados contra ele. O senador Paulo Duque, do PMDB do Rio de Janeiro, citou o jurista italiano Nicola Framarino de Malatesta (1850-1912): "A opinião de identidade entre presunção e indício não se funda em nenhuma convicção lógica e deve, por isso, ser rejeitada". O parlamentar valeu-se do jurista italiano para tentar rebater o relatório do senador Jefferson Péres, que pediu a cassação do mandato de Renan Calheiros com base nos indícios de que ele usou laranjas e dinheiro sujo para comprar emissoras de rádio. O senador Marco Maciel citou o filósofo italiano Norberto Bobbio: "A realidade tem muitas faces". Disse isso para justificar sua mudança de posição. Ele chegou a acreditar na inocência de Renan, mas mudou de opinião. Rendeu-se aos fatos. Jefferson Péres, em sua acusação, citou adequadamente o poeta inglês John Donne (1572-1631): "Não pergunte por quem os sinos dobram, pois eles dobram por ti". Acertou, mas no plenário ninguém ouviu e, se ouviu, não entendeu. "No geral essas citações são um abuso", diz o filósofo Roberto Romano, professor de ética da Universidade Estadual de Campinas. "Os senadores estão fazendo com os clássicos, com os pensadores, o mesmo que fazem com a coisa pública." Romano diz que as citações lembram a definição de idiota feita pelo filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804). Um idiota, para Kant, é aquele que só decora fórmulas, mas não sabe aplicá-las: "São como nossos políticos, que decoram frases e as repetem sem nenhuma relação com o fato em discussão. São palavras loucas, sem sentido".

Revista Veja - Edição 2041 de 29 de dezembro de 2007

E ele ainda riu da nossa cara

Por seis meses, Renan Calheiros agarrou-se à cadeira da presidência do Senado com a obstinação dos loucos e o cinismo dos déspotas. Acusado de malfetorias de toda ordem, reveladas por VEJA e pelo Jornal Nacional (a saber: uso dos serviços de um lobista para pagar, com dinheiro de origem incerta, pensão à filha que teve fora do casamento; apresentação de documentos irregulares para justificar a origem desses recursos; favorecimento de empresa com dívidas junto ao INSS em troca de benefício para o irmão; grilagem de terras; uso de laranjas na compra de emissoras de rádio; e intimidação de senadores dispostos a aprofundar as investigações de todas essas denúncias), o senador do PMDB manteve o semblante impassível em público, enquanto, em privado, dedicava-se a vasculhar sordidezas – reais e forjadas – de seus pares, para chantageá-los e impedir que

cassassem seu mandato. Acabou conseguindo. Com a ajuda do governo e da pusilanimidade de parte dos parlamentares, foi absolvido duas vezes em votações – sempre secretas – no plenário.

Renan Calheiros riu por último, mas nunca mais voltará a ter o peso político que ostentou enquanto ocupou a presidência do Senado. Sua contribuição para a já desmoralizada imagem do Congresso, no entanto, ficará para a história.